

ISSN 18078834



Boletim elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2006

Obra publicada pelo

**Banco do
Nordeste**

O nosso negócio é o desenvolvimento



Presidente

— Roberto Smith

Diretores

- Augusto Bezerra Cavalcanti Neto
- Francisco de Assis Germano Arruda
- João Emílio Gazzana
- Luis Ethewaldo de Albuquerque Guimarães
- Pedro Rafael Lapa
- Victor Samuel Cavalcante da Ponte

**Escritório Técnico de Estudos Econômicos do
Nordeste — Etene**

José Sydrião de Alencar Júnior
(Superintendente)

Biágio de Oliveira Mendes Júnior
(Coordenadoria de Estudos de Indústria e
Serviços — CEIS)
Maria Odete Alves
(Coordenadoria de Estudos Rurais e
Agroindustriais — COERG)

Equipe responsável

Autores: Ádila Maria Barbosa Pinto, Assuéro
Ferreira, Carlos Américo Leite Moreira,
Fernando Saulo Calheiros de Oliveira, Francisco
Raimundo Evangelista, Otávio Augusto Sousa
Miranda, Wendell Márcio Araújo Carneiro

Estagiários: Bruno Alencar Firma Barreira,
Jociany Monteiro Luz e Roberto Alves Gomes

Ambiente de Comunicação Social

José Maurício de Lima da Silva

Editor

Ademir da Silva Costa (Reg. 461/03/66-CE)

Revisão Vernacular

Hermano José Pinho (Bibliotecário)

Normalização Bibliográfica

Rodrigo Leite Rebouças

Diagramação

Augusto F. Oliveira e Gigliola Senna

BNB/Etene

Av. Paranjana, 5700, Passaré - CEP 60.740-000
Fortaleza, Ceará - Brasil
conjuntura@bnb.gov.br

*Os conceitos e opiniões não refletem
necessariamente o ponto de vista do BNB*

Copyright@ 2006 by Banco do Nordeste do Brasil

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. — N. 10 (jul.-set. 2006)- . – Fortaleza : Banco do
Nordeste do Brasil, 2006- .

n. il. color.

Trimestral.

ISSN 18078834

1. Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

BNB CONJUNTURA ECONÔMICA
ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

Fortaleza-CE n. 10

Julho-Setembro de 2006

SUMÁRIO

- 05** 1 - FERROVIA TRANSNORDESTINA: UM CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO
- 09** 2 - EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO NORDESTINO
- 13** 3 - SÍNTSE DE EXPECTATIVAS
- 19** 4 - NÍVEL DE ATIVIDADE
 - 27 4.1 - Produção Industrial
 - 31 4.1.1 - Produção Industrial do Nordeste
 - 34 4.2 - Nível de Utilização da Capacidade Instalada
 - 37 4.3 - Produtividade da Indústria
 - 40 4.4 - Comércio
 - 42 4.4.1 - Considerações do comércio varejista do Nordeste
 - 44 4.5 - Produção Agropecuária
 - 44 4.5.1 - Agricultura
 - 52 4.5.2 - Agronegócio
 - 59** 5 - EMPREGO E RENDIMENTO
 - 59 5.1 - Emprego
 - 62 5.2 - Rendimento
 - 63 5.3 - Considerações Adicionais sobre a Criação de Emprego Formal

69 6 - SETOR EXTERNO

69 6.1 - Balança Comercial Brasileira

70 6.1.1 - Exportações

73 6.1.2 - Importações

73 6.2 - Balança Comercial Nordestina

83 6.3 - Balanço de Pagamentos

87 7 - FINANÇAS PÚBLICAS

87 7.1 - Resultado Fiscal do Governo Central

88 7.2 - Receitas e Despesas do Tesouro Nacional

88 7.2.1 - Receitas do Tesouro Nacional

88 7.2.2 - Despesas do Tesouro Nacional

89 7.3 - Transferências a Estados e Municípios

89 7.3.1 - Transferências voluntárias

90 7.3.2 - Transferências constitucionais

90 7.3.2.1 - FPE e FPM

90 7.3.3 - Transferências constitucionais aos Estados do Nordeste

93 7.3.4 - Receitas tributárias: arrecadação de ICMS: Estados do Nordeste

95 REFERÊNCIAS

99 ANEXO A

1 - FERROVIA TRANSNORDESTINA: UM CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO

Fernando Luiz Emerenciano Viana

Mestre em Engenharia de Produção e
Pesquisador do Banco do Nordeste do Brasil (BNB)/
Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE)

Otávio Augusto Sousa Miranda

Mestre em Economia e Pesquisador do BNB/ETENE

Wendell Márcio Araújo Carneiro

Mestre em Economia Rural e Pesquisador do BNB/ETENE

A A Ferrovia Transnordestina representa uma nova configuração para a infra-estrutura de transporte ferroviário do Nordeste, caracterizando-se como um projeto estruturante, que pode constituir uma solução definitiva para a integração da malha ferroviária nacional.

O Brasil possui uma matriz de transportes de cargas com grande predominância do modal rodoviário. (Tabela 01).

Sabendo-se que grande parte das cargas transportadas no Brasil constitui granéis sólidos e granéis líquidos, em que o custo de transporte tem peso relevante no custo total do produto, bem como das grandes distâncias envolvidas devido às dimensões continentais brasí-

leiras, percebe-se que há uma inversão na lógica da matriz de transporte de cargas, já que, pelos tipos de cargas e as distâncias envolvidas, deveria haver uma participação maior dos modais ferroviário e aquaviário (navegação interior e cabotagem). A predominância do modal rodoviário, associada a outras questões de natureza sistêmica (precárias condições das rodovias, alto índice de acidentes e roubo de cargas, ausência de estruturas adequadas de armazenagem etc.), aumentam os custos logísticos das empresas brasileiras. Esse fato pode ser confirmado quando se comparam os custos logísticos do Brasil e dos Estados Unidos em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) - 12,60% e 8,26%, respectivamente.

Tabela 1 – Matriz de transporte de cargas do Brasil em 2004

Modal	Bilhões TKU	% TKU
Aéreo	1	0,10%
Dutoviário	39	4,50%
Aquaviário	105	12,20%
Rodoviário	512	59,30%
Ferroviário	206	23,80%

Fonte: Lima (2006).

O objetivo principal da Ferrovia Transnordestina é permitir a ligação das áreas economicamente dinâmicas do semi-árido e do cerrado nordestino, incluindo no seu trajeto as cidades de Eliseu Martins – Piauí, Salgueiro – Pernambuco e Missão Velha – Ceará, aos portos de Pecém – Ceará e Suape – Pernambuco, favorecendo a implementação de corredores de exportação na região Nordeste. Os trechos entre Eliseu Martins e Salgueiro e Salgueiro e Suape serão implantados em bitola larga (1,60m), enquanto os trechos entre Salgueiro e Missão Velha e Missão Velha e Pecém serão implantados em bitola mista (1,00m/1,60m). São vislumbradas as seguintes possibilidades com a implementação do referido projeto:

- Integração das regiões produtoras de grãos do Centro-Oeste e do Nordeste (Bahia, Piauí, Maranhão) aos portos de Pecém e Suape;
- Possibilidade de transporte do milho de Mato Grosso e Goiás para o Nordeste, diminuindo a necessidade de importação;
- Criar alternativa logística para o algodão do Centro-Oeste, fator importante para o aumento da competitividade do setor têxtil nordestino;
- Permitirá, numa segunda fase, a interligação com as ferrovias Norte-Sul e Ferronorte. (NOVA..., 2005).

Adicionalmente às possibilidades citadas, pode-se ressaltar a importância da ferrovia como fator de integração no transporte dos insumos e produtos ligados à cadeia produtiva do biodiesel, tendo em vista a implantação futura de diversas usinas de biodiesel no semi-árido nordestino. Da mesma forma, a ferrovia permitirá o escoamento, via modal ferroviário, para o interior do Nordeste, dos combustíveis produzidos na futura Refinaria Abreu e Lima, a ser implantada no Complexo Industrial e Portuário de Suape.

Observa-se que esse projeto possui uma grande importância estratégica, pois a implantação de uma ferrovia no semi-árido nordestino tem o potencial de dar maior dinamismo econômico e, consequentemente, social, além de permitir o escoamento da produção através de portos da própria região.

O valor do investimento total previsto é de R\$ 4,56 bilhões, divididos em Recursos Próprios da Concessionária (CFN) (26%, entre recursos próprios e financiamentos), recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (9%), Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) (18%) e Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) (49%). Pelo cronograma proposto de implantação do projeto, os primeiros trechos implantados serão entre Missão Velha e Salgueiro (já iniciado) e entre Eliseu Martins, Salgueiro e Suape, com previsão de conclusão em 2010. Já o trecho entre Missão Velha e Pecém deverá ser concluído em 2013.

De acordo com o traçado proposto, a região de Araripina-PE, município que detém a maior produção nacional de gesso, será contemplada pela ferrovia, sendo o gesso considerado um dos principais produtos demandantes dos serviços de logística ferroviária.

Estima-se em 14 milhões de toneladas, aproximadamente, a carga transportada pela ferrovia em 2010, considerando nesse cálculo os principais produtos escoados, quais sejam, produtos agrícolas (algodão, milho, soja, cana-de-açúcar e arroz) e gipsita. (Tabela 02).

O projeto da Ferrovia Transnordestina, de acordo com a sua concepção atual, está de acordo com os mais modernos serviços logísticos disponíveis no mercado, tendo em vista que a empresa operadora da ferrovia Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN), oferecerá a seus clientes o transporte multimodal porta a porta, atuando como um operador logístico desse tipo

Tabela 2 – Projeção de produção para culturas agrícolas dos cerrados: Nordeste e gipsita potencialmente transportados pela Ferrovia Transnordestina (em mil toneladas)

ANO	TOTAL DE CARGAS (Mil T)		
	PRODUTOS AGRÍCOLAS	PRODUTOS MINERAIS (GESSO)	TOTAL
2006	4.249,60	2.871,70	7.121,40
2007	5.071,30	3.298,80	8.370,10
2008	6.093,90	3.789,30	9.883,20
2009	7.356,30	4.352,80	11.709,10
2010	8.970,20	5.000,00	13.970,20
2011	10.147,80	5.358,90	15.506,70
2012	11.519,50	5.743,50	17.263,00
2013	13.121,30	6.155,70	19.277,00
2014	14.905,30	6.597,50	21.502,80
2015	16.848,20	7.071,10	23.919,30
2016	18.925,30	7.578,60	26.503,90
2017	21.400,90	8.122,50	29.523,50
2018	24.381,80	8.705,50	33.087,30
2019	27.996,50	9.330,30	37.326,80
2020	32.302,20	10.000,00	42.302,20
2021	32.767,00	10.000,00	42.767,00
2022	32.982,90	10.000,00	42.982,90
2023	33.217,50	10.000,00	43.217,50
2024	33.229,30	10.000,00	43.229,30
2025	33.238,80	10.000,00	43.238,80
2026	33.238,80	10.000,00	43.238,80
2027	33.238,80	10.000,00	43.238,80

Fonte: Cálculo do autor baseado em dados de 2006 do Instituto de Geografia e Estatísticas (IBGE) e do Sindicato das Indústrias de Gesso (Sindusgesso).

transporte. A CFN já iniciou o processo de cadastramento, junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) –, como Operador de Transporte Multimodal. (OTM). O transporte multimodal permite que um cliente contrate as suas necessidades de transporte, independentemente dos modais de transporte necessários ao deslocamento porta a porta a apenas um operador de transporte, com a existência de apenas um documento de transporte.

Para permitir a operação multimodal, há necessidade de existência de terminais de armazenagem e transbordo nos principais pontos de carga e descarga de mercadorias. Ao longo da ferrovia, está prevista a construção de diversos terminais de carga e descarga para os principais

produtos transportados. Dentre estes, destacam-se o terminal de carga, descarga e armazenagem de grãos, em Eliseu Martins-Piauí, o terminal de carga, descarga e armazenamento de gesso, em Araripina-Pernambuco, bem como os terminais portuários de carga, descarga, movimentação e armazenagem de granéis sólidos, nos portos de Pecém-Ceará e Suape-Pernambuco.

Conceitualmente, já está definido que os investimentos na superestrutura de todos os terminais (construção de silos e armazéns, por exemplo) serão de responsabilidade dos clientes, ficando a cargo da ferrovia a construção da infra-estrutura necessária (pêras ferroviárias, linhas auxiliares, terraplenagem etc.). No caso específico do terminal do pólo gesseiro, não

serão necessários investimentos em silos ou armazéns, já que o produto (gipsita) pode ser estoado a céu aberto. Quando se tratarem de

produtos de maior valor agregado (placas de gesso, painéis de gesso), os mesmos deverão ser acondicionados em contêineres. ●

2 - EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO NORDESTINO



Francisco Raimundo Evangelista

*Engenheiro-agrônomo, Mestre em Economia Aplicada,
Pesquisador do BNB/ETENE e Doutorando em Economia
pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)*

A abordagem do agronegócio, hoje largamente utilizada no Brasil por estudiosos, analistas de conjuntura e líderes de classe, apresenta a vantagem de enfatizar as interligações para frente e para trás das atividades agropecuárias, resgatando-lhes uma importância econômica e política que vinha sendo diminuída pela percepção da queda da participação da agropecuária no PIB associada ao processo de transformação estrutural das economias em crescimento.

As estatísticas correspondentes a essa abordagem, na ótica nacional, já são freqüentes, mas, ainda, raras na ótica regional ou sob outros pontos de vista mais específicos. Nesse sentido, o lançamento, pelo Ministério da Agricultura, da base de dados AgroStat Brasil vem preencher uma lacuna importante, vez que permite o acesso on-line aos dados do comércio internacional do agronegócio, inclusive do ponto de vista regional, sob vários critérios. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) divulga regularmente uma “balança comercial do agronegócio brasileiro”, que nunca foi utilizada nesta BNB-Conjuntura pela falta de uma equivalente regional.

Aquela nova ferramenta, elaborada a partir do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), apresenta a vantagem da total compatibilidade com a análise do comércio internacional presente em outras seções desta conjuntura. Evidentemente, permanece a possibilidade de discordância sobre o que integra ou não o agronegócio¹, mas, uma vez que o mesmo critério foi utilizado pelo Ministério da Agricultura para os dados nacionais e regionais, essa questão se torna menos importante.

Dessa forma, apresentamos aqui a Balança Comercial do Agronegócio Nordestino, com as informações de janeiro a agosto dos anos de 2005 e 2006, por Estado. (Tabela 03).

Entre aqueles dois períodos, o saldo do agronegócio nordestino cresceu 6,3%, embora as exportações tenham crescido bem menos que as importações (11,1% contra 33,2%). O crescimento das exportações do agronegócio nordestino foi até maior que do agronegócio brasileiro (11,1% x 10,9%), mas as importações do agronegócio nacional cresceram menos, determinando uma expansão do saldo maior para o país (9,1%) do que para a região (6,3%).

¹ O Ministério da Agricultura incluiu no agronegócio 2.200 itens da Nomenclatura Comum do Mercosul, que podem ser agregados em 350 produtos, 90 subsetores e 25 setores. Para maiores detalhes metodológicos, consultar o site. Disponível em: <www.agricultura.gov.br/agrostat>.

Tabela 03 – Nordeste: balança comercial do agronegócio, por Estado. Jan.-ago./2005 e 2006 (US\$ milhões)

Região/Estado	2005			2006		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Brasil – Total (a)	76.084,80	47.771,60	28.313,20	88.163,70	58.589,70	29.573,90
Brasil – Agroneg.(b)	28.652,90	3.315,10	25.337,80	31.770,40	4.125,00	27.645,30
Nordeste – Total (c)	6.639,10	4.135,80	2.503,20	7.361,90	5.489,80	1.872,10
Nordeste – Agroneg. (d)	2.369,60	420,40	1.949,20	2.633,10	560,10	2.072,90
Bahia	873,30	131,80	741,50	1.054,20	139,80	914,50
Ceará	458,00	86,70	371,30	469,40	136,60	332,80
Alagoas	364,40	6,70	357,70	402,70	12,10	390,60
Pernambuco	192,20	136,20	56,00	214,50	175,40	39,00
Rio Grande do Norte	169,70	14,30	155,40	172,80	30,40	142,40
Maranhão	140,40	11,60	128,80	177,80	10,40	167,40
Paraíba	111,70	15,50	96,20	80,20	36,90	43,30
Piauí	33,60	2,30	31,30	26,90	1,50	25,40
Sergipe	26,40	15,40	11,00	34,60	17,00	17,60
Variações 2006/2005						
Brasil – Total				15,90	22,60	4,50
Brasil – Agroneg.				10,90	24,40	9,10
Nordeste – Total				10,90	32,70	-25,20
Nordeste – Agroneg.				11,10	33,20	6,30
Bahia				20,70	6,00	23,30
Ceará				2,50	57,50	-10,40
Alagoas				10,50	80,60	9,20
Pernambuco				11,60	28,80	-30,40
Rio Grande do Norte				1,80	112,40	-8,30
Maranhão				26,60	-9,90	29,90
Paraíba				-28,20	138,30	-55,00
Piauí				-19,80	-33,60	-18,80
Sergipe				31,20	10,40	60,40
Relações						
b/a	37,70	6,90	89,50	36,00	7,00	93,50
d/c	35,70	10,20	77,90	35,80	10,20	110,70
d/b	8,30	12,70	7,70	8,30	13,60	7,50

Fonte: Elaboração do próprio do autor, a partir dos dados originais do AgroStat e SISCOMEX.

O agronegócio regional manteve praticamente inalterada a sua representatividade nacional (conjunto de relações d/b na Tabela 03, salvo por uma ligeira elevação no que respeita às importações. Cabe destacar, no entanto, a ampliação da importância do saldo do agronegócio em relação ao resultado geral do comércio externo nordestino: o agronegócio-Nordeste respondeu por 78% do saldo da balança comercial nordestina em 2005 e por 111% em 2006, o que significa que, nesse último ano, as atividades não-integrantes do agronegócio devem ter tido desempenho deficitário. Uma constatação da mesma natureza já havia sido feita por Rodrigues e Evangelista (2000) para o ano de 1998, utilizando uma de-

finição própria² sobre as atividades integrantes do agronegócio, ao encontrarem um superávit do agronegócio de US\$ 564,6 milhões contra um déficit de US\$ 61,3 milhões na balança comercial nordestina global.

A Bahia tem sido o Estado mais importante no comércio externo do agronegócio regional, como principal exportador e principal gerador de saldo e segundo maior importador, posições que não se alteraram de 2005 para 2006. Pernambuco manteve-se como o principal importador de produtos do agronegócio, mas o quarto lugar nas exportações fez com que ocupasse a sétima posição em termos de saldo. Bahia, Ceará e Alagoas, conjuntamente, res-

² Ou seja, não há uma correspondência total entre as atividades incluídas por Rodrigo e Evangelista (2000) no agronegócio e aquelas consideradas pelo Ministério da Agricultura, no AgroStat.

ponderam por 75,4% do saldo gerado em 2005 e aumentaram essa participação para 79,0% em 2006.

Em termos de desempenho do saldo, entre 2006/2005, destacam-se o crescimento de Sergipe

(60%) e a queda do saldo da Paraíba (55%), mas esses Estados têm pouco peso na constituição do saldo comercial do agronegócio regional. Bahia, Alagoas e Ceará são os Estados de maior contribuição para aquele saldo, com, respectivamente, 44,1%; 18,8% e 16,1%. (Gráfico 01). ●

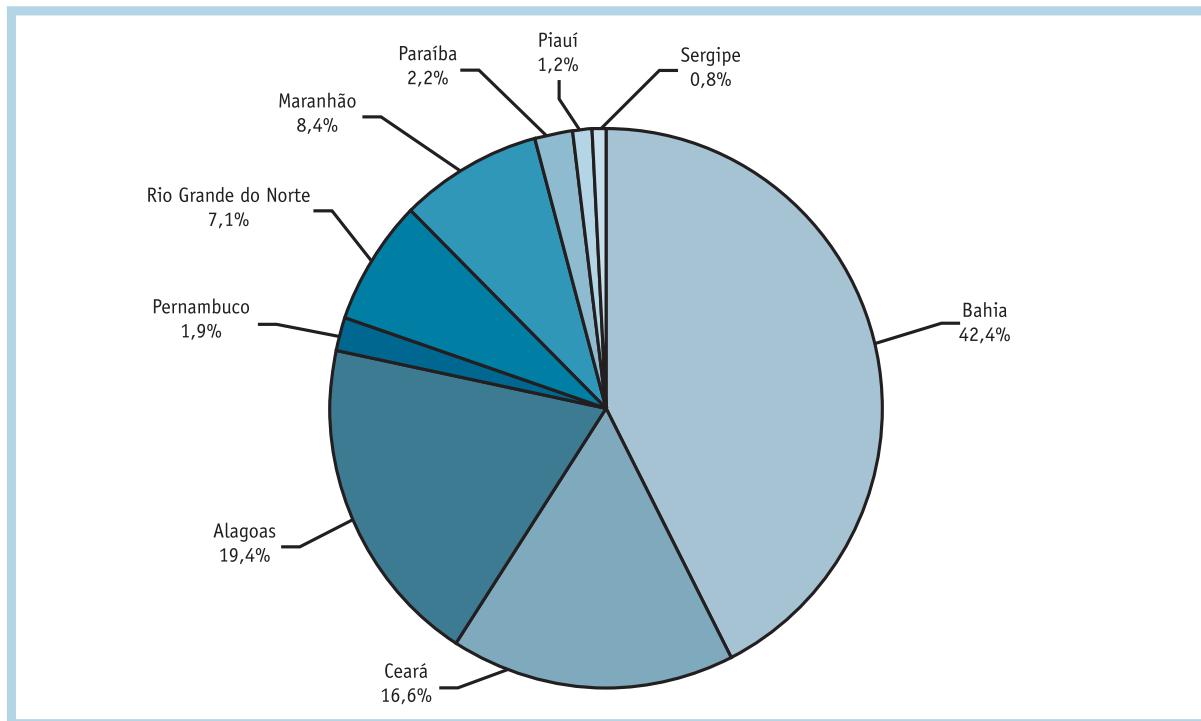


Gráfico 01 – Nordeste: participação dos Estados no saldo da balança comercial do agronegócio jan./ago. 2006

Fonte: Elaboração própria do autor, a partir dos dados originais do *AgroStat* e *SISCOMEX*.

3 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS³

As projeções do relatório de mercado do Banco Central (Bacen) para 2006, quanto ao PIB, inflação, câmbio e juros básicos são as seguintes: crescimento do PIB de 3,01% (3,20% há quatro semanas), Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) de 3,01% (3,32% há quatro semanas), câmbio de 2,18% (mesma taxa há quatro semanas) e Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) de 13,50% (13,75% há quatro semanas). (BACEN, 2006b). (Gráfico 02).

Apesar da revisão da taxa de crescimento do PIB, as estimativas continuam acima da experimentada em 2005 (2,3%). Essa revisão está concentrada, sobretudo, na indústria cujo desempenho no primeiro semestre foi bem abaixo do esperado. Entretanto, a melhora das expectativas de mercado em relação à produção industrial (crescimento de 3,56% superior aos 3,51% de uma semana atrás) reflete uma trajetória de recuperação, ainda que discreta, no início do segundo semestre.

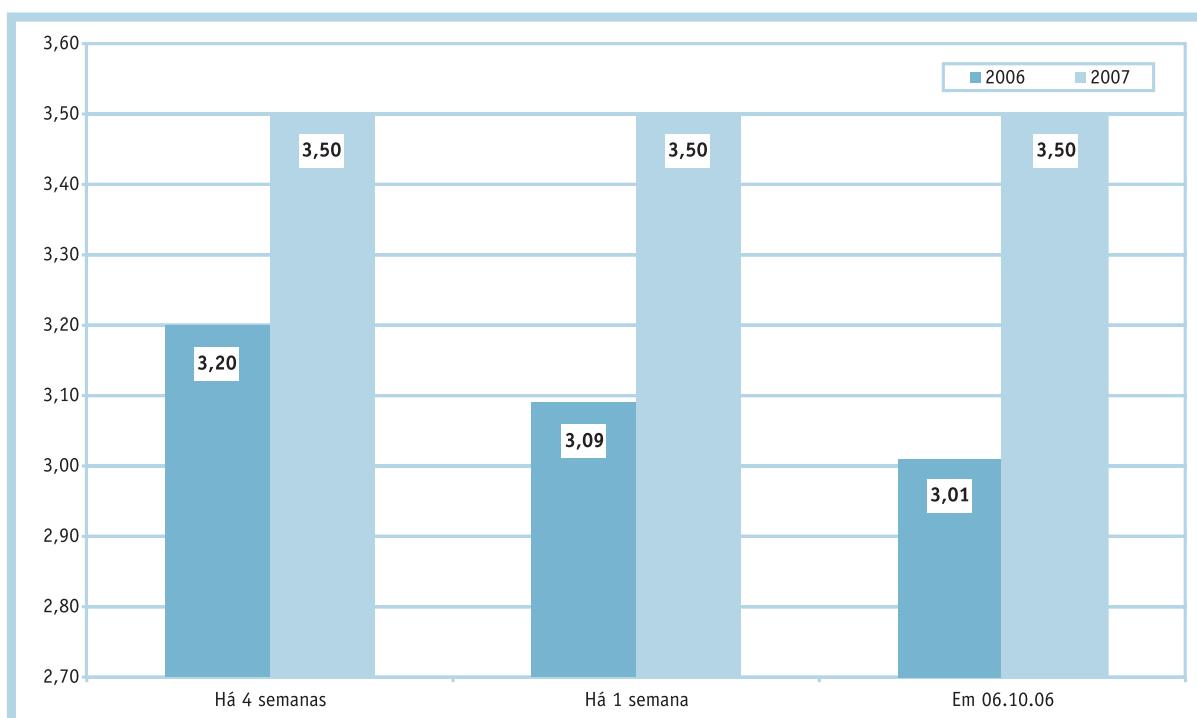


Gráfico 02 – Brasil: expectativas de mercado com relação às taxas de crescimento anual do PIB para 2006 e 2007. Mediana do agregado. Percentagem

Fonte: Elaborado pela Equipe do BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados do Bacen (2006b).

³ Os dados da Síntese de Expectativas extrapolam o período de análise da Revista, dada a necessidade de utilizar informações mais recentes sobre as expectativas de mercado para o ano de 2006.

De fato, a produção industrial aumentou 0,7% em agosto frente a julho, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (IBGE, 2006c). Na comparação com igual mês do ano anterior, a expansão alcançou 3,2%. A recuperação da produção industrial parece sinalizar um movimento de normalização dos estoques, principalmente, porque o descompasso entre a produção e o consumo no primeiro trimestre de 2006, um dos fatores determinantes para o baixo desempenho do PIB no trimestre seguinte, foi superado. O processo de ajustamento de estoques é um indicador de que a economia vai intensificar seu ritmo de crescimento na segunda metade do ano. (Gráfico 03).

Entretanto, diferentemente do período janeiro-julho, quando o ritmo de expansão da indústria estava relacionado ao dinamismo do setor de bens de consumo, a variável dinâmica passa a ser o segmento de bens de capital. O

crescimento da produção de bens de capital ocorreu acima da média da indústria em agosto em todas as bases de comparações. Constatou-se um acréscimo de 2,18% na comparação com julho e de 7,4% ante agosto de 2005.

Na primeira metade do ano, o aumento do investimento na economia estimulava um forte crescimento das importações, mas, também da produção nacional de bens de capital. Entretanto, o crescimento da produção doméstica se concentrava no segmento de bens de capital para infra-estrutura.

Outrossim, o que se observa mais recentemente é a continuação do crescimento das importações associado a uma ampliação e diversificação da oferta interna, com a expansão da produção de segmentos importantes como o de máquinas e equipamentos para fins industriais. Vale salientar que esse segmento sinaliza investimentos na indústria em ampliação da capacidade instalada.

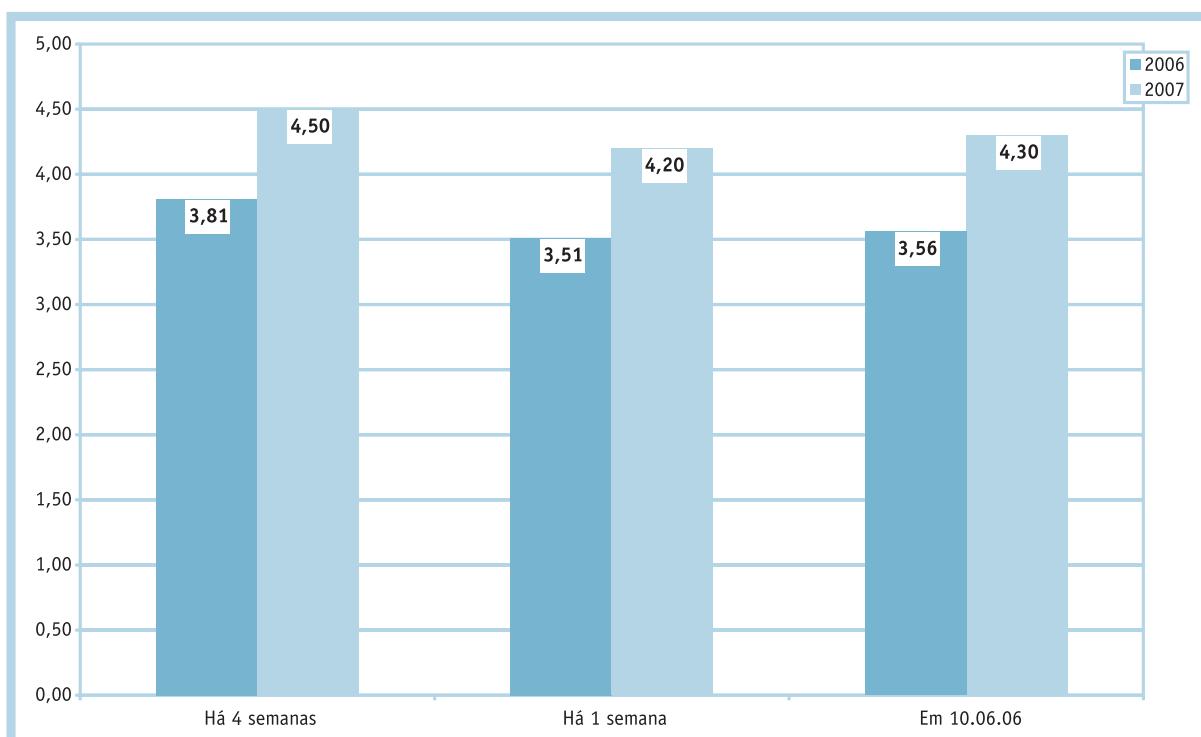


Gráfico 03 – Brasil: expectativas de mercado com relação às taxas de crescimento anual da produção industrial para 2006 e 2007. Mediana do agregado. Percentagem

Fonte: Elaborado pela Equipe do BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados do Bacen (2006b).

Esse desempenho da produção de bens de capital está em sintonia com os resultados apresentados pelo quesito sobre intenções de investimento da Sondagem Conjuntural da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que mostra a disposição do empresariado de investir mais em 2006 do que em 2005. (SONDAGEM CONJUNTURAL, 2006). Das 642 empresas pesquisadas, 344 (53,6%) projetam gastos acima dos realizados em 2005. Na verdade, o investimento previsto é superior ao realizado no ano anterior em 16 dos 21 gêneros industriais. Esses investimentos previstos com o objetivo de reforçar o processo de expansão da capacidade produtiva serão decisivos para evitar eventuais estrangulamentos de oferta.

A recuperação da indústria não ocorre de forma mais intensa em função da desaceleração do ritmo de crescimento do setor de bens de consumo duráveis. As informações relativas ao mês de agosto revelam uma expansão de 1,6% da indústria de bens de consumo duráveis na comparação com o mês imediatamente anterior. Já o segmento de bens de consumo não duráveis registrou uma queda de 0,9% nessa mesma base de comparação.

Esse modesto desempenho não parece indicar que fatores ligados ao crescimento da demanda do setor de bens de consumo, como a massa salarial e o crédito pessoal, estejam perdendo dinamismo. Esse resultado reflete muito mais uma queda importante das exportações de alguns segmentos, que crescem mais no preço do que na quantidade, e a maior concorrência dos produtos importados. De acordo com a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), o quantum exportado do setor de bens duráveis e de bens não duráveis apresentou queda de 7,2% e 6,6%, respectivamente, no acumulado janeiro-agosto. (BOLETIM FUNCEX..., 2006). Em contrapartida, o quantum importado registrou um forte crescimento de 79,5% no segmento de bens

duráveis e de 9,5% no segmento de bens não duráveis nessa mesma base de comparação.

Vale mencionar que a manutenção do ciclo de queda da taxa básica de juros será crucial para o crescimento do PIB e da produção industrial. A decisão do Copom de manter a trajetória decrescente da Selic decorreu, sobretudo, do comportamento favorável da inflação doméstica ao longo de 2006. A expectativa é de consolidação dos valores do IPCA, Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) e Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) inferiores de que há quatro semanas, com destaque para o declínio da estimativa do IPCA que passou de 3,32%, há quatro semanas, para 3,01% em 06.10.2006.

No cenário externo, a manutenção do crescimento da economia mundial é um fator positivo para o desempenho da economia brasileira. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em seu último relatório Economic Outlook, acredita-se que os países membros da OCDE deverão crescer em torno de 3,1% em 2006. (OCDE ECONOMIC..., 2006). Esse processo estará associado à permanência de níveis baixos de inflação, apesar do aumento dos preços de energia.

Nos Estados Unidos, a avaliação da organização é de um crescimento de 3,6% em 2006, a despeito das elevações nos preços do petróleo. O fator determinante desse ritmo de crescimento encontra-se nos ganhos financeiros obtidos no mercado acionário e imobiliário, garantindo um incremento do consumo das famílias.

No Japão, o dinamismo da economia dos países asiáticos associado à desvalorização do iene tem contribuído para o boa performance da economia que deverá crescer em torno de 2,8% em 2006 e 2,2% em 2007. A organização considera também o crescimento da massa salarial, em função da elevação do salário nominal

e do aumento do nível de emprego, decisivo para o crescimento japonês.

Com relação aos países da Zona do Euro, as projeções são de aumento do PIB real de 2,2% em 2006 e 2,1% em 2007, decorrente da expansão das exportações em detrimento do mercado interno que permanece sem grande dinamismo já que o consumo das famílias continua fraco. (Gráfico 04).

A expansão da economia mundial vem contribuindo significativamente para a manutenção de elevados superávits na balança comercial. O crescimento da balança comercial nos oito primeiros meses do ano foi sustentado pelo dinamismo das exportações que continua apresentando resultados expressivos, a despeito do crescimento das importações. As exportações assinalaram crescimento de 20,2% em relação a agosto de 2005, alcançando o valor de US\$ 13,6 bilhões. Com relação as importações, constatou-se um incremento de 18,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, impli-

cando no montante de US\$ 9,1 bilhões. No acumulado do ano, o ritmo de crescimento das importações (22,6%) tem sido superior ao das exportações (15,9%).

Os saldos comerciais acumulados nos oitos primeiros meses do ano permanecem elevados, assinalando o montante de 29,6 bilhões. As expectativas do mercado, em 06.10.2006, para o superávit da balança comercial foram elevadas para US\$ 43 bilhões (US\$ 42,80 bilhões há quatro semanas).

Já a conta de transações correntes alcançou nos primeiros oito meses do ano o valor de US\$ 2.095 bilhões, comprovando que o saldo negativo da conta de serviços e rendas, em função das remessas líquidas relativas a viagens internacionais e lucros e dividendos, está sendo compensado pelo superávit da balança comercial e o saldo positivo de transferências unilaterais. Devido a esse bom desempenho, procedeu-se a revisão do valor projetado para o ano de US\$ 9,85 bilhões, há quatro semanas, para US\$ 10,50 bilhões em 06.10.2006.

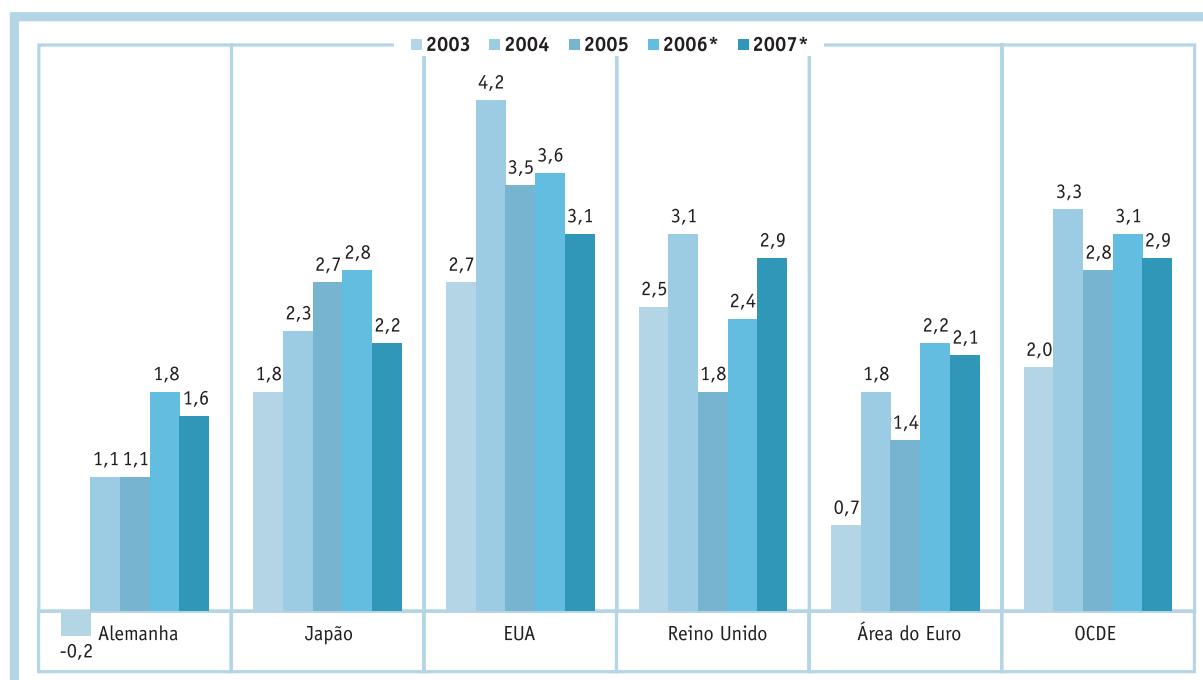


Gráfico 04 – Países da OCDE. Variação anual do PIB real (%)

Fonte: OCDE Economic... (2006).

(*) Projeção

O cenário externo favorável decorre também da decisão do governo federal de prosseguir sua estratégia de redução do passivo externo. Aproveitando as condições favoráveis do mercado internacional de crédito e das contas externas do país, o governo realizou pagamentos líquidos de US\$ 14,4 bilhões no período janeiro-agosto de 2006, contra

colocações líquidas de US\$ 1,1 bilhão em igual período de 2006. Essas operações têm sido decisivas para melhorar os indicadores de solvência externa. As condições favoráveis das contas externas têm mantido o câmbio apreciado. A expectativa do mercado para a taxa de câmbio para o fim do período é de R\$ 2,19/ US\$. (Gráfico 05). ●

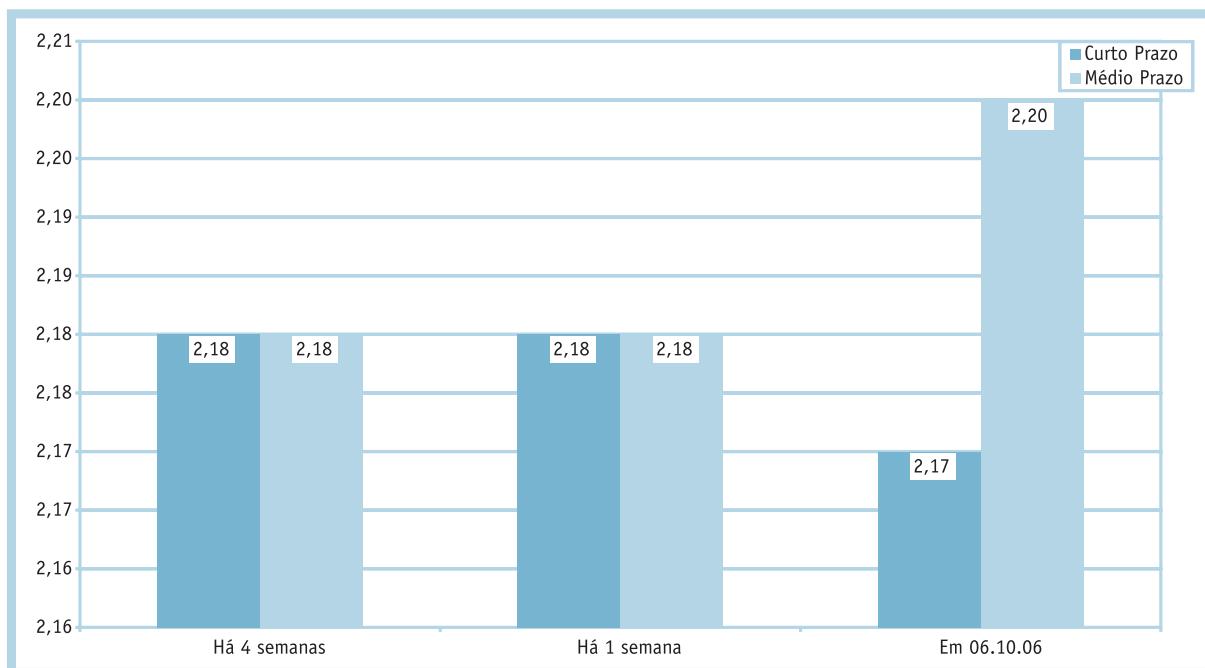


Gráfico 05 – Brasil: expectativa de mercado de curto e médio prazos, com relação à taxa de câmbio para fim de período. Média top 5. R\$/ US\$

Fonte: Elaborado pela Equipe do BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados do Bacen (2006b).

4 - NÍVEL DE ATIVIDADE



A economia brasileira assinalou crescimento da atividade de 0,5% no segundo trimestre de 2006 em relação ao mês anterior, após variação positiva de 1,3% no primeiro trimestre em similar comparação. Comparando o segundo trimestre de 2006 com o mesmo período do ano anterior, o crescimento atingiu 1,2%. O primeiro semestre consolida uma expansão real de 2,2%, inferior ao resultado de 2005 quando a expansão foi de 3,4%. (Tabela 04).

A desaceleração da atividade econômica decorre, em parte, da redução das exportações em volume e da substituição da produção local por importações em função, sobretudo, da apreciação cambial. Como se sabe, o câmbio sobrevalorizado desloca parte do consumo interno para as importações.

A redução do crescimento está, também, relacionada ao descompasso entre demanda e oferta. Os estoques acumulados pela indústria no primeiro trimestre foram decisivos para a desaceleração do nível de atividade, já que influenciaram o desempenho negativo da indústria no segundo trimestre.

Para o segundo semestre, as expectativas de crescimento são mais otimistas em função dos fatores de expansão da demanda em curso

como a manutenção de uma trajetória decrescente das taxas de juros, que já acumula queda de 5,5 pontos percentuais desde seu pico mais recente. A decisão do Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central, no final de agosto (30/08/2006), de manter o ritmo de corte de 0,5 ponto percentual nos juros básicos da economia, que caíram de 14,75% para 14,25%, resulta, principalmente, da queda das projeções inflacionárias para 2006 e 2007 e do recuo do nível de atividade econômica. Vale salientar que essa foi a décima redução seguida na Selic, o mais longo período de trajetória descendente nos dez anos de Copom. A taxa nominal é a mais baixa da história da Selic.

Essa diminuição deve-se em grande parte ao câmbio valorizado que contribui para o controle inflacionário ao baratear, em moeda nacional, os preços das importações. O crescimento do mercado interno resulta também do incremento da massa salarial, do crédito e da política fiscal expansionista colocada em prática pelo governo.

Apesar da progressão da demanda, percebe-se que a atividade econômica não mostra sinais de que terá problemas de insuficiência de oferta. Os investimentos realizados para reforçar o processo

Tabela 04 – Brasil: Variações trimestrais do PIB a preços de mercado (%)

Tipo de Variação	2005-II	2005-III	2005-IV	2006-I	2006-II
Acumulado ao Longo do Ano/ Mesmo Período do Ano Anterior	3,4	2,6	2,3	3,3	2,2
Trimestre/ Mesmo Trimestre do Ano Anterior	4,0	1,0	1,4	3,3	1,2
Trimestre/ Trimestre Imediatamente Anterior (com ajuste sazonal)	1,4	-1,2	1,2	1,3	0,5

Fonte: IBGE (2006a).

de expansão da capacidade produtiva têm sido decisivos para evitar eventuais gargalos de oferta, além das importações como já dito. No cenário externo, merece destaque o risco país que se encontra em níveis recordes de baixa e a interrupção da trajetória de alta das taxas de juros americanas.

Setorialmente, no período janeiro-junho, o crescimento do PIB está relacionado, especialmente, à boa performance da indústria, cuja expansão superou os serviços e, significativamente, a agropecuária. Comparativamente ao primeiro semestre de 2005, a indústria registrou

elevação de 2,6%; os Serviços, de 2,3% e a Agropecuária 0,3%. (Tabela 05).

A expansão industrial decorre, sobretudo, do bom desempenho da indústria extrativa que cresceu 6,7%. Foi determinante para esse resultado a manutenção do ritmo de crescimento da produção de petróleo e gás natural nos primeiros sete meses do ano. De acordo com a Agência Nacional de Petróleo, a produção de petróleo e gás natural teve um incremento de 5,7% e 14,6%, respectivamente, no período janeiro/julho de 2006. (AGÊNCIA..., 2006). (Tabela 06).

Tabela 05 – Brasil: variação do PIB em volume, por setores econômicos. Variação trimestral (%)

Setor de Atividade	Variação em Volume em Relação ao Mesmo Trimestre do Ano Anterior (%)				
	2005-II	2005-III	2005-IV	2006-I	2006-II
Agropecuária	2,9	1,4	0,8	-0,5	0,3
Indústria	4,4	2,9	2,5	4,8	2,6
Extrativa Mineral	10,6	10,5	10,9	12,6	6,7
Transformação	3,9	2,1	1,3	2,7	1,0
Construção Civil	-2,2	0,7	1,3	7,0	4,7
Serviços Industriais de Utilidade Pública	3,9	3,8	3,6	4,2	2,8
Serviços	2,4	2,1	2,0	2,7	2,3
Comércio	4,0	3,4	3,3	4,9	3,6
Transporte	4,0	3,7	3,2	3,6	2,2
Comunicações	-1,6	-0,8	0,1	0,0	-1,5
Instituições Financeiras	3,1	2,5	2,4	2,9	2,2
Outros Serviços	1,5	1,3	1,3	2,9	2,9
Aluguel de Imóveis	3,2	2,9	2,5	2,4	2,4
Administração Pública	2,0	1,7	1,7	2,1	2,0

Fonte: IBGE(2006a).

Tabela 06 – Produção nacional de petróleo e Líquido Gás Natural (LGN) - (jan./jul. 2006)

Mês	LGN			Petróleo		
	2005	2006	Var. (%) Acumulado no ano	2005	2006	Var. (%) Acumulado no ano
Janeiro	341.633	433.402	26,86	7.382.254	8.321.362	12,72
Fevereiro	324.637	379.988	22,08	6.644.407	7.533.460	13,03
Março	359.797	368.853	15,22	7.581.902	8.358.067	12,05
Abri	300.848	427.118	21,29	7.995.070	8.286.098	9,78
Maio	346.255	394.475	19,76	8.324.684	8.615.745	8,40
Junho	394.340	408.673	16,69	8.100.731	7.776.547	6,22
Julho	430.707	451.394	14,64	8.282.310	8.502.763	5,68
Agosto	444.526			8.013.086		
Setembro	422.271			7.950.711		
Outubro	393.116			8.233.697		
Novembro	405.714			7.985.490		
Dezembro	437.753			8.302.393		
Total do Ano	4.601.597	2.863.903		94.796.734	57.394.042	

Fonte: Agência... (2006).

Notas: Inclui o LGN que será separado nas Unidades de Processamento de Gás Natural (UNPS) e dutos. Petróleo: óleo e condensado.

A construção civil, por seu turno, registrou aumento de 4,7% no primeiro semestre de 2005. A boa performance do Setor ocorre no

momento em que o governo anuncia novas medidas no sentido de facilitar ainda mais o acesso ao financiamento imobiliário. (Quadro 01).

- 1- Empresas poderão tomar recursos do BNDES para repassá-los a seus empregados que desejam construir a casa própria. Os juros do crédito de Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP, hoje em 7,5%) mais 1,0% ao ano.
- 2- O governo prevê liberar cerca de R\$ 4,5 bilhões até o final de 2007 — sendo R\$ 1 bilhão em 2006 — para financiar as construtoras e a comercialização de imóveis. O dinheiro virá da Caixa Econômica Federal.
- 3- O governo desistiu de acabar com a Taxa Referencial (TR), porém permitirá que os bancos que desejarem deixem de cobrar a taxa como indexador de seus empréstimos. Sem a TR, o comprador do imóvel poderá ter juros prefixados e saber qual o valor da prestação que vai pagar do começo ao fim do financiamento, que pode ter prazo de até 20 anos. Com essa medida, o risco de inadimplência cairá, dado que o comprador terá condições de avaliar melhor se sua capacidade de pagamento é suficiente para a aquisição do imóvel.
- 4- Servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada poderão oferecer ao banco, como garantia do pagamento de empréstimos o desconto direto da parcela do contracheque. Entretanto, essa modalidade tem um limite de prazo de pagamento de 36 meses. Como o crédito habitacional trabalha com prazos bem mais longos, de até 20 anos, o governo vai alterar a lei para permitir que o comprador do imóvel também possa oferecer seu salário como garantia nesses empréstimos, com o objetivo de permitir a queda dos juros.
- 5- O governo vai reduzir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para materiais da construção civil. A lista de produtos inclui principalmente materiais de acabamento, como chuveiros, bidês, sanitários, caixas de descarga, revestimentos de pavimentos e plásticos, que terão alíquota de IPI reduzida de 10% para 5%.
- 6- O BNDES vai colocar à disposição uma linha de crédito de R\$ 100 milhões para o desenvolvimento de novos produtos e processos para a construção civil com o objetivo de tornar as empresas mais competitivas.
- 7- As empresas de construção civil vão ser incluídas na Lei Geral de Micro e Pequenas Empresas, que simplifica e reduz tributação sobre empresas com faturamento de até R\$ 2,4 milhões. O governo ainda não especificou como essas empresas serão tratadas na lei, que foi votada pela Câmara e ainda precisa ser analisada pelo Senado.
- 8- Será criado um site com informações sobre financiamento imobiliário e prestação de serviços. Também haverá um banco de dados com preços de imóveis. O objetivo é facilitar a comparação entre imóveis parecidos e aumentar a concorrência entre as construtoras, o que tem potencial para levar à redução de preços.

Quadro 01 – Principais medidas anunciadas pelo governo para o crédito imobiliário

Fonte: Brasil. Ministério das Cidades (2006).

Essas medidas vão certamente ampliar ainda mais a disponibilidade de recursos para a construção habitacional concomitante à respectiva expansão da demanda final. Dados da Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário (Abecip) revelam que o crédito imobiliário nos primeiros sete meses do ano alcançou R\$ 4,9 bilhões – crescimento de 92,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. (ASSOCIAÇÃO..., 2006). Esse valor ultrapassa os R\$ 4,8 bilhões contratados durante todo o ano de 2005. Não se deve esquecer que o setor de construção civil tem importância fundamental na composição da formação de capital fixo da economia, ou seja, do investimento produtivo. (Tabela 07).

O setor serviços aumentou suas atividades em 2,3% no primeiro semestre de 2006 com relação ao mesmo período de 2005, resultado vinculado, principalmente, ao desempenho favorável dos segmentos comércio e aluguel de imóveis que apresentaram incrementos respectivos de 3,6% e 2,4%.

Os bons resultados do Comércio resultam, principalmente, das vendas de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumos, dependentes, em grande medida, da expansão da renda real. Vale, destacar, também, o crescimento de segmentos vinculados ao setor de bens de consumo duráveis mais dependentes

da expansão do crédito, com destaque para equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (41,0%). O expressivo crescimento desse segmento decorre igualmente da valorização do câmbio e do crescimento da massa salarial. Já o segmento de móveis e eletrodomésticos teve um incremento de 9,0%, inferior a expansão observada no mesmo período de 2005, nessa mesma base de comparação (26,4%).

A Indústria de Transformação registrou taxa de crescimento de 1,0% no primeiro semestre de 2006 em relação ao mesmo período do anterior. Esse baixo desempenho ocorre principalmente em função do resultado negativo de -0,4% observado no segundo trimestre. A desaceleração da indústria manufatureira resultou, em grande medida, do câmbio valorizado e da greve da Receita Federal, com prejuízos significativos nos setores exportadores e/ou com forte dependência de insumos importados. Ademais, vale mencionar o deslocamento da produção doméstica por importações, engendrando um crescimento da participação dos insumos importados na fabricação de produtos industriais.

Quanto ao setor agropecuário, cuja expansão foi de 0,3%, no primeiro semestre como se viu, é um resultado bem inferior à média da Indústria e dos Serviços. Contribuiu para o baixo crescimento o desempenho negativo dos segmentos vinculados à Pecuária (-0,5%) decorrente do aumento nos custos de produção, além de proble-

Tabela 07 – Financiamentos imobiliários: números de unidades e valores contratados

Meses	2005						2006					
	Números de Unidades			R\$ Milhões Contratados			Número de Unidades			R\$ Milhões Contratados		
	No Mês	No Ano	12 Meses	No Mês	No Ano	12 Meses	No Mês	No Ano	12 Meses	No Mês	No Ano	12 Meses
Jan	3.723	3.723	55.059	275,7	275,7	3.103,45	6.150	6.150	63.196	474,9	474,9	4.992,9
Fev	3.372	7.095	55.688	239,8	515,5	3.175,37	5.950	12.100	65.774	477,7	952,6	5.230,9
Mar	4.909	12.004	54.527	338,9	904,3	3.351,96	8.177	20.277	69.042	610,1	1.562,8	5.425,1
Abr	5.462	17.466	51.779	479,1	1.383,4	3.548,48	9.536	29.813	73.116	818,2	2.380,9	5.791,2
Mai	3.692	21.158	51.261	289,7	1.673,1	3.624,03	10.590	40.646	80.528	856,64	3.248,06	6.400,72
Jun	3.965	25.123	51.132	361,6	2.034,7	3.719,02	10.346	50.992	86.908	896,27	4.144,33	6.935,36
Jul	5.526	30.649	52.280	518,7	2.553,3	3.959,50	10.593	61.585	91.928	816,79	9.461,12	7.232,73
Ago	3.656	34.305	52.445	310,3	2.863,6	4.044,70						
Set	4.156	38.461	53.139	360,1	3.223,7	4.174,60						
Out	4.413	42.874	54.088	362,2	3.585,8	4.325,60						
Nov	6.911	49.785	55.182	617,7	4.203,5	4.598,77						
Dez	10.984	60.769	60.769	590,2	4.793,7	4.793,71						

Fontes: BACEN (2006a) e ABECIP (2006).

mas sanitários. A perda de dinamismo da pecuária teve reflexo importante na agroindústria, que cresceu somente 1,1% no período janeiro-junho. Por outro lado, os segmentos associados à agricultura assinalaram avanço de 2,0%.

No cenário externo, a valorização cambial associada a problemas sanitários prejudicaram sensivelmente a demanda externa dos produtos nacionais da agroindústria. As maiores retracções foram observadas em carnes de bovinos frescas ou refrigeradas (-41,1%) e carnes de suínos congelados (-21,0%) em função dos focos de febre aftosa observados no país no final de 2005. Vale mencionar também a queda verificada no segmento de carnes de galos e galinhas não cortados em pedaços (-18,2%), reflexo da retração da demanda mundial em função da gripe aviária.

Dentre os componentes de demanda, constata-se que o mercado interno continua exercendo um papel relevante na composição da taxa de crescimento do PIB. (Tabela 08). O consumo das famílias registrou acréscimo de 4,0% no segundo trimestre de 2006 na comparação com o mesmo período de 2005, mantendo a trajetória de crescimento iniciada no último trimestre de 2003. No acumulado do ano, o taxa de crescimento foi de 3,8%.

Os resultados satisfatórios do item consumo das famílias refletem o dinamismo do mercado

de trabalho nos últimos três anos. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), para 2005, mostram que o número de empregados com carteira assinada cresceu 5,3% em relação a 2004. (IBGE, 2006g). O nível de ocupação (percentual de ocupados na população em idade ativa) alcançou 57% em 2005 – o nível mais alto de ocupação desde 1996. Um dado importante refere-se à expansão de 4,9% do número de trabalhadores que contribuem para a previdência.

Com relação ao rendimento dos trabalhadores, a PNAD constatou um incremento de 4,6% nos rendimentos em relação a 2004. Trata-se do primeiro aumento real no rendimento desde 2006. O incremento da remuneração foi mais significativo entre as pessoas de menor renda. Entre 2004 e 2005, os 50 por cento dos ocupados com as menores remunerações de trabalho obtiveram ganho real de 6,6%. Já os 50% com maiores rendimentos registraram ganho de 4,1%. O levantamento também apurou que o índice de Gini passou de 0,585 em 1995 para 0,544 no ano passado – o menor resultado desde 1981.

No período janeiro-julho de 2006, a taxa média de desemprego ficou em 10,2% – o mesmo resultado observado durante igual período de 2005. Esse quadro de estabilidade foi acompanhado pela continuidade da maior expansão

Tabela 08 – Composição de crescimento do PIB^a (Em %)

Componentes	2004	2005	2006 ^b	2006 ^b
Consumo Privado	2,3	1,7	2,4	2,5
Consumo do Governo	0,0	0,3	0,3	0,4
FBCF	1,9	0,3	1,2	1,3
Variação de Estoque	-0,5	-0,9	0,3	0,0
Exportação	2,9	2,1	0,8	0,6
Importação (-)	1,8	1,3	1,7	1,2
PIB	4,9	2,3	3,3	3,6
Demandas domésticas	3,8	1,4	4,3	4,1
Demandas externas	1,1	0,8	-1,0	-0,6

Fonte: IBGE. Elaboração do IPEA.

^a Pesos no ano anterior (t-1) versus taxa de crescimento (t).

^b Previsão: Ipea

dos empregos com carteira assinada em relação às formas de ocupação consideradas informais (trabalhadores sem carteira e trabalhadores por conta própria). Vale salientar que esse movimento já vem ocorrendo pelo décimo oitavo mês consecutivo. (Gráfico 06).

Essa progressão dos “com carteira” é confirmada pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) que assinalou a criação de 1,2 milhão de novas vagas no período de janeiro a agosto – incremento de 4,6%. (CAGED, 2006b).

Já os rendimentos seguem se expandindo em 2006. No primeiro semestre, o incremento foi de 4,4%, melhor resultado da nova Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE iniciada em 2002. Contribui para esse desempenho a manutenção de resultados favoráveis nas negociações coletivas de trabalho no primeiro semestre de 2006. Dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) revelam que das 271 unidades de negociação

com data-base situadas entre janeiro e junho, 82% conseguiram reajustes salariais superiores à inflação, comportamento muito próximo ao observado no segundo semestre de 2005. (BALANÇO..., 2006). (Gráfico 07).

A Formação Bruta de Capital no primeiro trimestre de 2006 fechou o primeiro semestre com aumento de 5,9%, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, o maior incremento entre os componentes de demanda. Entretanto, no segundo trimestre de 2006, constatou-se um crescimento de apenas 2,9% em relação a igual período de 2005 – taxa bastante inferior ao incremento de 9,0% do trimestre anterior, nessa mesma base de comparação. A expansão da Formação Bruta no segundo trimestre resultou, sobretudo, das importações de bens de capital (24,5%) estimulado pela apreciação cambial. Com relação à demanda de máquinas, observa-se que o aumento do consumo aparente resultou principalmente do crescimento das importações, uma vez que a produção local caiu 0,9%.

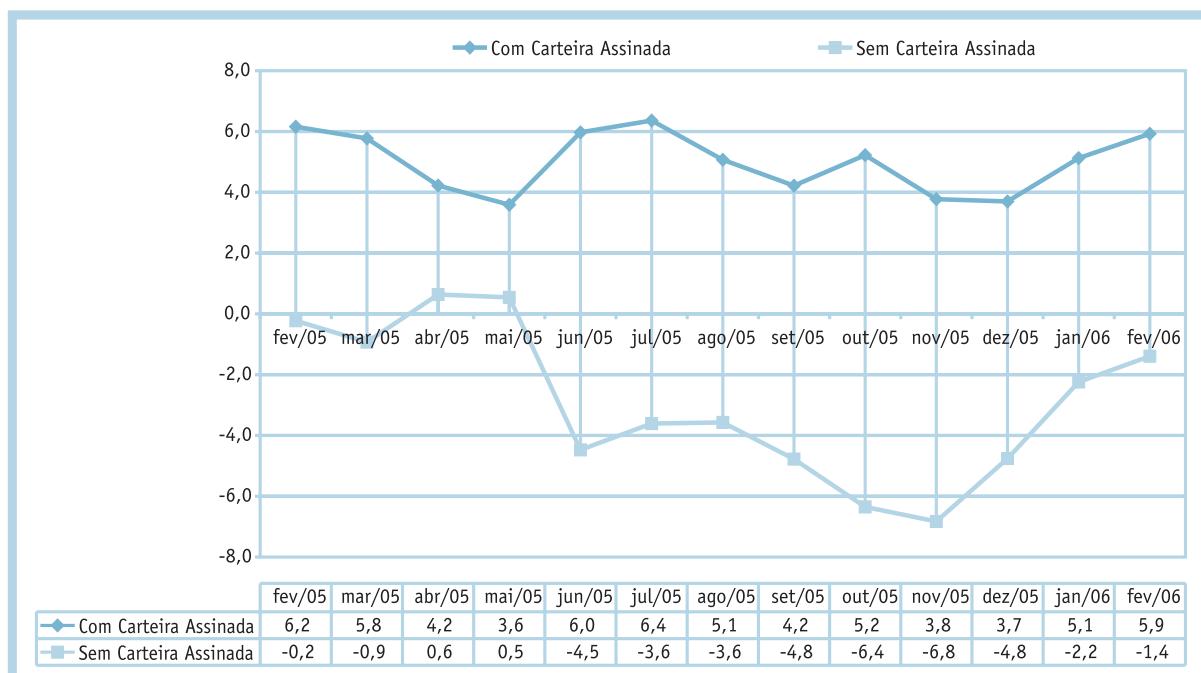


Gráfico 06 – Taxa de ocupação segundo as formas de inserção do trabalhador no mercado de trabalho. trabalhadores com carteira e sem carteira no setor privado (variação mês/ mesmo mês do ano anterior)

Fonte: Elaboração da Equipe do BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados do IBGE (2006f).

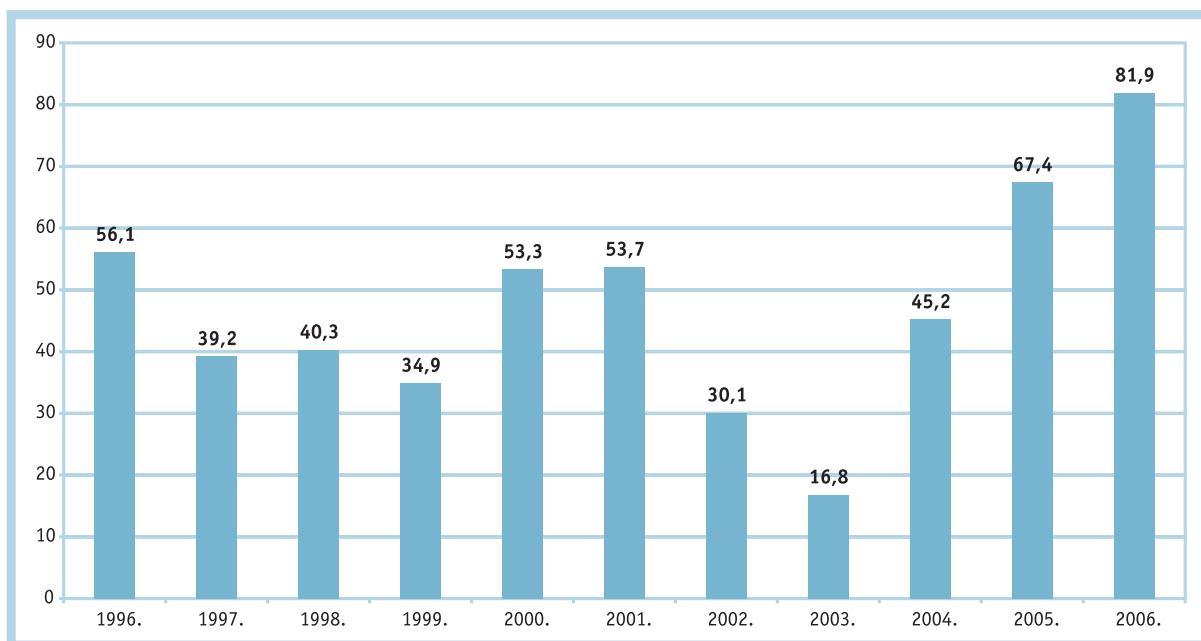


Gráfico 07 – Brasil: porcentagem de reajustes superiores ao INPC-IBGE (jan./jun. 1996 a 2006)

Fonte: DIEESE.

O diferencial de taxa de crescimento entre a produção local e as exportações afetou significativamente a absorção de bens de investimentos destinados a expansão da produção doméstica. No segundo trimestre, a absorção nacional de máquinas e equipamentos decresceu 3,0%. (Tabela 09).

Convém destacar que o outro componente da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), a

construção civil, registrou uma taxa de crescimento de 2,6% no segundo trimestre, bem abaixo dos 6,9% verificados no primeiro trimestre. O baixo desempenho se justifica em função unicamente da alta base de comparação, tendo em vista os bons resultados já discutidos anteriormente em relação ao Setor.

No âmbito do mercado externo, constatou-se uma pequena retração das exportações no

Tabela 09 – Brasil: Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)^a (em %)

	Acumulado em 2004	Trim./ Mesmo Trim. do Ano Anterior				Acumulado em 2005	Trim./ Mesmo Trim. do Ano Anterior			
		2005					2006			
		I	II	III	IV		I	II		
FBCF	10,9	2,3	4,0	-2,1	2,7	1,6	9,0	2,9		
Construção	5,7	0,7	3,6	-1,8	2,9	1,3	6,9	2,6		
Máquinas e Equipamentos	3,7	-0,8	5,5	0,4	17,8	5,3	13,0	3,5		
Absorção Nacional^b	1,1	-8,2	-0,7	-7,2	23,2	0,3	6,7	-3,0		
Produção	19,9	5,9	8,8	2,5	-0,1	4,1	7,3	-0,9		
Exportações	71,1	42,3	32,6	30,3	-8,2	18,5	8,0	6,5		
Importações	10,2	22,8	24,2	24,4	15,3	21,4	33,7	24,5		
FBCF - Var. DessaZ. (Trim./ Trim. Imediatamente Anterior)	-	-3,0	4,7	-0,9	1,7	-	3,7	-2,2		
Taxa de Investimento										
Nominal	19,6	20,0	19,9	20,4	19,7	20,0	20,4	19,7		
Apreços do Ano Anterior	18,8	18,8	19,0	19,9	19,9	19,5	20,0	19,4		

Fonte: Boletim de Conjuntura (2006).

^a Decomposição da FBCF do IPEA

^b Produção - exportações

segundo trimestre de 2006 (-0,6%), após dez trimestres consecutivos de expansão, segundo o IBGE. Já no período janeiro-junho, as vendas internacionais cresceram 4,1% em relação ao mesmo intervalo de 2005. Por outro lado, as importações cresceram 12,1% no primeiro trimestre e 13,9% no acumulado janeiro-junho.

Dados da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) confirmam a perda da competitividade exportadora do país em função do processo de valorização da moeda nacional. (BOLETIM FUNCEX..., 2006). No primeiro semestre de 2006, o desempenho das exportações (13,5%) foi inferior ao das importações (21,6%). Apesar do maior dinamismo das importações, o saldo da balança comercial alcançou US\$ 19,5 bilhões.

A categoria dos produtos básicos foi a que mais contribuiu para a expansão das exportações, com variação positiva de 15,0% sobre igual período de 2005. O crescimento das exportações dessa categoria de produto está vinculado, principalmente, ao comportamento dos preços internacionais. No período janeiro-junho, observou-se uma elevação de 13,8% nos preços dos básicos, enquanto o quantum de exportação progrediu apenas 1,7%.

Já as categorias de manufaturados e semimanufaturados tiveram crescimento de

13,4% e 6,8%, respectivamente, em comparação com o primeiro semestre de 2005. Vale salientar que esses resultados são inferiores aos registrados no período janeiro-junho de 2005, quando o aumento das vendas internacionais de manufaturados foi de 30,4% e a de semimanufaturados de 31,4%. A expansão das exportações nessas duas categorias decorreu principalmente do aumento dos preços internacionais em detrimento do incremento da quantidade embarcada. (Tabela 10).

Por outro lado, o aumento de 12,6% no quantum foi o principal fator que impulsionou a elevação das importações no primeiro semestre de 2006, contra 7,9% nos preços. Por categoria de uso, os destaques foram os segmentos de bens de consumo duráveis e bens de capital, que assinalaram expansão de, respectivamente, 70,0% e 28,8% em termos de quantidade. Já as importações de bens intermediários registraram crescimento de 11,7%. O crescimento na importação de insumos e bens de capital sinaliza que a produção industrial brasileira deve crescer com mais vigor nos próximos meses e aponta para um processo de substituição de insumos nacionais por importados em função da valorização cambial.

Avaliando a intensidade tecnológica assim como o dinamismo da balança comercial, estu-

Tabela 10 – Balança comercial brasileira: semestre com relação ao mesmo semestre do ano anterior

	Preço	Quantum	Valor
2005 I			
Exportação	11,1	11,7	23,9
Básicos	7,0	1,5	8,4
Semimanufaturados	19,0	10,1	31,4
Manufaturados	11,1	17,3	30,4
Importação	12,0	7,3	20,4
2006 I			
Exportação	11,3	2,0	13,5
Básicos	13,8	1,7	15,0
Semimanufaturados	9,0	-2,1	6,8
Manufaturados	9,9	3,2	13,4
Importação	7,9	12,6	21,6

Fonte: A dinâmica... (2006).

do do Instituto para o Desenvolvimento Econômico (Iedi) constatou um aumento do déficit nos setores de alta tecnologia (de -US\$ 3,8 bilhões no primeiro semestre de 2005 para -US\$ 5,4 bilhões no primeiro semestre de 2006) e uma estagnação do saldo agregado dos setores de baixa e média baixa tecnologias (US\$ 18,3 bilhões nos primeiros semestres de 2005 e 2006). (A DINÂMICA..., 2006).

O Iedi também assinalou uma forte dependência na pauta de exportações brasileiras dos produtos de baixa intensidade tecnológica (26,7% do total) no primeiro semestre de 2006, seguido pelo segmento média-alta tecnologia (24,6%). Em contrapartida, as importações foram predominantemente vinculadas ao setor de média-alta tecnologia (36,1%) e de alta tecnologia (24,1%).

O consumo do governo apresentou variação positiva de 1,8% no segundo trimestre na com-

paração com o mesmo período do ano anterior. No acumulado do ano, o acréscimo foi de 1,9%. O fato de o governo ter encerrado o semestre com um superávit primário do setor público não financeiro de 5,7% do PIB, inferior à cifra de 6,5% do PIB registrada em igual período do ano passado, certamente reflete essa expansão dos gastos governamentais. O ajuste fiscal menor do que o de 2005 revela um afrouxamento na condução da política fiscal no período janeiro-junho que se traduz por uma expansão das despesas correntes, principalmente em função do aumento das contratações e dos reajustes do salário mínimo e dos funcionários públicos. Vale salientar que a implementação de uma política fiscal menos austera não comprometeu a meta de superávit primário de 4,25% do PIB. Outro aspecto importante é a redução do déficit nominal (de 4,0% do PIB para 3,4% em janeiro) em função do recuo das despesas com juros, decorrente da política de redução da taxa básica.

4.1 - Produção Industrial

Os dados divulgados pela Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE, em julho, assinalam uma expansão modesta de 0,6% na produção industrial em relação ao mês anterior, após registrar uma queda de 1,3% no mês de junho em relação a maio. (IBGE, 2006d). Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, ocorreu um incremento de 3,2% da atividade industrial, acima do resultado observado em junho (-0,58%) na mesma base de comparação. O indicador acumulado no período janeiro-julho, frente ao mesmo período do ano anterior foi de 2,7%.

Um aspecto importante que deve ser destacado no primeiro semestre do ano no que tange à dinâmica industrial é a relação entre ritmo de

crescimento e percentual de subsetores com taxa de expansão positiva. A Sinopse de Investimento do BNDES constatou que a quantidade de segmentos industriais com taxa de crescimento no primeiro semestre de 2006 é baixa, apontando para uma redução da integração sistêmica ou até mesmo para um processo de especialização incipiente. (SINOPSE..., 2006). Com base em informações da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), constatou-se uma concentração do crescimento em um número decrescente de atividades. (Tabela 11).

Entre os segmentos que vêm aumentando sua participação na determinação do crescimento industrial, destaca-se a contribuição im-

Tabela 11 – Setores que contribuíram para a formação de 75% a 80% da taxa de crescimento da indústria

Setor	2004			Setor	2005			Setor	Jan-Jun 2006		
	Contribuição	Contribuição Acumulada	Pesos		Contribuição	Contribuição Acumulada	Pesos		Contribuição	Contribuição Acumulada	Pesos
Veículos Automotores	30,4	30,4	7,0								
Máq. e Equipamentos	11,7	42,1	5,8								
Mat. Eletr e Equip Com.	7,6	49,7	2,9								
Alimentos	5,5	55,2	13,0								
Outros Prod. Químicos	5,4	60,6	7,5	Mat. Eletr e Equip Com.	16,7	16,7	2,9	Mat. Esc. e Equip. Info.	19,6	19,6	0,8
Prod. Metal - Excl Máquinas	4,0	64,6	3,6	Farmacêutica	16,6	33,4	3,5	Ind. Extrativa	17,4	37,0	5,0
Mat. Esc e Equip. Informática	3,4	68,0	0,8	Edição, impressão	16,3	49,7	4,5	Ref. Petróleo e Alcool	17,3	54,3	7,9
Borracha e Plástico	3,4	71,4	3,9	Veículos Automotores	16,3	66,0	7,0	Máq. Apar. e Mat. Elétrico	15,1	69,4	2,6
Têxtil	3,3	74,7	3,0	Extrativa	14,8	80,7	5,0	Farmacêutica	9,5	78,9	3,5
Outros	25,3	100,0		Outros	19,3	100,0		Outros	21,1	100,0	3,5
Total	100,0		47,4	Total	100,0		22,8	Total	100,0		19,8
Memo: Taxa de Crescimento da Indústria	8,3			Memo: Taxa de Crescimento da Indústria	3,1			Memo: Taxa de Crescimento da Indústria	3,3		
Tx. De Câmbio Real Efetiva (93=100)	134,8			Tx. De Câmbio Real Efetiva (93=100)	109,9			Tx. De Câmbio Real Efetiva (93=100)	97,8		

Fonte: IBGE (2006a) e Sinopse de Investimentos (2006).

portante das indústrias extractivas e de refino de petróleo e álcool para a expansão industrial em função dos recursos existentes e da intensa atividade de pesquisa. Vale salientar, também, a importância dos segmentos de máquinas de escritório e equipamentos de informática e máquinas, aparelhos e materiais elétricos que têm como fatores determinantes para a sua expansão o alto conteúdo de insumos importados e as políticas governamentais englobando estímulos setoriais e facilidades de crédito. Esses segmentos pouco contribuíram para o crescimento industrial em 2004. Sugere-se, portanto, que a indústria nacional estaria passando por um movimento de concentração/especialização.

Analizando esse processo pela ótica do investimento, o estudo mostra a forte concentração dos investimentos nas empresas pro-

dutoras de bens de capital para a infra-estrutura. Esses investimentos estão fortemente relacionados com a indústria extractiva e de refino de petróleo que vêm participando decisivamente para o aumento do produto industrial. Essa demanda está sendo atendida tanto pelas importações, que cresceram 58,6% no primeiro semestre, com relação ao mesmo período do ano passado, como pelo aumento de 28,0% da produção local nessa mesma base de comparação. (Tabela 12).

Por outro lado, constata-se um incremento de 8,3% do consumo aparente de bens de capital para fins industriais devido, principalmente, ao crescimento das importações (14,8%), já que a produção local caiu 1,9%. Esse fato revela, em certa medida, o esforço de modernização do parque produtivo.

Tabela 12 – Bens de capital para fins industriais e para infra-estrutura, produção e consumo aparente: taxa de crescimento em relação a igual período do ano anterior (%)

Desagregação	Produção		Exportação		Importação		Consumo Aparente	
	2005	Jan-Jun 2006	2005	Jan-Jun 2006	2005	Jan-Jun 2006	2005	Jan-Jun 2006
Bens de Capital para Fins Industriais	-2,2	-1,9	13,4	-17,3	28,0	14,8	6,9	8,3
Bens de Capital para Infra-Estrutura	30,1	28,0	24,9	15,1	0,0	58,6	18,5	53,3

Fonte: Sinopse de Investimentos (2006).

As informações da PIM-PF para o mês de julho ratificam esse processo de concentração/especialização observado no primeiro semestre. Na comparação com julho de 2005, a expansão da indústria manufatureira permanece concentrada em alguns poucos segmentos de alto conteúdo importado, em particular, nos segmentos de máquinas para escritório e equipamentos de informática (49,3%), máquinas, aparelhos e material elétrico (16,3%) e veículos automotores (3,7%). Vale destacar também o crescimento da indústria de alimentos (6,1%), reflexo da expansão de rendimentos. Já a indústria extractiva cresceu 6,6%, em função do aumento da produção de petróleo e minério de ferro. As maiores quedas estão concentradas nas indústrias de calçados (-6,3%), vestuários e acessórios (-5,3%) e madeira (-8,8%), material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações (-9,9%). Os dois primeiros, ainda, sofrendo a forte concorrência chinesa.

Com relação à indústria automobilística, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes (Anfavea), as montadoras produziram 242,8 mil veículos em agosto – aumento de 6,2% em

relação a agosto de 2005. (CARTA..., 2006). No acumulado de janeiro a agosto, observou-se um aumento de 3,5% na produção do setor, decorrente do acréscimo de 9,2% das vendas internas. Vale destacar que as exportações recuaram 11,7% nessa mesma base de comparação. (Tabela 13).

Analizando por categoria de uso, todos os segmentos tiveram incremento na comparação com o mesmo período do ano anterior. O destaque ficou por conta do segmento de bens de capital que registrou taxa de crescimento de 8,3%, desempenho superior à média global da indústria (3,2%). (Tabela 14).

Os resultados por subsetor revelam a liderança do segmento de bens de capital para o setor de energia elétrica (34,7%), bens de capital para fins industriais seriados (9,1%) e bens de capital para construção civil (9,4%). Em contrapartida, as maiores quedas ficaram por conta da indústria de bens de capital para peças agrícolas (-57,7%) e bens de capital agrícola (-27,5%). Portanto, constata-se uma expansão dos investimentos em bens de capital

Tabela 13 – Indústria automobilística: produção, vendas e exportações

Em Unidades	2006	2005	Variações Percentuais		
	Jan.- Ago.	Jan.- Ago.	Ago.06/Jul.06	Ago.06/Ago.05	Jan.- Ago.06/Jan.- Ago.05
PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS MONTADOS					
Total	1.622.243	1.568.072	10,4	6,2	3,5
Veículos Leves	1.531.263	1.472.370	10,8	6,6	4,0
Caminhões	68.506	74.790	6,4	0,2	-8,4
Ônibus	22.474	20.912	0,2	-1,4	7,5
LICENCIAMENTO DE AUTOVEÍCULOS NOVOS - NACIONAIS					
Total	1.132.709	1.037.550	6,9	14,6	9,2
Veículos Leves	1.073.317	974.453	6,7	15,4	10,1
Caminhões	46.312	53.131	11,7	0,3	-12,8
Ônibus	13.080	9.966	0,1	8,6	31,2
EXPORTAÇÕES DE AUTOVEÍCULOS MONTADOS					
Total	425.323	481.923	-11,8	-17,6	-11,7
Veículos Leves	395.724	454.393	-13,8	-19,3	-12,9
Caminhões	22.541	19.304	10,4	9,8	16,8
Ônibus	7.058	8.226	33,5	-3,1	-14,2

Fonte: Elaborada pela Equipe do BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados da Carta da ANFAVEA (2006).

Tabela 14 – Categorias de uso: variação em relação ao mesmo mês do ano anterior

	jul/05	ago/05	set/05	out/05	nov/05	dez/05	jan/06	fev/06	mar/06	abr/06	mai/06	jun/06	jul/06
Bens de Capital	-3,1	3,6	6,9	1,4	4,4	7,1	6,6	10,9	10,1	-0,2	6,1	-2,0	8,3
Bens Intermediários	-1,7	0,6	-0,9	-0,5	-0,3	0,3	2,8	2,4	3,1	-1,6	3,9	-0,4	3,2
Bens de Consumo	5,1	8,8	0,1	1,6	1,9	4,9	3,7	8,3	7,4	-1,7	5,6	0,2	2,8
Bens de Consumo Duráveis	13,2	13,3	0,5	2,6	-0,2	14,4	19,0	15,5	11,2	0,6	7,7	-4,2	1,2
Semiduráveis e não duráveis	3,0	7,5	-0,1	1,4	2,4	2,6	0,1	6,2	6,2	-2,3	5,0	1,6	3,3

Fonte: Carta IEDI (2006).

para a infra-estrutura e de uso misto, enquanto os segmentos agrícolas sofrem uma retração.

Segundo a Anfavea, o desempenho negativo para máquinas agrícolas automotrices (-24,7%) deve-se, principalmente ao fraco desempenho das exportações. (CARTA DA ANFAVEA, 2006). Em agosto, os embarques recuaram 21,4% em volume em relação ao mesmo período do ano anterior, com apenas 2,0 mil unidades vendidas. Estima-se que as exportações caíram 28% em 2006, passando de 30,7 mil para 22,0 mil unidades. Certamen-

te a valorização do real foi determinante para reduzir a competitividade das montadoras instaladas no Brasil. (Tabela 15).

Já as vendas internas registraram progressão de 12,9% em relação ao ano passado. Em 2006, as vendas internas devem crescer 3,4%, totalizando 24 mil unidades. A previsão inicial, no entanto, era da ordem de 27 mil unidades.

Apesar do baixo desempenho desse segmento, dois tipos de máquinas registram movimentos contracíclicos: tratores de esteiras e

Tabela 15 – Máquinas agrícolas automotrices: produção e exportações

Em Unidades	2006	2005	Variações Percentuais		
	Jan.- Ago.	Jan.- Ago.	Ago.06/ Jul.06	Ago.06/ Ago.05	Jan.- Ago.06/ Jan.- Ago.05
PRODUÇÃO					
Total	31.708	39.582	0,2	-24,7	-19,9
Tratores de rodas	24.228	31.630	3,4	-24,0	-23,4
Tratores de Esteiras	1.912	1.776	26,1	17,9	7,7
Cultivadores Motorizados	1.450	1.447	-41,2	-50,0	0,2
Colheitadeiras	1.587	2.617	-60,9	-90,8	-39,4
Retroescavadeiras	2.531	2.112	-15,8	17,6	19,8
VENDAS INTERNAS - NACIONAIS E IMPORTADAS - ATACADO					
Total	16.986	16.425	9,4	12,9	3,4
Tratores de rodas	13.295	12.667	6,9	18,2	5,0
Tratores de Esteiras	213	307	2,5	5,1	-30,6
Cultivadores Motorizados	1.379	1.413	67,3	-17,2	-2,4
Colheitadeiras	544	1.080	64,0	-44,6	-49,6
Retroescavadeiras	1.555	958	-2,8	24,8	62,3
EXPORTAÇÕES					
Total	15.150	22.354	14,1	-21,4	-32,2
Tratores de rodas	11.102	17.757	11,8	-25,5	-37,5
Tratores de Esteiras	1.720	1.415	35,1	36,4	21,6
Cultivadores Motorizados	34	27	100,0	100,0	25,9
Colheitadeiras	1.398	2.094	-35,1	-72,7	-33,2
Retroescavadeiras	896	1.061	40,0	40,0	-15,6

Fonte: Elaborada pela Equipe do BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados da Carta da ANFEVEA (2006).

retroescavadeiras. Em ambos os casos, observam-se expansão na produção e nas vendas, com destaque para o aumento de 17,9% na produção de tratores de esteiras.

O crescimento de 3,3% em julho de 2006, comparativamente a julho de 2005, do setor de bens não duráveis e semiduráveis decorreu, sobretudo, do acréscimo da produção de alimentos e bebidas elaborados para consumo doméstico (5,6%) e de carburantes (7,4%).

O setor de bens intermediários, por sua vez, apresentou um crescimento igual à média da indústria (3,2%), após retração de 0,5% no mês anterior, nessa mesma base de comparação. Os maiores destaques foram insumos industriais elaborados (2,8%), insumos industriais básicos (13,3%),

alimentos e bebidas elaborados para a indústria (12,6%) e insumos da construção civil (7,5%).

O setor de bens de consumo duráveis registrou retração de 1,2%, refletindo o recuo da expansão do crédito. Os subsetores que mais se sobressaíram foram automóveis (3,2%) e eletrodomésticos (4,7%). A principal influência negativa foi na produção de celulares (-12,4%).

O crescimento modesto e concentrado em alguns setores da produção industrial no mês de julho revela a necessidade do governo continuar o ciclo de queda da taxa básica de juros. Ademais, a expansão do consumo das famílias com valorização cambial pode implicar a intensificação do processo de substituição da produção local por importações.

4.1.1 - Produção industrial do Nordeste

A A região Nordeste registrou no mês de julho, na comparação com o mês anterior, aumento de 1,9% na produção industrial, após dois meses consecutivos de resultados negativos. Nesse indicador, a indústria nordestina registra taxa de crescimento superior à média nacional.

Nas demais bases de comparação, a indústria nordestina registrou também resultados positivos. Na comparação com julho de 2005, o nível de produção subiu 2,6% – incremento inferior à média nacional. E no acumulado do ano, a indústria regional cresceu 3,2%. (Tabela 16).

O incremento da indústria no mês de julho, na comparação com o mesmo período de 2005, provém dos resultados positivos de seis dos onze setores pesquisados. Os segmentos que assinalaram maiores incrementos foram metalurgia (17,1%), têxtil (9,3%), alimentos e bebi-

das (8,8%) e celulose e papel (16,9%). As principais retrações se concentraram em produtos químicos (-4,9%) e refino de petróleo e produção de álcool (-4,1%).

No acumulado do ano, oito das onze atividades pesquisadas registraram desempenho positivo. Os segmentos que apresentaram maiores incrementos foram celulose e papel (27,9%), metalurgia básica (14,9%) e têxtil (9,2%). Em contrapartida, a indústria de vestuário (-22,4%) e extrativa (-3,4%) apresentaram as maiores contribuições negativas do período.

Os resultados positivos da indústria nordestina em julho revelam uma recuperação, após um segundo trimestre de fraco desempenho. De fato, os Indicadores Industriais fornecidos pelo Instituto de Desenvolvimento Industrial da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec) mostram que o volume de produção atin-

giu 48,3 pontos no segundo trimestre⁴. (FIEC, 2006). Esses valores são, no entanto, superiores aos registrados no primeiro trimestre de 2006 (45,8 pontos) e no mesmo período de 2005 (46,1 pontos). A retração deve-se principalmente ao comportamento das pequenas e médias empresas, já que o volume de produção das grandes empresas manteve-se estável. (Tabela 17).

Com relação às vendas da indústria manufatureira, constatou-se uma pequena queda no segundo trimestre. Contudo, o indicador de 48,0 pontos foi superior ao registrado no primeiro trimestre (46,0 pontos). O modesto crescimento do faturamento das grandes empresas contribuiu para essa leve recuperação.

Já o emprego industrial alcançou 50,5 pontos, revertendo uma tendência de declínio iniciada no terceiro trimestre de 2005. Vale mencionar que nesse quesito as grandes empresas foram as responsáveis pelo bom desempenho dessa variável.

Voltando à pesquisa do IBGE, dos Estados do Nordeste investigados pela Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF) do IBGE, o

destaque foi o Estado do Ceará (13,1%) taxa de crescimento positiva e acima da média nacional na comparação em julho/ 2006 – julho/ 2005. O Estado de Pernambuco (2,5%) também apresentou resultado positivo no indicador mensal. Por outro lado, a Bahia assinalou queda de 1,7%, após doze meses consecutivos de expansão da produção industrial nessa base de comparação. Já no acumulado do ano, os três Estados assinalaram incremento superior à média nacional, com destaque novamente para o Ceará, com expansão de 8,1%.

O bom desempenho da economia cearense revela um movimento de recuperação, após a forte desaceleração observada no ano de 2005. O crescimento de 13,1% no indicador mensal resultou do acréscimo de seis das dez atividades industriais investigadas. Os maiores incrementos estão relacionados com a indústria têxtil (21,8%) e de alimentos e bebidas (13,1%). Por outro lado, a indústria de calçados foi o destaque negativo, com queda de 11,1% na produção, certamente, devido à concorrência de produtos chineses favorecido pela valorização cambial.

Tabela 16 – Indicadores conjunturais da indústria: produção física: resultados regionais. Julho/ 2006

Locais	Taxa de Variação (%)			
	Jul.2006/ Jul.2005	Mensal	Acumulado no Ano	Acumulado 12
Região Nordeste	1,9	2,6	14,8	9,8
Ceará	2,2	13,1	8,1	0,8
Pernambuco	-1,0	2,5	4,4	4,3
Bahia	-1,6	-1,7	4,8	5,1
Brasil	0,6	3,2	2,7	2,2

Fonte: IBGE (2006h).

Tabela 17 – Nordeste: indicadores para a indústria de transformação: avaliação do trimestre

Nível de Atividade	2005			2006	
	II	III	IV	I	II
Volume de Produção	46,1	52,6	55,3	45,8	48,3
Evolução do Faturamento	46,0	52,6	52,5	46,4	48,0
Evolução do Número de Empregados	47,3	51,2	51,1	47,2	50,5
Util. Capac. Instalada Nordeste (%)	66,4	71,7	77,7	72,6	68,4
Util. Capac. Instalada Brasil (%)	71,8	72,4	74,6	71,4	71,8

Fonte: Sondagem Industrial -Ceará (2006).

⁴ Os indicadores gerados pela pesquisa de Sondagem Industrial variam de 0 a 100 pontos. Valores acima de 50 pontos indicam crescimento ou expansão da variável e abaixo de 50 representam redução da variável.

No acumulado dos últimos sete meses, a indústria cearense registrou expansão de 8,1%, com seis das dez atividades investigadas assinalando taxas positivas. Esse resultado deve-se principalmente ao bom desempenho do segmento têxtil (16,9%) e máquinas, e aparelhos e materiais elétricos (92,5%). Em sentido contrário, a indústria do vestuário foi o destaque negativo, com recuo de 19,7% na produção.

Na indústria baiana, a retração de 1,7% da produção no mês de julho decorreu da queda de somente três dos nove setores investigados. A maior baixa veio de produtos químicos (-9,0%) e refino de petróleo e produção de álcool (-4,5%). Em contrapartida, as atividades que apresentaram maiores incrementos foram celulose e papel (18,9%) e metalurgia básica (7,6%).

No acumulado janeiro-julho, ocorreu expansão de 4,8% – incremento superior à média nacional. Seis das nove atividades investigadas assinalaram taxas positivas de crescimento. As atividades que mais se expandiram foram celulose e papel (32,4%), refino de petróleo e produção de álcool (6,9%), e metalurgia básica (15,0%). Em sentido contrário, as maiores contribuições negativas foram registradas no segmento de alimentos e bebidas (-3,1%) e produtos químicos (-0,9%).

Os resultados positivos da indústria de papel e celulose baiana devem continuar nos próximos anos em função dos grandes investimentos que estão sendo realizados no setor. O grupo Suzano, *holding* que tem o controle da Bahia Sul Celulose, anunciou que até 2007 duplicará sua capacidade de produção. Esse crescimento tornará o pólo de celulose do extremo sul da Bahia um dos maiores do mundo.

Já a Bahia Pulp iniciou obras de ampliação com o objetivo de triplicar sua capacidade de produção até 2007, passando das atuais 115 mil toneladas para 365 mil toneladas anuais. A expectativa é que a ampliação da capacidade

produtiva permita a geração de 1,4 mil empregos diretos, sendo 1.000 nas plantações de eucaliptos e outros 400 na fábrica localizada no pólo petroquímico de Camaçari.

Vale destacar também que a Veracel, *joint venture* originada da brasileira Aracruz e da sueco-finlandesa Stora Enso, está com produção diária de 2,2 mil toneladas, gerando 3 mil empregos diretos e 7 mil indiretos permanentes na região.

Esse desempenho está em sintonia com a conjuntura nacional favorável. De acordo com o BNDES, os investimentos no setor de papel e celulose no Brasil deverão crescer, em média, 17% ao ano no período 2007/2010 em relação a 2002/2005 – equivalente a inversões em torno de R\$ 20 bilhões, sem precedentes na história do setor. Desse total, o BNDES vai financiar cerca R\$ 11,7 bilhões. Somente no período janeiro-agosto de 2006, o BNDES já aprovou financiamentos de R\$ 3 bilhões para projetos de ampliação da produção de papel e celulose. (INVESTIMENTOS EM PAPEL..., 2006).

A indústria pernambucana, por sua vez, assinalou variação de 2,5% na comparação com igual período do ano anterior, com sete dos onze setores pesquisados registrando incrementos positivos. Em julho, o segmento que mais contribuiu para o resultado positivo foi de metalurgia básica (21,8%), borracha e plástico (22,2%) e alimentos e bebidas (5,0%) também foram destaque. As principais pressões negativas ficaram por conta das atividades de produtos químicos (-15,9%) e de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-26,8%).

Em Pernambuco, no período janeiro-julho, oito das onze atividades fabris assinalaram taxas de crescimento positivas. As maiores contribuições vieram de alimentos e bebidas (8,1%) e de borracha e plástico (46,5%). Em contrapartida, o recuo de 14,4% em produtos químicos foi o principal destaque negativo.

4.2 - Nível de Utilização da Capacidade Instalada

Os dados trimestrais divulgados pela Fundação Getúlio Vargas registram um acréscimo no Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) da indústria de transformação que atingiu 84,9%, acima dos 83,1% do mês de abril. Vale salientar que essa elevação ocorre numa conjuntura de relativa desaceleração da produção industrial. (SONDAGEM CONJUNTURAL..., 2006). (Tabela 18).

A análise dos indicadores por categoria de uso indica que o setor de bens intermediários registra o maior Nuci da indústria de transformação em julho (87,7%). Diante do crescimento do nível de utilização, novos investimentos na construção de fábricas e ampliação da capacidade instalada das empresas já existentes estão programados para esse segmento.

A Sondagem Conjuntural – Quesitos Especiais da FGV observou, a partir de dados projetados para 2006, que a relação investimentos/vendas no setor de bens intermediários passou de 8,1% em 2005 para 9,3% em 2006.

(SONDAGEM CONJUNTURAL..., 2006). De um total de 304 empresas entrevistadas, 56% planejam investir mais em 2006 do que no ano anterior. (Tabela 19).

Resultados preliminares de uma pesquisa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) revelam que os investimentos de ampliação da capacidade instalada devem crescer na casa de dois dígitos ao ano entre 2007 e 2010⁵. (BNDES, 2006). Grande parte dessas inversões será direcionada para os segmentos de bens intermediários e de *commodities*, como petróleo, siderurgia, celulose e petroquímica. Essas conclusões foram baseadas em informações sobre os pedidos de financiamento das empresas, os desembolsos na carteira de crédito do próprio banco e as consultas realizadas a entidades setoriais e às próprias empresas.

Os determinantes desses investimentos obedecem a uma lógica setorial. No caso da siderurgia e celulose, por exemplo, observa-se um

Tabela 18 – Brasil: Nível de Utilização da Capacidade (NUCI): percentuais

	2005			2006		
	Jan	Abr	Jul	Jan	Abr	Jul
DADOS ORIGINAIS						
Indústria de Transformação	83,8	84,2	84,7	83,6	83,1	84,9
Bens de Consumo	76,2	79,5	82,3	81,4	77,7	80,1
Bens de Capital	83,2	82,5	82,4	77,5	81,9	83,9
Material de Construção	84,5	83,6	80,2	80,8	85,8	84,5
Bens Intermediários	87,9	87,5	87,2	86,0	86,2	87,7
DADOS COM AJUSTE SAZONAL						
Indústria de Transformação	84,5	84,7	84,4	84,3	83,7	84,5
Bens de Consumo	77,2	80,1	81,7	82,4	78,5	79,4
Bens de Capital	84,1	85,3	82,2	78,5	81,6	83,6
Material de Construção	84,3	82,8	81,6	80,6	84,9	85,9
Bens Intermediários	88,3	84,6	87,1	86,4	86,3	87,7

Fonte: Sondagem Conjuntural da Indústria (2006).

⁵ A taxa anual de dois dígitos de crescimento foi obtida a partir de uma comparação realizada entre o volume total de investimentos programados pelas empresas entre 2007 e 2010 em relação ao período 2002 e 2005.

Tabela 19 – Investimento em proporção das vendas

Segmentos Industriais	Período	Investimentos/ Relação Vendas (%)
Indústria de Transformação	2005	6,1
	Previsão 2006	7,0
Setores Industriais		
Bens de Consumo	2005	4,3
	Previsão 2006	5,2
Bens de Capital	2005	3,1
	Previsão 2006	3,1
Material de Construção	2005	4,6
	Previsão 2006	5,3
Bens Intermediários	2005	8,1
	Previsão 2006	9,3

Fonte: Sondagem Conjuntural da Indústria... (2006).

forte movimento de transferência de plantas industriais do hemisfério norte para o hemisfério sul onde as vantagens comparativas são maiores. De acordo com o estudo, fatores adversos como um eventual ciclo de queda das *commodities* metálicas e agrícolas assim como a retração da demanda desses bens por parte da China não afetarão substancialmente os programas de investimento.

Na avaliação do BNDES, os investimentos do setor petroquímico em novos projetos de primeira e segunda gerações devem alcançar R\$ 17,6 bilhões entre 2007 e 2010 – incremento médio de 33,7% ao ano comparativamente aos recursos investidos no período de 2003 a 2006.

Desse total, o BNDES financiará R\$ 7,4 bilhões, o que representa um aumento de 33,5% em relação ao período anterior.

O setor de bens de capital assinala uma expansão do Nuci nos dois primeiros trimestres de 2006. Grande parte dessa expansão deve-se ao desempenho da produção de bens de capital sem rodas que teve um incremento de 12,9% no primeiro semestre de 2006, enquanto a produção de capital total foi de 5,0% nesse período. Destaque para o crescimento da produção local de bens de capital para infra-estrutura que foi fortemente beneficiado pelo incremento dos investimentos da indústria extrativa e de refino de petróleo. (Tabela 20).

Tabela 20 – Investimento em máquinas e equipamentos* (%)

	2005					2006		
	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	Ano	1º trim.	2º trim.	Jan-Jun
Bens de Capital - Total								
Produção	2,5	5,1	2,5	4,2	3,6	9,2	1,3	5,0
Exportação	27,0	12,7	17,0	13,7	16,9	9,1	9,4	9,3
Importação	22,5	26,9	28,2	10,3	21,5	35,1	23,6	28,9
Consumo Aparente	2,0	8,7	5,4	3,0	4,8	17,0	5,8	11,1
Bens de Capital "Sem Rodas"								
Produção	-0,7	5,7	7,3	11,2	6,1	20,4	6,5	12,9
Exportação	40,0	35,5	12,5	3,5	20,3	10,9	-1,6	4,2
Importação	20,6	26,8	23,1	6,4	18,5	35,9	25,2	30,1
Consumo Aparente	0,5	8,2	10,8	10,8	8,2	28,8	15,9	21,9

Fonte: Sinopse de Investimento (2006).

* Variação em relação a igual período do ano anterior (%).

Por outro lado, impressiona o aumento generalizado das importações de bens de capital. Nesse quesito, vale mencionar que a produção de alguns segmentos da indústria de bens de capital vem sendo bastante afetada pelas importações chinesas. É o caso da fabricação de talhas manuais. Segundo levantamento da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), a participação das importações chinesas no consumo aparente desse produto passou de 28,4% em 2003 para 43,7% em 2005. (ABIMAQ, 2006). Por outro lado, constatou-se uma queda da participação das vendas da indústria nacional no consumo aparente de 19,3 pontos percentuais de 2003 a 2005. Com base nesses resultados, a Abimaq entrou com um processo *antidumping* contra exportadores chineses de talhas manuais, ao constatar que o preço internacional de referência do produto é de US\$ 88,06 por peça, enquanto o das exportações chinesas é de US\$ 12,44 por peça.

Portanto, o que se observa é que o aumento do investimento na economia está estimulando um forte crescimento das importações, mas também da produção nacional de bens de capital. Entretanto, o crescimento da produção doméstica está sendo fortemente concentrado na produção de bens de capital para infra-estrutura. Essa heterogeneidade nos resultados do setor de bens de capital produziu uma estabilidade na relação investimento/vendas, obtidas com os resultados projetados para 2006, comparativamente a 2005.

Já o setor produtor de bens de consumo teve uma recuperação do nível de utilização da capacidade instalada, após um primeiro trimestre de retração. Vale salientar que, nesse segmento, as empresas projetam uma relação investimentos/vendas de 5,2% em 2006, contra 4,3% em 2005. O ciclo de queda da Selic, o cres-

cimento do rendimento médio do trabalhador e a expansão do crédito contribuem fortemente para esse maior ímpeto para investir do empresariado desse setor.

A Sondagem Conjuntural da FGV revela que a percepção dos empresários em relação ao ambiente de negócios melhorou substancialmente. De um total de 935 empresas pesquisadas, 16,0% estão avaliando como boa, a situação atual dos negócios, enquanto somente 24,0% prevêem piora da situação. A diferença de 8 pontos percentuais entre os dois extremos é melhor do que o constatado em julho de 2005.

No que se refere à demanda global, 14,0% consideram o nível atual forte e 26,0% fraco, estabelecendo uma diferença negativa de 12 pontos percentuais entre os dois extremos, resultado igual ao do mesmo período do ano anterior.

A Sondagem Conjuntural também constatou que o nível de estoques industriais foi considerado excessivo por 11% das empresas entrevistadas, e insuficiente por 4,0%. A diferença de -7 pontos percentuais revela um quadro de normalidade e é inferior à média histórica para esse indicador.

Para os Estados do Nordeste, os indicadores industriais fornecidos pelo Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará da Fiec revelam que o índice de utilização da capacidade instalada atingiu 68,4% no segundo trimestre – inferior ao índice do período janeiro-março de 2006 (72,6%) e do mesmo período do ano anterior (71,7%). (FIEC, 2006). (Gráfico 08).

Já o índice de expectativa do empresariado industrial nordestino permanece positivo (61,8 pontos), muito embora tenha sido inferior ao índice de janeiro (65,4 pontos) e de abril (64,0 pontos). (Gráfico 09).

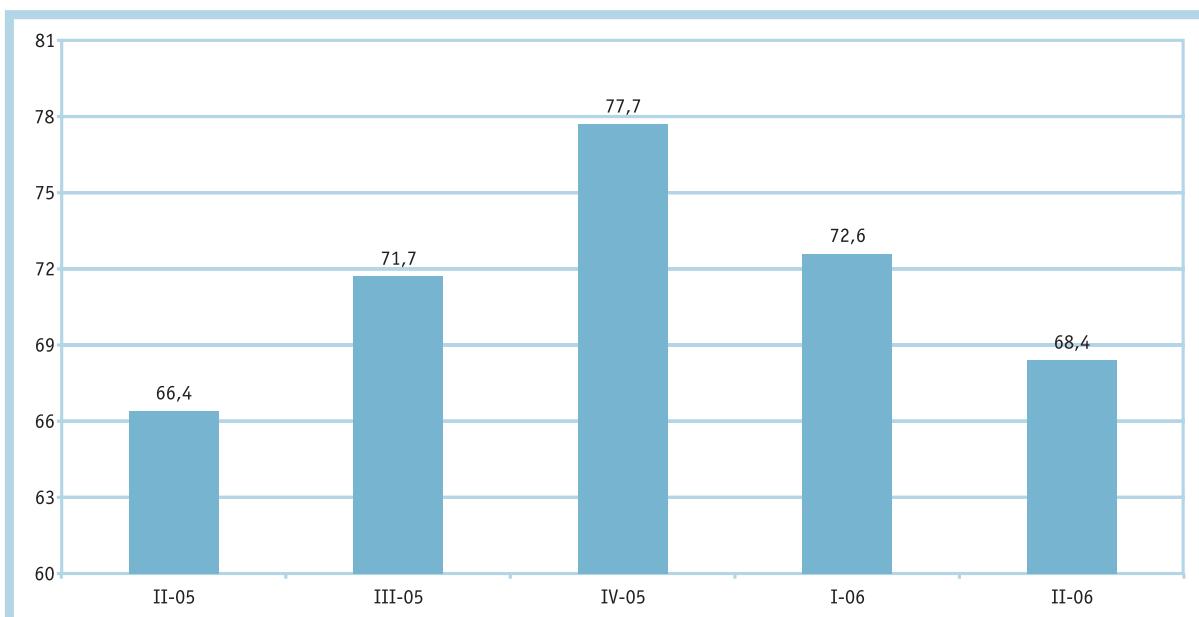


Gráfico 08 – Nordeste: utilização da capacidade instalada (%)

Fonte: FIEC (2006).

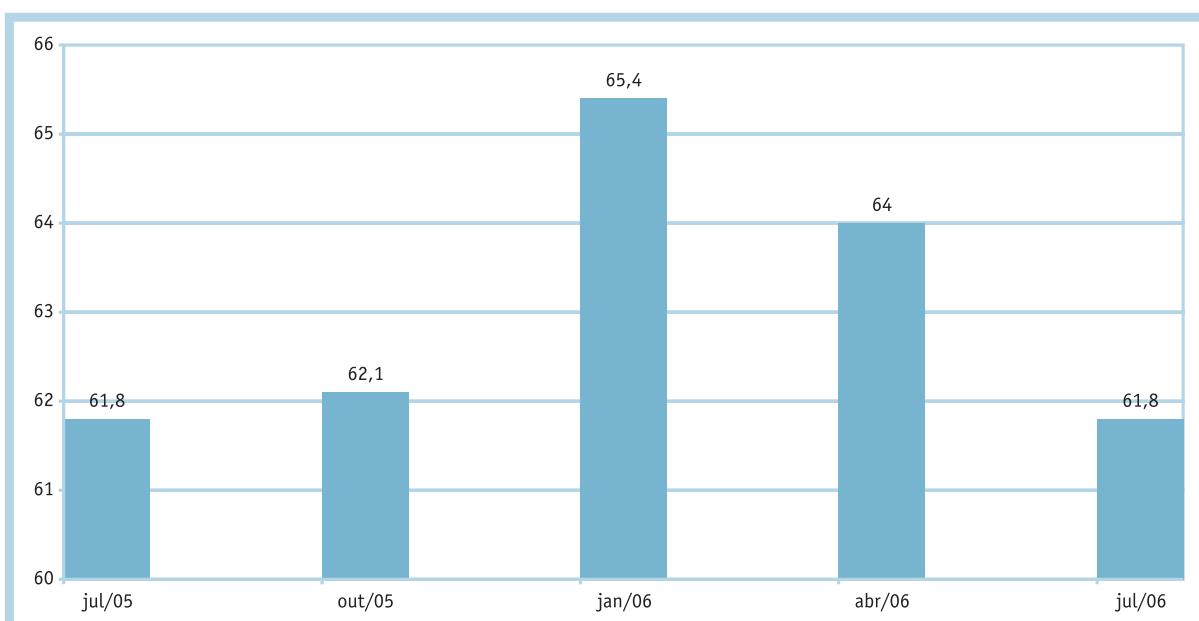


Gráfico 09 – Nordeste: índice de expectativa do empresário

Fonte: FIEC (2006).

4.3 - Produtividade da Indústria

Pesquisa divulgada pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) revelou que a produtividade da indústria brasileira continua positiva no primeiro semestre de

2006 (2,7%), embora inferior à do primeiro semestre de 2005 (3,2%). (PRODUTIVIDADE..., 2006). O incremento da produtividade foi acompanhado por um crescimento da produção

(2,6%), porém com queda do pessoal ocupado (-0,5%) e das horas pagas (-0,1%). Essa associação reverte temporariamente o ciclo virtuoso dos últimos dois anos que associava expansão da produção e da produtividade com aumento no emprego industrial, nas horas pagas e na massa salarial. (Tabela 21).

Para o segundo semestre, a manutenção de fatores favoráveis à expansão da demanda doméstica, como o crescimento da massa salarial e do crédito para pessoas físicas, a trajetória de queda da Selic e a implementação de uma política fiscal expansionista deverão contribuir para o crescimento do produto e da produtividade.

Dos dezoito setores analisados, doze apresentaram crescimento da produtividade no primeiro semestre – e em apenas três deles, o incremento da produtividade estava associado a uma elevação das horas pagas, no caso a indústria extrativa; máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicação; e papel e gráfica. Nesse grupo, constatam-se investimentos relevantes na ampliação da capacidade produtiva. (Tabela 22).

Em nove setores, os ganhos de produtividade foram acompanhados de diminuição das horas pagas, com destaque para os segmentos de calçados e couros; madeira. Nesses casos, os ganhos de produtividade podem estar relacionados a ajustes defensivos que implicam o fechamento de segmentos do processo de produção e/ou a adoção de mudanças organizacionais poupadoras de mão-de-obra.

Outros dois setores assinalaram queda na produtividade com expansão da produção, emprego e horas pagas. Produção de metal inclusive máquinas e equipamentos e vestuário são

exemplos de indústrias onde a elevação das horas pagas supera o incremento na produção.

No âmbito regional, todos os dez Estados investigados pelo Iedi, apresentaram crescimento da produtividade no primeiro semestre de 2006, com destaque para o Estado do Ceará e da Bahia que apresentaram o primeiro e o segundo maior acréscimo de produtividade dentre os locais analisados. (Tabela 23).

O Ceará registrou uma variação positiva de 10,7%, destacando-se o segmento têxtil (22,0%) e produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos (39,4%). No segmento têxtil, foi crucial para a expansão da produtividade o crescimento da produção, responsável por cerca de metade do aumento da produção cearense, e a queda de 4,9% nas horas pagas. Os destaques negativos ficaram por conta de vestuário (-17,4%) e minerais não metálicos (-10,1%).

O avanço da produtividade de 6,5% da indústria baiana decorreu, sobretudo, do crescimento da produção (5,5%), já que as horas pagas mantiveram-se estáveis (-0,9%). Dos seis setores investigados, somente alimentos e bebidas (-7,0%) assinalou queda da produtividade. Das atividades que apresentaram elevação da produtividade, o setor de coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool foi o único a registrar expansão da produção e das horas pagas. Os demais tiveram aumento substancial da produção com redução das horas pagas.

Já a indústria pernambucana registrou um aumento da produtividade de 6,4%. O fator determinante para esse desempenho foi o crescimento da produção (5,5%), principalmente nos setores de borracha e plástico, minerais não metálicos e metalurgia básica, associado a uma pequena variação nas horas pagas (-1,6%).

Tabela 21 – Brasil: indústria geral. Principais indicadores acumulados

Variáveis	Variações (%)						Acumulado Jan-Jun/2006	Mensal		
	Mês/mês com ajuste sazonal - 2006									
	jan	fev	mar	abr	mai	jun				
Prod. Física - PF	-1,4	1,1	-0,4	-0,1	1,6	-1,7	2,6	-0,6		
Horas Pagas - HP	-0,5	1,9	-1,7	0,6	0,0	0,2	-0,1	0,2		
Pessoal Ocupado - PO	0,1	0,3	-0,3	0,5	0,0	-0,1	-0,5	-0,1		
Produtividade PF/HP	-0,9	-0,8	1,3	-0,6	1,5	-1,9	2,7	-0,8		

Fonte: Elaborada pela Equipe do BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados do IBGE (2006h) e IEDI (2006).

Tabela 22 – Brasil: Indicadores acumulados de produção física (PF), horas pagas (HP) e produtividade (PF/PH) por setores de atividade (Jan.- Jun./05)

Setores Industriais	Produção Física (PF)	Horas Pagas (HP)	PF/HP
Indústria Geral	2,6	-0,1	2,7
Indústria Extrativa	8,4	1,8	6,4
Indústria de Transformação	2,3	-0,2	2,5
Crescimento na Produtividade com Expansão nas Horas Pagas			
Máq. Ap. Elétricos, Eletrônicos, de Precisão e de Com.	13,8	9,7	3,7
Papel e Gráfica	2,3	1,1	1,2
Crescimento na Produtividade com Declínio nas Horas Pagas			
Calçados e Couro	-3,9	-8,0	4,4
Madeira	-8,8	-13,9	5,9
Minerais Não Metálicos	1,3	-2,5	3,9
Máq. Equip. excl. Elétricos, Eletrônicos, de Precisão e de Com.	0,8	-6,5	7,8
Borracha e Plástico	2,1	-2,3	4,5
Metalúrgica Básica	0,5	-0,3	0,8
Fumo	4,4	-4,7	9,5
Têxtil	2,0	-2,0	4,1
Fab. Outros Produtos. da Ind. de Transformação	1,7	-0,7	2,5
Declínio na Produtividade com Expansão nas Horas Pagas			
Alimentos e Bebidas	2,3	6,6	-4,0
Produtos Químicos	-0,8	2,3	-3,1
Coque, Refino de Petróleo, Combustíveis Nucleares e Álcool	5,2	13,7	-7,5
Fab. de Meios de Transporte	1,5	3,5	-1,9
Declínio na Produtividade com Declínio nas Horas Pagas			
Prod. de Metal Exclusive Máquinas e Equipamentos	-3,1	-2,5	-0,7
Vestuário	-7,9	-4,8	-3,3

Fonte: Elaborada pela Equipe do BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados do IBGE (2006h) e IEDI (2006).

Tabela 23 – Brasil e unidades da federação: indicador acumulado de produtividade (PF/PH). Variação (%). Base: igual período do ano anterior: jan. a jun. 2006

Brasil e UFs	BR	CE	PE	BA	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS
Indústria Geral	2,7	10,7	6,4	6,5	1,8	3,6	5,5	1	1,6	3	4,5
Indústria de Alimentos	6,4			2,2	9,6	7	5,5				
Indústria e Bebidas	-4	8,2	9,6	-7		8,7					
Fumo	9,5				8						-1,9
Têxtil	4,1	22	12,5		-1,5		4,8	2,1		-4,5	
Vestuário	-3,3	-17,4						2,6		-3,4	
Calçados e Couro	4,4	0,4	9								3,9
Madeira	5,9								17,7	-8,8	
Coque, refinado de petróleo, combustíveis nucleares e álcool	-7,5	21,8	-45	2,1	-17,2		12,4	-11,8	-0,4		-12,4
Borracha e Plástico	4,5		63,9	18,4			-8,7	1,5	7,8	14,2	17,8
Minerais não-metálicos	3,9	-10,1	7,1	22,1	14,2	-4,1	6,7	1,4	5,5	-0,8	
Metalurgia Básica	0,8	12,1	8,6	31,6	8,9	4	-6,9	-7,7		5,8	6,1
Produtos de Metal, exclusivo máquina e Equipamentos	-0,7	39,4	9,2		-6,3			-5,8	-1,7		-3,4

Fonte: IBGE (2006h) e Produtividade... (2006).

4.4 - Comércio

MNas recentes pesquisas do IBGE, no Relatório de Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) até julho de 2006, registrou-se um aumento do volume de vendas de 2,30% (julho de 2006 sobre julho de 2005) em todo o setor do comércio varejista⁶.

Pontualmente analisando, julho de 2006, se comparado com os meses anteriores, apresentou um resultado abaixo das expectativas, demonstrando um arrefecimento sutil da atividade comercial (considerando os ajustes sazonais da série de dados). Quando se analisam os dados da PMC, duas grandes variáveis são levadas em conta: a) Volume de vendas do comércio varejista ampliado e não-ampliado; b) Receita Nominal de Vendas do Comércio Varejista ampliado e não-ampliado.

Na análise da série ajustada, o setor que apresentou a maior queda foi o de móveis e eletrodomésticos na comparação com o mês anterior (2,65%), e por outro lado, o setor de veículos, motos, partes e peças apresentou uma importante recuperação (8,23%) se comparados os últimos três meses. De certa forma, a análise pontual (mês a mês) carece de melhor interpretação analítica, e como será visto adiante, os melhores indicadores são alcançados quando se analisam as taxas de crescimento nos acumulados no ano e em 12 meses; este tipo de informação visualiza melhor a dinâmica e evolução no tempo das receitas e volumes de vendas do comércio como um todo.

Na relação julho 2006/julho de 2005, seis das oito atividades do varejo obtiveram aumen-

⁶ O comércio varejista engloba os setores de: i) combustíveis e lubrificantes; ii) hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo; iii) tecidos, vestuários e calçados; iv) móveis e eletrodomésticos; v) artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; vi) equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação; vii) livros, jornais e revistas; viii) outros artigos de uso pessoal e doméstico e ainda contam-se os segmentos de veículos, motos, partes e peças e material de construção, que fazem parte do comércio varejista ampliado.

to no volume de vendas cujas taxas, por ordem de importância no resultado global: o setor de hipermercados, supermercados, alimentos, bebidas e fumo, 4,97%; artigos de uso pessoal e doméstico, 11,50%; móveis e eletrodomésticos, 2,09%; equipamentos e material para escritório, informática e comunicação, 26,93%; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 3,28%; livros, jornais, revistas e papelaria, 2,27%. Por outro lado, verificou-se uma queda de 5,10% em tecidos, vestuário e calçados e forte queda de 10,18% para combustíveis e lubrificantes.

Conforme se observa nos dados da Tabela 24, quase todos os setores vêm experimentando um bom desempenho ao longo dos últimos 12 meses e no acumulado do ano, com taxas de variação positivas e expressivas nos setores de equipamentos e materiais para escritórios, informática e comunicação, no de artigos de

uso pessoal e doméstico e no de móveis e eletrodomésticos. (Tabela 24).

Deve-se salientar, também, o resultado contrastante e negativo do setor de combustíveis e lubrificantes que apresenta uma queda contínua e acentuada de seu volume de vendas ao longo do tempo, reflexo direto do aumento do preço do petróleo. No geral, percebe-se que os setores do comércio que negociam bens de consumo não-duráveis têm sido beneficiados pelo aumento da renda média real do trabalhador nos últimos dois anos; no mesmo ritmo, setores que tiveram um tratamento tributário especial, como forma de alavancar a demanda (sobretudo o setor de microinformática), conseguiram taxas de crescimento expressivas. Setores que utilizam as modalidades de crédito pessoal para a aquisição de seus produtos (sobretudo os bens de consumo duráveis) também vêm apresentando desempenho satisfatório,

Tabela 24 – Brasil: indicadores de desempenho do comércio varejista, segundo grupos de atividades PMC - (jul./06)

Atividades	Volume de Vendas		
	Indicador Mensal Taxa de Variação Jul.06./Jul.05	Acumulado Taxa de Variação	
		No Ano	12 Meses
COMÉRCIO VAREJISTA*	2,30	5,18	5,14
1. Combustíveis e Lubrificantes	-10,18	-10,04	-9,01
2. Hiper, Supermercados, Prods. Alimentícios, Bebidas e Fumo	4,97	7,19	5,26
2.1. Super e Hipermercados	5,31	7,09	4,72
3. Tecidos, Vest. e Calçados	-5,10	1,62	5,19
4. Móveis e Eletrodomésticos	2,09	7,98	9,93
5. Artigos Farmacêuticos, Med., Ort. e De Perfumaria	3,28	4,09	6,40
6. Equip.e Mat.para Escritório Informática e Comunicação	26,93	37,53	49,35
7. Livros, Jornais, Rev. e Papelaria	2,27	1,05	1,64
8. Outros Arts. de Uso Pessoal e Doméstico	11,50	14,33	15,27
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	6,59	4,48	3,92
9. Veículos e Motos, Partes e Peças	15,69	3,78	2,67
10. Material de Construção	10,62	0,94	-2,25

Fonte: IBGE (2006e).

(*) O indicador do comércio varejista é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 8.

demonstrando a capacidade de compra e aumento do poder aquisitivo da massa salarial dos brasileiros, conjugado à expansão do crédito com forte expansão do crédito consignado em folha de pagamento.

Uma relativa preocupação reside no setor de material de construção, que ainda na contramão dos positivos resultados do comércio varejista, espera seu tempo e estímulos de investimentos privados e políticas públicas de incentivo à construção civil, para seguramente, alçar metas alvissareiras.

No corte regional, vinte (20) das vinte e sete (27) unidades da Federação obtiveram resultados positivos no volume de vendas, na compara-

ração julho2006/julho2005, com as variações de maior magnitude se estabelecendo em Roraima, com taxa de 36,68%; Acre com 27,86%; Amapá com 19,74%, Tocantins com 12,29% e o destaque do Nordeste que foi o Piauí, com taxa de crescimento de 11,15%.

Quanto à participação do comércio varejista, os destaques pela ordem, foram Minas Gerais, 9,98%; Amazonas, 9,28%; Bahia, 7,73%; Espírito Santo, 6,96%; Pernambuco, 5,97% e São Paulo, 1,81%; se forem considerados os ajustes sazonais para o volume de vendas na comparação mês/mês anterior, destacam-se os Estados de Rondônia, Bahia, Pernambuco e Acre, com as respectivas taxas de 4,60%, 3,85%, 3,82% e 3,26%.

4.4.1 - Considerações do comércio varejista do Nordeste

Os dados de volume de vendas e receitas do comércio varejista no Nordeste apresentam uma expressiva expansão entre os Estados; revelam ainda a integração e resposta ao bom desempenho da economia brasileira nos últimos 24 meses e, também, a expansão dos recursos de transferências de renda, melhorando sua distribuição e atenuando os níveis de pobreza. As explicações derivam em parte dos hiatos potenciais que podem ser facilmente preenchidos nos Estados mais pobres e também na resposta da demanda em Estados com carência crônica de renda. Pode-se constatar isto quando se visualiza os números para o Piauí, Maranhão e Paraíba.

Pela Tabela 25, constata-se que à exceção de Alagoas, os Estados nordestinos apresentam taxas acumuladas e de crescimento anual mês/mês acima do nível nacional, e que os Estados do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba apresentaram desempenho vigoroso.

Um importante ponto a se destacar é o arrefecimento do comércio varejista, no acumulado do ano, dos Estados do Ceará e Pernambuco, que são, depois da Bahia, as maiores economias nordestinas. (Tabela 25).

A Tabela 25 apresenta as variações dos volumes de vendas no comércio varejista dos Estados, além das respectivas variações das receitas nominais de vendas. Mais uma vez, destaca-se a pequena diferença entre as variáveis revelando o comportamento estável do nível geral de preços (taxa de inflação) e as particularidades da demanda entre os diferentes setores e seus diferentes produtos. (Tabela 26).

A Tabela 27 é bastante elucidativa quando se comparam os desempenhos dos diferentes setores do comércio entre as três maiores economias do Nordeste (Bahia, Pernambuco e Ceará), referidas às suas respectivas regiões metropolitanas. A tendência regional acompanha a ten-

Tabela 25 – Variação de volume de vendas no comércio varejista, por unidade de Federação - (Jul./2006)

Unidade de Federação	Variação		
	Mensal Jul.06/Jul.05	Acumulado	
		No ano	12 Meses
BRASIL	6,59	4,48	3,92
Maranhão	23,51	25,07	24,59
Piauí	15,45	21,17	25,15
Ceará	8,33	13,66	15,17
Rio Grande do Norte	14,44	16,64	21,02
Paraíba	15,48	16,31	19,69
Pernambuco	12,45	9,18	12,76
Alagoas	-8,96	4,64	10,23
Sergipe	15,54	14,69	21,47
Bahia	13,42	11,50	9,35

Fonte: IBGE (2006e). Pesquisa Mensal de Comércio, Jul./06. Disponível em: www.ibge.gov.br.

Tabela 26 – Variação da receita nominal de vendas no comércio varejista ampliado*, por unidade da federação - (Jul./2006)

Unidade de Federação	Variação		
	Mensal Jul.06/Jul.05	Acumulado	
		No ano	12 Meses
BRASIL	7,76	6,48	6,87
Maranhão	26,54	28,70	29,26
Piauí	17,35	23,59	28,55
Ceará	9,78	15,48	18,21
Rio Grande do Norte	15,69	18,38	24,13
Paraíba	18,06	20,17	24,51
Pernambuco	14,58	12,49	17,26
Alagoas	-7,67	7,93	14,55
Sergipe	18,64	19,14	27,12
Bahia	16,76	15,02	12,84

Fonte: IBGE (2006e).

(*) Inclui as atividades de veículos e de material de construção, além daquelas que compõe o varejo.

dência nacional, onde se destaca a forte queda do volume comercializado de combustíveis e lubrificantes; como pontos de destaque salientamos o setor de equipamentos e materiais de escritório e ainda a forte queda do comércio de jornais, livros e revistas nas regiões de Recife e Salvador.

Como um todo, o setor de comércio varejista nordestino vem respondendo muito bem ao crescimento estável – mas nada excepcional – da economia brasileira, excetuando-se os seto-

res de combustíveis e derivados, assim como, o de tecidos, vestuário e calçados que são, estes últimos, setores intensivos em mão-de-obra e, portanto, estratégicos para a manutenção de postos de emprego no Nordeste. (Tabela 27). Em resumo, constata-se que o crescimento do comércio está muito além do crescimento dos demais setores da economia (setores primário e secundário). Os dados comparativos revelaram que a expansão do comércio do Nordeste foi muito superior à do agregado nacional, na média.

Tabela 27 – Variação de volume de vendas no comércio varejista, por atividade nas regiões metropolitanas de Fortaleza, Salvador e Recife. (Jul./06)

Atividades	Jan.- Jul.06 / Jan.- Jul.05			Jul./2006 - Jul./2005		
	Fortaleza	Recife	Salvador	Fortaleza	Recife	Salvador
Comércio Varejista	8,71	5,12	8,98	3,01	5,97	7,73
Combustíveis e Lubrificantes	-18,18	-10,12	-2,79	-26,51	-17,85	-2,45
Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	9,64	8,32	12,26	-1,70	10,75	12,69
Tecidos, Vestuários e Calçados	4,08	-2,52	0,71	4,92	-2,89	-3,69
Móveis e Eletrodomésticos	26,83	18,53	22,03	22,95	16,51	12,36
Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos, de Perfumaria e Cosméticos	8,18	13,87	3,26	11,21	18,99	5,06
Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	-5,09	-24,43	-27,96	-8,81	-29,13	-27,05
Equipamentos e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	114,02	101,61	50,79	65,91	145,96	27,57
Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	5,53	0,99	11,63	11,41	8,01	16,11

Fonte: IBGE (2006e).

4.5 - Produção Agropecuária

4.5.1 - Agricultura

O último levantamento da safra brasileira de grãos 2005/2006, realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em setembro de 2006, aponta um crescimento na produção de 5,3%, em relação à safra anterior, passando de 113,9 milhões para 119,9 milhões de toneladas, conforme Tabela 28. (CONAB, 2006b). Este valor é 0,2% superior ao levantamento anterior, em virtude de ajustes na área cultivada e produtividade de algumas lavouras. Para a área cultivada, o levantamento da Conab apontou redução de 3,7%, de 49,1 milhões para 47,2 milhões de hectares. As culturas da soja e do milho representam, respectivamente, 44,5% e 34,7% da produção nacional de grãos.

Dos produtos que apresentaram variações positivas, destaque para o milho, cuja produção foi 19,1% superior à safra anterior, de 35,0 milhões para 41,7 milhões de toneladas, e o feijão, com aumento de produção da ordem de 14,0%, de 3,0 milhões para 3,5 milhões de toneladas. Embora, tenha apresentado redução de área em

4,6%, a cultura da soja apresentou produção crescente de 53,4 milhões de toneladas ante 51,4 milhões apresentados na safra 2004/2005.

As principais variações negativas observadas na produção referem-se às culturas do algodão em caroço, -21,5% (1,7 milhão ante 2,1 milhões de toneladas), motivadas pela redução da área plantada, haja vista os preços de mercado encontrarem-se pouco atrativos no início do plantio; do trigo, -16,6% (4,9 milhões ante 5,8 milhões de toneladas) e do arroz, -12,5% (11,6 milhões ante 13,2 milhões).

Segundo dados da Conab, a região Nordeste expressou queda em sua produção de grãos em 1,9%, impulsionada pelo desempenho da Bahia, cuja variação na produção de grãos entre 2004/2005 e 2005/2006 foi de -22,3%. (CONAB, 2006b). O Ceará obteve o melhor desempenho entre os Estados nordestinos, com incremento de 107,1% em sua produção (1,14 milhão de toneladas), passando o Piauí, cuja produção,

Tabela 28 – Brasil: estimativa de produção. Safras 2004/2005 e 2005/2006. Mil toneladas

Produto	Safra						Variação			
	4/mai		5/jun			Particip.	Safra Anterior		Levantamento	
	Produção	Particip.	Produção Agosto	Particip.	Produção Setembro		Percent.	Abs.	Percent.	Abs.
	(a)	(%)	(b)	(%)	(c)	(%)	(c) / (a)	(c) - (a)	(c) / (b)	(c) - (b)
Soja	51.452,00	45,2	53.426,00	44,6	53.413,90	44,5	3,8	1.961,90	0	-12,1
Milho	35.006,70	30,7	41.440,50	34,6	41.682,20	34,7	19,1	6.675,50	0,6	241,7
Milho 1ª SAFRA	27.298,40	24	31.672,50	26,5	31.808,10	26,5	16,5	4.509,70	0,4	135,6
Milho 2ª SAFRA	7.708,30	6,8	9.768,00	8,2	9.874,10	8,2	28,1	2.165,80	1,1	106,1
Feijão	3.045,50	2,7	3.448,60	2,9	3.473,20	2,9	14	427,7	0,7	24,6
Feijão 1ª SAFRA	1.101,20	1	1.149,40	1	1.149,00	1	4,3	47,8	0	-0,4
Feijão 2ª SAFRA	984,5	0,9	1.432,10	1,2	1.469,70	1,2	49,3	485,2	2,6	37,6
Feijão 3ª SAFRA	959,8	0,8	867,1	0,7	854,5	0,7	-11	-105,3	-1,5	-12,6
Arroz	13.227,50	11,6	11.616,20	9,7	11.579,20	9,7	-12,5	-1.648,30	-0,3	-37
Trigo	5.845,90	5,1	4.873,10	4,1	4.873,10	4,1	-16,6	-972,8	-	-
Algodão - Caroço	2.129,10	1,9	1.671,30	1,4	1.671,30	1,4	-21,5	-457,8	-	-
Demais Produtos	3.191,40	2,8	3.181,90	2,7	3.257,00	2,7	2,1	65,6	2,4	75,1
Brasil	113.898,10	100	119.657,60	100	119.949,90	100	5,3	6.051,80	0,2	292,3

Fonte: CONAB (2006a).

em 2005/2006, foi de 1,1 milhão de toneladas. É o resultado das boas condições climáticas, com chuvas nos períodos corretos, que afetaram positivamente as produtividades das principais lavouras graníferas cearenses.

Referente ao algodão, a região Nordeste produziu menos 2,1% em relação à safra anterior, de 883,9 mil para 865,5 mil toneladas, resultado da menor produção da Bahia, Estado responsável por 88,8% da produção regional e segundo maior produtor nacional. A produção baiana situou-se em 768,4 mil toneladas, com queda de 5,7% em relação à safra anterior. Apesar da redução em 8,0% na área plantada, o Estado do Piauí obteve bom desempenho na lavoura algodoeira, em virtude do salto de produtividade ocorrido entre as duas safras (317,8%), o que fez a produção passar de 10,1 mil para 38,9 mil toneladas (284,4%).

Na cultura do arroz, o Nordeste produziu menos 10,9%, resultado das fortes quedas observadas nos principais Estados produtores da região (Maranhão, -1,3%; Piauí, -16,4% e Bahia, -82,2%). No caso do feijão, a região conseguiu melhorar sua produção em 15,0%, em virtude do bom desempenho de produtividade

dos Estados da Paraíba, do Ceará e do Piauí, cujas produções aumentaram em 88,8%, 63,6% e 61,8%, respectivamente.

Os produtores encontraram dificuldades para produzir a mamona no Nordeste, com descumprimento de contratos de compradores e baixo preço no mercado interno (R\$ 30,00 – praça de Irecê-Bahia), inclusive abaixo do preço mínimo estipulado pelo governo federal (R\$ 33,56). (MAMONA, 2006). Isso ocasionou redução de área plantada da ordem de 28,8% e queda de 52,6% da produção regional, de 202,0 mil para 95,7 mil toneladas. Houve queda de produção em todos os Estados produtores do Nordeste.

Quanto ao milho, houve incremento de 2,8% na área plantada no Nordeste. Com as condições climáticas favorecendo o Estado do Ceará, este passou a ser o segundo maior produtor regional, com 740,4 mil toneladas em 2005/2006 ante 257,1 mil toneladas em 2004/2005, crescimento de 188,0%. O Maranhão, que até a safra anterior ocupava essa posição, passou a produzir 424,4 mil toneladas de milho em 2005/2006, incremento de 4,8%, embora sua área tenha se reduzido em 6,0%. A Bahia conti-

nua a ser o maior produtor regional de milho (1,2 milhão de toneladas), mesmo apresentando redução de área (3,1%), de rendimento (26,6%) e de produção (28,8%).

No caso da soja, diferentemente da região Sul, os Estados que produzem a cultura em cerrados obtiveram menor produção, relativo à safra 2004/2005. A região Nordeste aumentou a área em 3,1%, de 1,44 milhão para 1,49 milhão de hectares. Com a redução da produtividade em 12,6%, porém, a produção ficou aquém da safra anterior em 9,9%, de 3,95 milhões para 3,56 milhões de toneladas, resultado da menor produção da Bahia (-17,1%) e do Piauí (-1,8%). O Estado do Maranhão apresentou produção superior na safra 2005/2006, de 1,02 milhão de toneladas, variação de 2,8%.

Segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, do IBGE, realizado em agosto de 2006, a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas no país, foi acrescida em 4,55%, o que dá 117,69 milhões de toneladas. (IBGE, 2006b).

Em 2005, a produção chegou a 112,57 milhões de toneladas. O milho e a soja obtiveram os maiores ganhos absolutos de produção, com 4,4 milhões de toneladas para o milho em grão 1ª safra (+16,0%), 2,7 milhões de toneladas para o milho em grão 2ª safra (+34,2%) e 1,3 milhão de toneladas para a soja (2,5%), conforme observado no Gráfico 10. Outros produtos de destaque foram o feijão 2ª safra (32,3%) e o café (19,9%). Dentre as maiores reduções de produção, encontram-se as culturas da mamona (-36,5%), do trigo (-27,7%) e do algodão herbáceo (-23,6%).

O IBGE destaca a cultura do café que, ao contrário do que se esperava com o veranico no início do ano, não houve prejuízos a sua lavoura. Verificou-se incremento de 19,9% na produção e 18,8% no rendimento. Outro destaque levantado pelo IBGE foi a cana-de-açúcar, cuja produção encontra-se 7,6% superior à safra anterior, resultado da maior demanda por álcool no mercado interno (pela criação dos carros bicompostíveis) e no mercado externo (países que têm adicionado álcool anidro à gasolina,

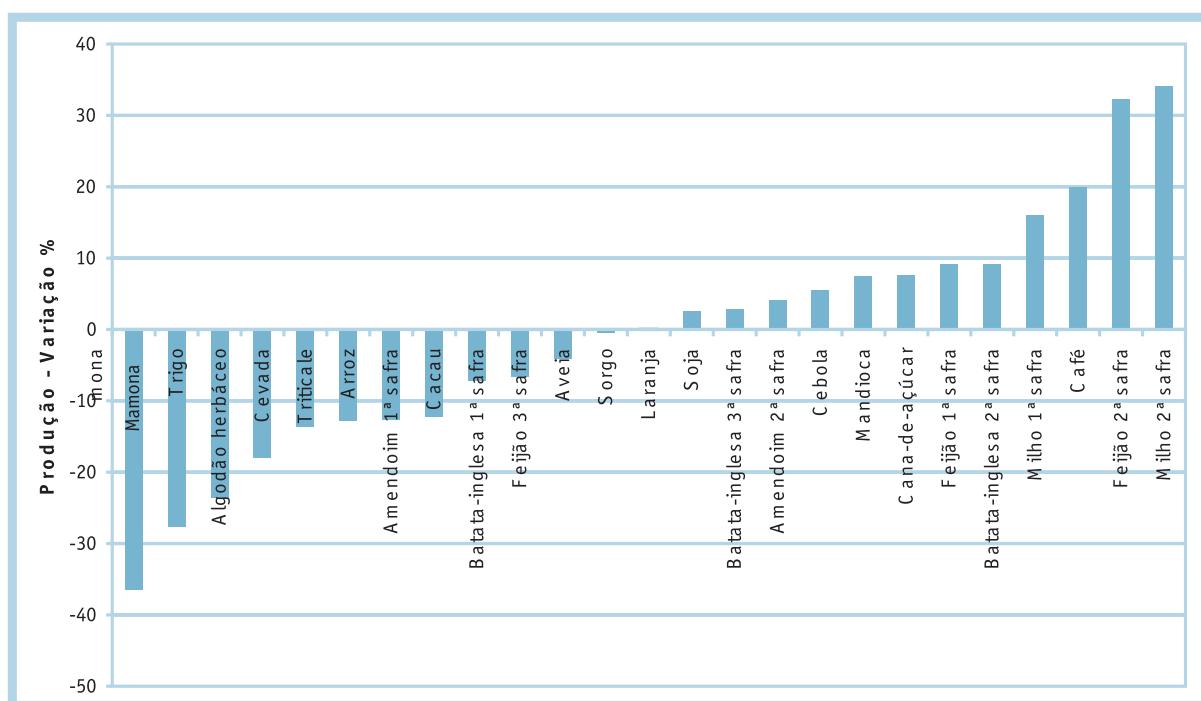


Gráfico 10 – Brasil: variação percentual da produção agrícola brasileira entre as Safra 2006/2005 (%)

Fonte: IBGE (2006b).

no intuito de reduzir a emissão de gases poluidores na atmosfera e minimizar a elevação do preço do petróleo).

Quanto à participação regional, o Sul continua sendo a principal região produtora de cereais, grãos e oleaginosas, com 42,0% da safra brasileira. (Gráfico 11). Em seguida, aparecem o Centro-Oeste, com 33,1%, o Sudeste, com 13,6%, o Nordeste, com 8,4% e o Norte, com 2,9%, de acordo com levantamento do IBGE. (IBGE, 2006).

Quando analisados os preços de algumas *commodities* nordestinas, verifica-se, no caso da soja, certa estabilidade a partir de maio de 2006, conforme Gráfico 12. Apesar disto, os preços em algumas praças não chegaram ao que se observou no início do ano (por exemplo, em Barreiras: R\$ 24,00/sc – janeiro de 2006 contra R\$ 22,00/sc – setembro de 2006). No caso de Balsas, houve uma recuperação dos preços, chegando a R\$ 25,00/sc ante R\$ 24,00/sc do início do ano. Se compararmos, porém, os preços médios da saca da soja no mês de agosto nos dois anos, 2005 e 2006, verificam-se valores inferiores para este último ano, de -16,4% em Balsas, -11,6% em Barreiras e de -13,0% em Sorriso – maior município produtor do Brasil, localizado em Mato Grosso. Vale destacar que os preços pagos nas principais praças nordestinas encontram-se bem abaixo do Índice Esalq, que foi de R\$ 27,30/sc, preço médio de agosto de 2006.

No caso do milho, observam-se melhores condições de preço em Fortaleza (Ceará), em virtude da demanda das empresas avícolas do entorno do município, além de ser o preço ao consumidor final. Do início do ano até meados de setembro, a variação observada foi de 12,5%, de R\$ 20,00/sc para R\$ 22,50/sc. (Gráfico 13). Em Barreiras, o comportamento do preço do milho sofreu forte variação no mês de fevereiro, em virtude do início da colheita na qual se observam

ajustes de preços favoráveis ao produtor, decrescendo até julho, no qual se manteve mais estável, a um preço pouco acima do observado no início do ano, de R\$ 13,00/sc para R\$ 13,50/sc (3,8%). No Nordeste, como um todo, os preços se apresentaram mais altos, nesse período, em virtude da baixa oferta do produto frente a forte demanda do setor avícola.

Em Cascavel, o preço do milho seguiu a tendência do Índice Esalq até o junho, porém, a menor (média de R\$ 13,30/sc contra R\$ 15,80/sc), invertendo o comportamento e se distanciando do Índice Esalq a partir daí, chegando à R\$ 13,50/sc contra R\$ 18,20/sc do Índice.

Os preços levantados nas duas praças da região Nordeste (Fortaleza e Barreiras) apresentaram-se mais elevados que no mesmo período de 2005. A média para agosto de 2006 foi 6,4% superior ao mesmo período de 2005, em Fortaleza, e 2,9% em Barreiras, diferentemente do Índice Esalq, que apresentou decréscimo de 9,6% no mesmo período.

O preço do algodão em pluma teve forte elevação no início do ano (no mês de janeiro, a variação foi de 26,9% em Barreiras, 24,7% em Rondonópolis, 21,7% em Fortaleza e 21,6% em São Paulo), passando de R\$ 35,71/@ para R\$ 45,30/@, em Barreiras, e de R\$ 38,03/@ para R\$ 46,30/@, em Fortaleza, por exemplo. Isto é resultado do quadro que vinha se configurando desde o final de 2005 de forte queda de produção, o que levou as indústrias a serem mais agressivas em suas ofertas de preço, elevando-o. Os detentores dos estoques, no entanto, preferiram fechar contratos de exportação, em vista de certa valorização do dólar, no período.

Todas as praças analisadas no Gráfico 14 tiveram a mesma tendência em seus preços, com queda a partir de fevereiro até junho (-9,6 em Barreiras e -4,3 em Fortaleza), e oscilações de junho até setembro. Neste último mês, vale

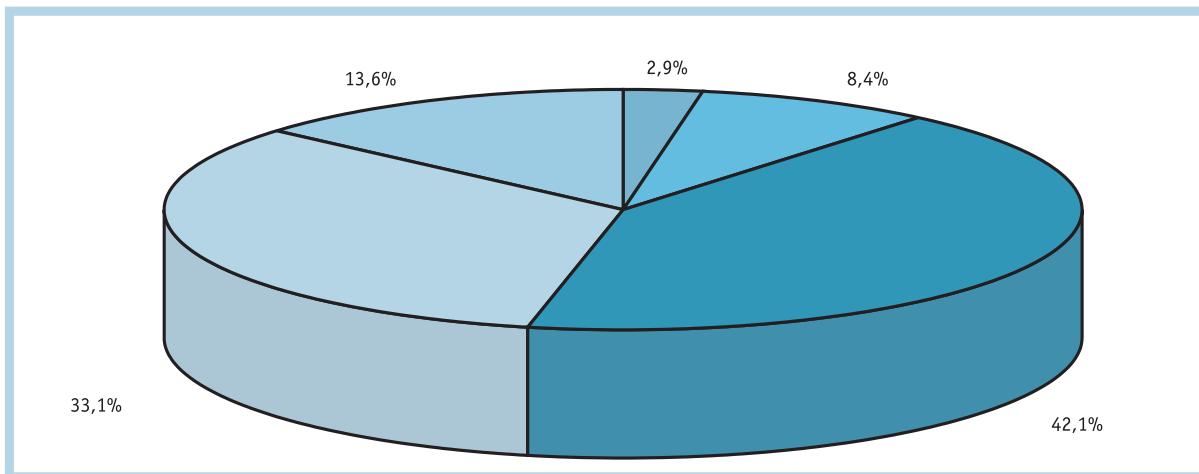


Gráfico 11 – Participação da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas segundo as grandes regiões brasileiras, na safra 2006

Fonte: IBGE (2006b).

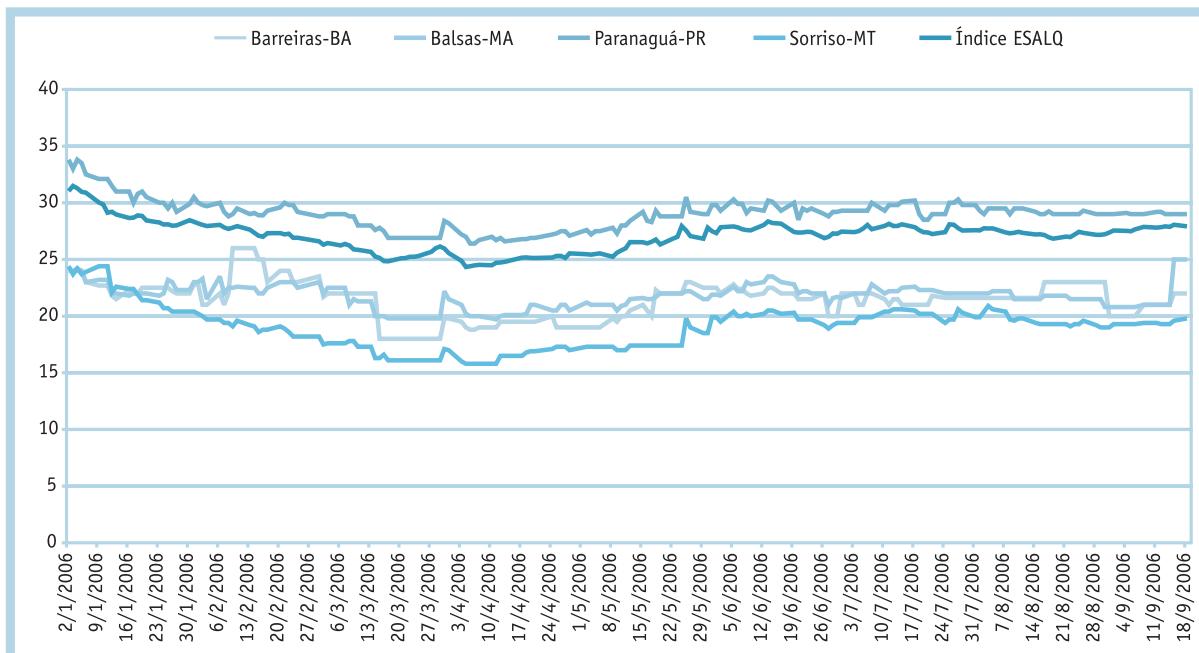
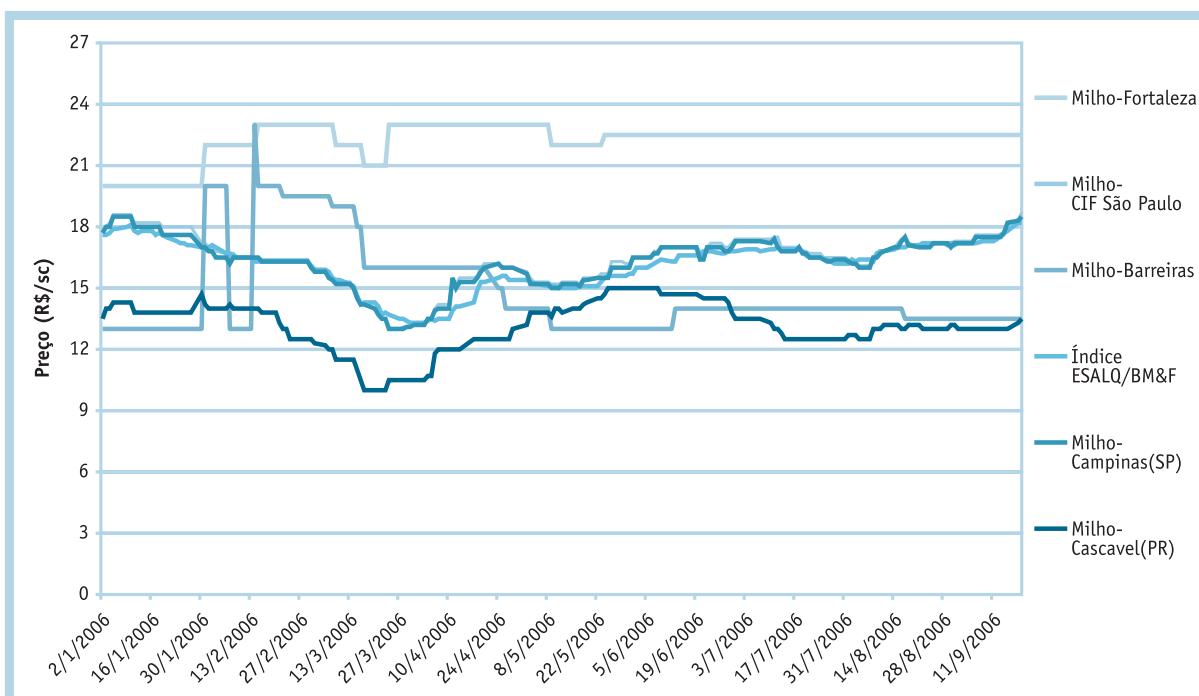


Gráfico 12 – Evolução dos preços da saca de 60kg da soja em Barreiras-Bahia, Balsas-Maranhão, Paranaguá-Paraná, Sorriso-Mato Grosso e o índice Esalq, no ano de 2006

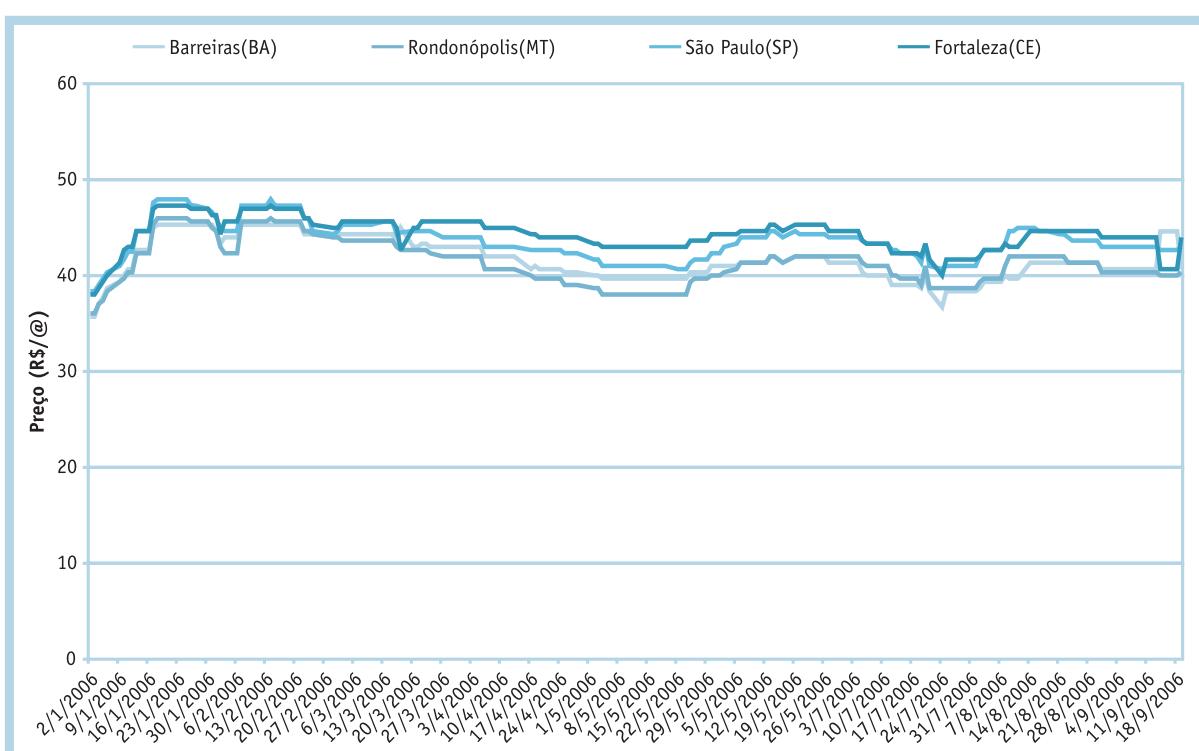
Fonte: CEPEA (2006e) e Consultoria... (2006).

destacar os comportamentos distintos observados nas praças de Barreiras e Fortaleza. Enquanto na primeira, houve queda de 8,8%, na segunda ocorreu o inverso, ou seja, alta de 8,1%, sem explicação aparente. Apesar disto, observa-se melhora nos preços em ambas as praças comparativamente ao mesmo período de 2005, de 20,6% em Barreiras e 19,8% em Fortaleza.

O comportamento do preço da arroba de algodão em pluma nas praças de Barreiras (Bahia), Rondonópolis (Mato Grosso), São Paulo (São Paulo) e Fortaleza (Ceará), constantes no Gráfico 15, seguem a mesma trajetória do Índice Esalq para diferentes períodos de análise, apresentados no Gráfico 15, para o mesmo produto. No caso do preço pago à vista, houve



Fonte: CEPEA (2006d) e Consultoria... (2006).



Fonte: Consultoria... (2006).

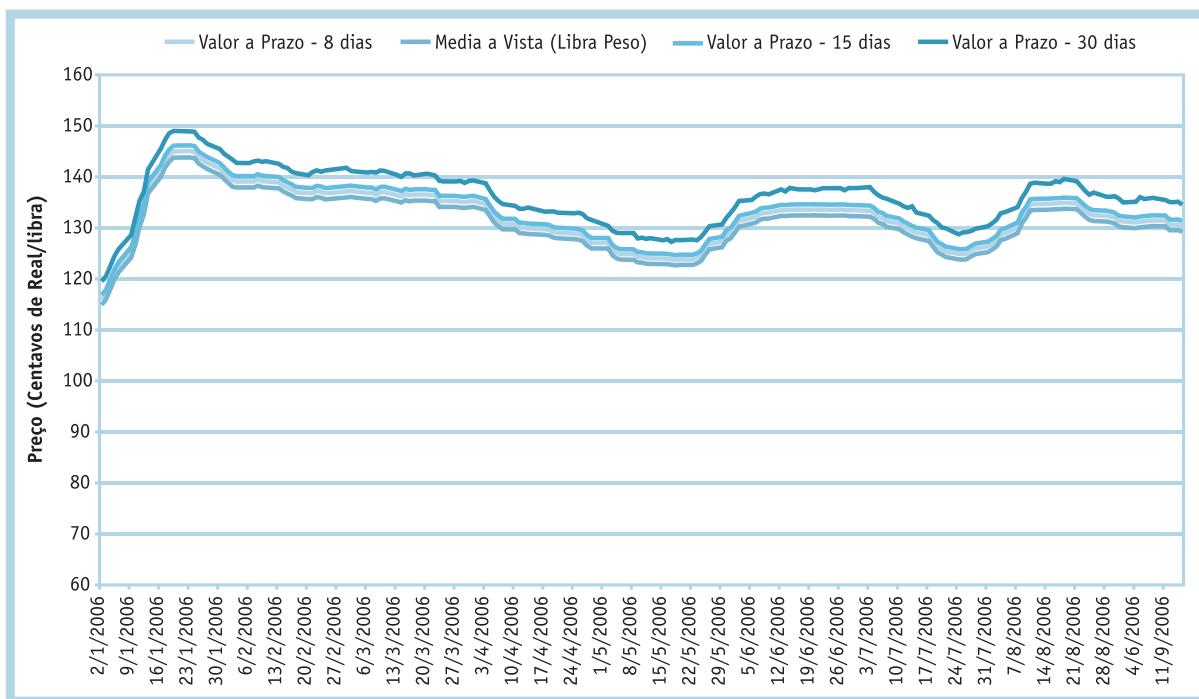


Gráfico 15 – Evolução dos preços da arroba da pluma de algodão pelos índices da Esalq, no ano de 2006

Fonte: CEPEA (2006a)

incremento de 12,5% de janeiro (R\$ 1,15/libra) a setembro (R\$ 1,29/libra) no Índice ESALQ, valor este último também superior ao observado no mesmo período de 2005 (R\$ 1,07/libra), em 20,9%.

O Índice Esalq para o arroz manteve-se praticamente estável do início do ano até meados de setembro, de R\$ 20,74/sc para R\$ 20,15/sc, variação de -2,8%, resultado dos cenários estáveis, tanto interno quanto externo. Em Rondonópolis, onde se planta no mesmo sistema de sequeiro dos cerrados nordestinos, observa-se evolução positiva de preço em 20,0%, de R\$ 20,00/sc em janeiro para R\$ 24,00/sc, em setembro de 2006. Comparativamente a setembro de 2005, observa-se substancial melhora dos preços pagos pelo arroz. O agulhinha Tipo 1 obteve incremento de 22,7% em seu preço, enquanto o Tipo 2 obteve 14,3%. Em Rondonópolis, o incremento foi de 41,2% e o Índice Esalq elevou-se em 19,4%, no mesmo período. Isto pode ser o resultado do quadro de suprimento atual, o qual apresenta um estoque de

passagem 49,1% inferior à safra anterior, o que favorece a valorização nos preços do arroz, segundo informou a Conab. (ARROZ, 2006).

O café apresentou tendência declinante em seus preços do início do ano até agosto de 2006. Segundo dados do Gráfico 17, em agosto os preços se estabilizaram e, conforme o Informativo Cepea para o café arábica, espera-se que os preços continuem em ascensão até dezembro, mês no qual os preços reagem por conta da entressafra. (CAFÉ..., 2006). Essa evolução positiva do preço do café é resposta da produção atual encontrar-se próxima ou inferior à demanda interna/externa, apesar de crescimento de 26,0% em relação à 2005/2006, segundo a Conab. (CONAB, 2006c). Isto se reflete em estoques mais baixos e, consequentemente, em preços mais altos. Nos casos dos cafés Bica Dura Tipo 6 e Despolpado da praça de Vitória da Conquista (Bahia), seus preços acompanham aproximadamente o Índice Esalq, como visualizado no Gráfico 17. Em setembro de 2006, a saca de

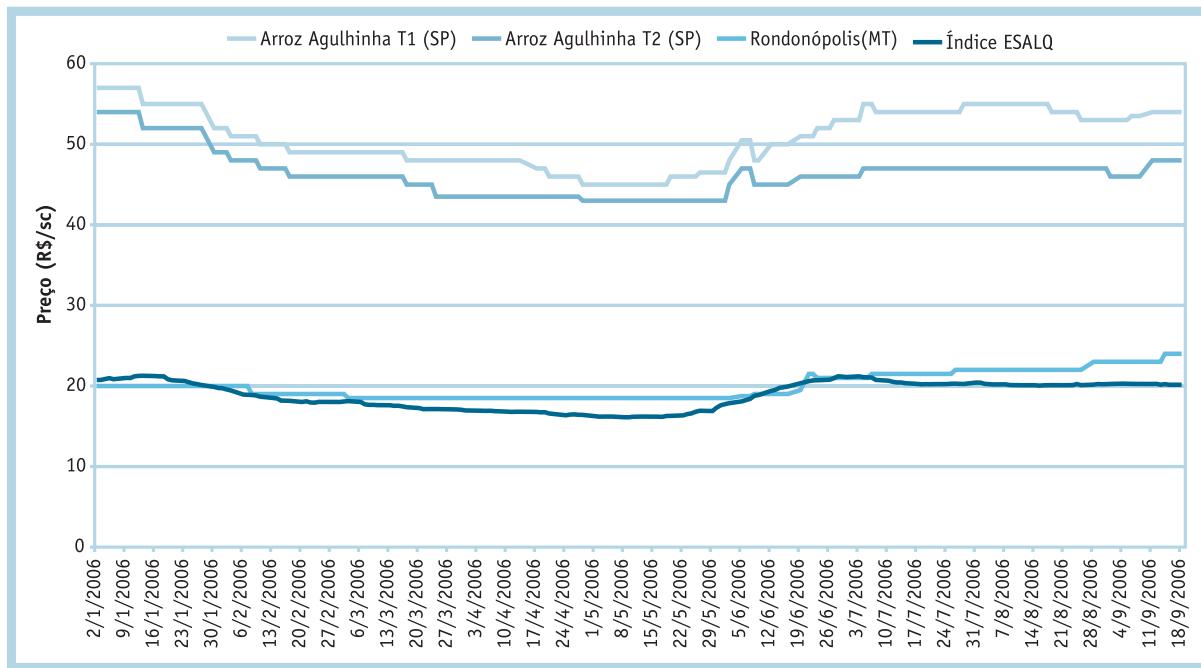


Gráfico 16 – Evolução dos preços da saca de 60kg de arroz em São Paulo-São Paulo (agulhinha tipo 1 e tipo 2) Rondonópolis-Mato Grosso e o índice Esalq, no ano de 2006

Fonte: CEPEA (2006b) e Consultoria... (2006).

60kg do café estava cotada a R\$ 215,00, para o Bica Dura T.6/7, e a R\$ 225,00, para o despolpado, em Vitória da Conquista, valores 23,2% e 25,0% inferiores a janeiro do mesmo ano, respectivamente. Apesar disso, o preço do café Bica Dura, em 2006, apresenta-se ainda superior a 2005, em 7,5%, enquanto o despolpado manteve-se estável. O Índice Esalq para o café à vista ficou em R\$ 228,53, pouco acima dos preços praticados em Vitória da Conquista (Bahia).

No Estado da Bahia, maior produtor regional e o quarto do país, a maioria das lavouras não foi prejudicada, embora tivessem ocorrido estiagens em algumas regiões produtoras. No cerrado do Estado, não houve prejuízo, pois o cultivo é totalmente irrigado. Na região atlântica, a maior parte dos cafezais já se encontrava com os grãos formados, portanto, não foram afetados pela estiagem. Já na região do planalto, o período de estiagem prejudicou as lavouras, pois coincidiu com o período de granação. (CAFÉ..., 2006; CONAB, 2006c).

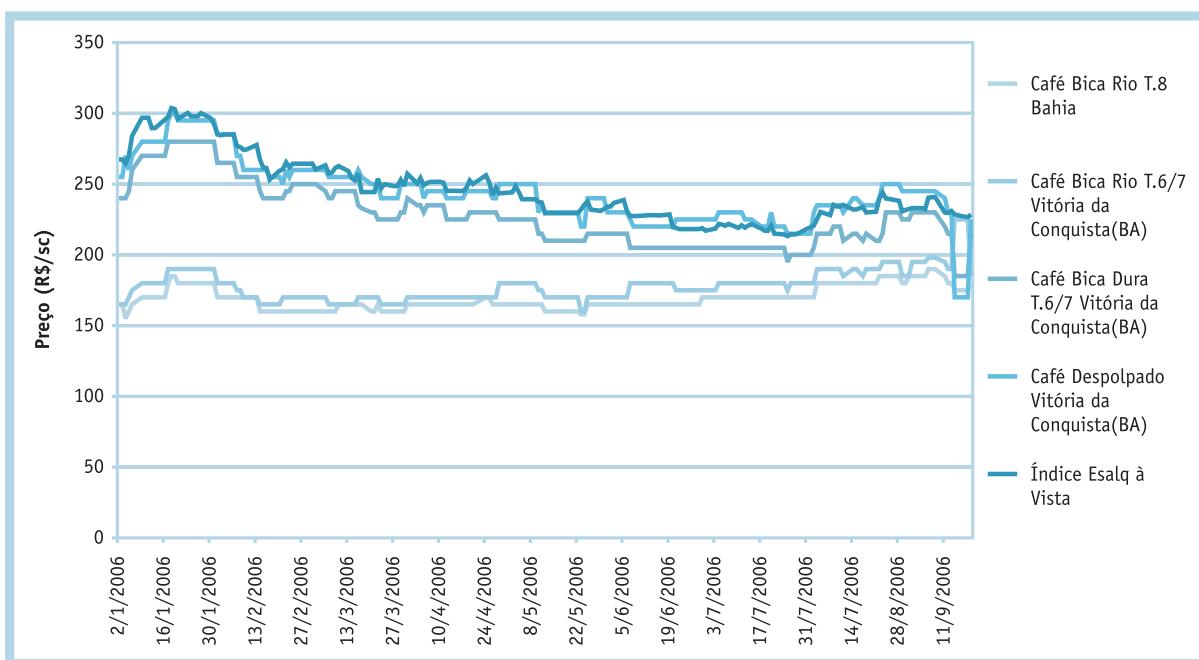


Gráfico 17 – Evolução dos preços da saca de 60kg de café na Bahia o índice Esalq, no ano de 2006

Fonte: CEPEA (2006c) e Consultoria... (2006).

4.5.2 - Agronegócio

As expectativas de desempenho do agronegócio brasileiro, divulgadas pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em agosto/2006, incluindo informações dos meses de janeiro a maio do corrente ano, permaneceram negativas. (INDICADORES RURAIS, 2006).

O PIB do agronegócio da agropecuária acumulou uma queda de 0,83% no ano, comportamento observado também em quase todos os seus segmentos, exceto o da indústria. (Tabela 29; Gráfico 18). O pior desempenho verificou-se no segmento dos insumos (-2,16%), seguido pela produção (-1,68%) e pela distribuição (-0,68%). A indústria teve um comportamento levemente positivo (0,07%), mas com perda de vigor, posto que, até fevereiro/2006 (BNB CONJUNTURA ECONÔMICA, 2006), o desempenho acumulado era o dobro (0,14%).

Os subsetores do agronegócio – agricultura e pecuária – contribuíram de igual modo para a

mencionada queda, mas o desempenho negativo da pecuária tem pesado mais nos resultados de 2006: o PIB do agronegócio da pecuária caiu 1,84% até maio, contra uma queda de 0,41 da agricultura (até fevereiro esses números eram -0,37% versus -0,18%, respectivamente). (Tabela 29 e Gráfico 19). Ressalte-se que, em 2005, havia sido a agricultura que mais contribuía para a queda do PIB do agronegócio da agropecuária (para o resultado agregado de -4,66%, teve-se -5,78% na agricultura e -1,90% na pecuária).

O segmento pecuário de pior resultado até aqui foi o da distribuição (-2,1%), seguido de perto pelos da indústria (-1,9%), produção (-1,8%) e insumos (-1,4%). Dentre os segmentos agrícolas, o pior desempenho foi o dos insumos (-2,68%), seguido pelo da produção (-1,61%) e pelo da distribuição (-0,07%). O segmento agrícola da indústria apresentou desempenho positivo (0,41%). (Tabela 29 e Gráfico 19).

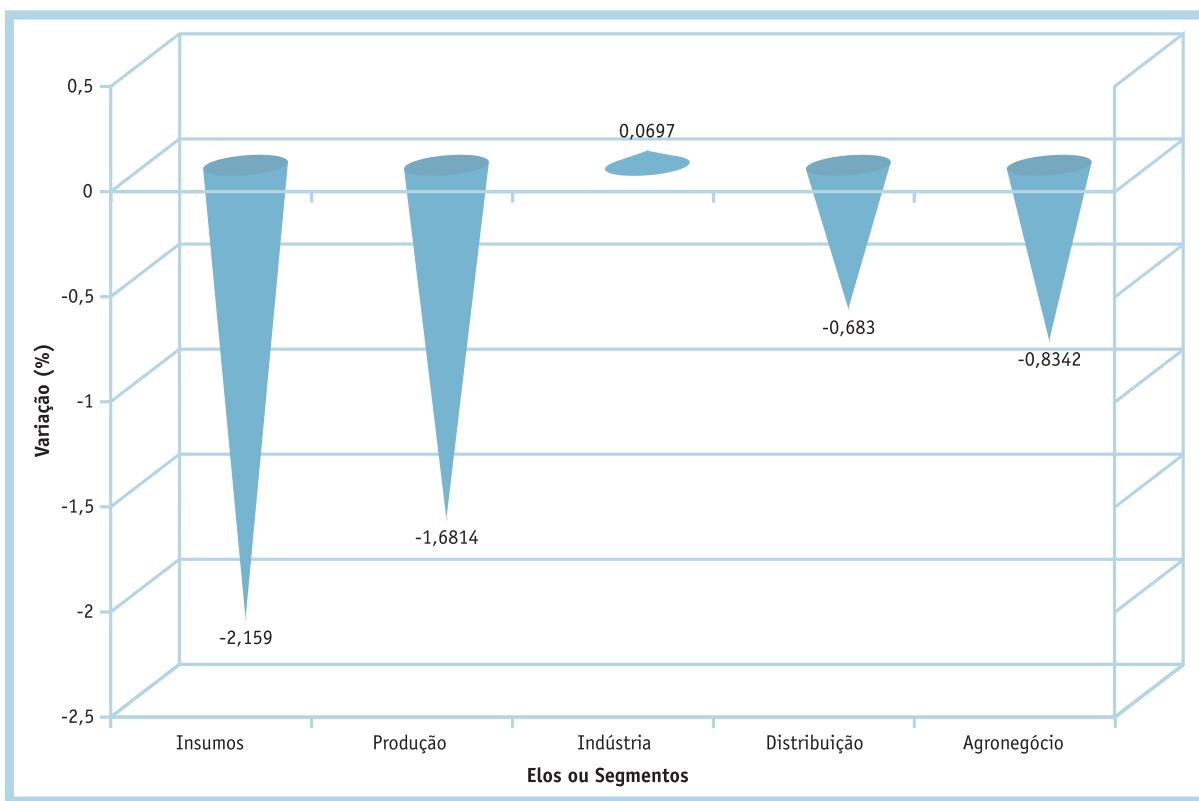


Gráfico 18 – Brasil: PIB do agronegócio: acumulado de Janeiro a maio/2006. Variação (%)

Fonte: Elaboração própria, com base nos Indicadores Rurais (2006).

Em decorrência disso, prevê-se que o PIB do agronegócio se reduza em R\$ 10,25 bilhões, alcançando R\$ 527,38 bilhões em 2006 (queda de 1,91% em relação a 2005). (Tabela 30 e Gráfico 20). Contrariamente ao estimado na edição anterior desta Conjuntura, essas perdas deverão estar mais equitativamente distribuídas entre os segmentos produtivos da agricultura (queda de renda de 3,81% em relação a 2005) e da pecuária (-4,20% sobre o ano anterior). De igual modo, a se confirmarem essas previsões, os demais elos do agronegócio serão mais afetados do que o previsto anteriormente, com uma queda no PIB do agronegócio que deverá alcançar R\$ 4,15 bilhões (redução de 40,5%).

Esses resultados são compreensíveis quando se analisa a estimativa para o comportamento do faturamento dos principais produtos agropecuários. Os preços de todos os produtos agropecuários e de doze (em um total de vinte)

produtos agrícolas caíram em relação a 2005. Mesmo com produção crescente, no mesmo período, dos produtos pecuários e de parte dos produtos agrícolas (onze), no cômputo geral, prevê-se uma redução no Valor Bruto da Produção Agropecuária Brasileira, conforme a CNA (2006), de 4,3% ou R\$ 7,5 bilhões, dos quais R\$ 2,3 nos produtos agrícolas e R\$ 5,2 nos produtos pecuários. (Tabela 30). O Valor Bruto da Produção dos produtos acompanhados passará de R\$ 173,8 bilhões em 2005 para R\$ 166,2 bilhões em 2006.

Em termos absolutos, os produtos agrícolas com maiores reduções no VBP foram a soja (R\$ 4,03 bilhões); o arroz (R\$ 2,10 bilhões) e o algodão em caroço (R\$ 1,17 bilhão). A soja, mesmo com um aumento de produção de 3,8% de 2005 para 2006, perdeu receita devido a uma retração de 18,4% nos preços. Os destaque entre os produtos com crescimento do VBP

Tabela 29 – Brasil: PIB do agronegócio. Taxas de crescimento mensal, 2005-2006 (%)

2005	Insumos	Básico (A)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (B)
Junho	-1,4754	-1,3756	0,4002	-0,3140	-0,4727
Julho	-1,1676	-0,9934	0,0622	-0,4834	-0,5053
Agosto	-1,2289	-1,1351	-0,0863	-0,5385	-0,6100
Setembro	-1,3924	-1,1131	-0,5613	-0,7688	-0,8498
Outubro	-1,1709	-0,8033	0,0278	-0,2102	-0,3762
Novembro	-1,2079	-0,4507	-1,1223	-0,7661	-0,8531
Dezembro	-0,6560	-0,4624	-1,0759	-0,8508	-0,8110
Acumulado em 2005	-10,1601	-9,7891	0,1301	-3,3326	-4,6578
2006					
Janeiro	-0,4544	-0,3479	0,0472	-0,1229	-0,1564
Fevereiro	-0,3520	-0,2326	0,0927	-0,0581	-0,0817
Março	-0,5376	-0,4974	0,1618	-0,0873	-0,1518
Abril	-0,4854	-0,3745	-0,1666	-0,3255	-0,3020
Maio	-0,3484	-0,2402	-0,0650	-0,0908	-0,1450
Acumulado em 2006	-2,1590	-1,6814	0,0697	-0,6830	-0,8342
AGRICULTURA					
2005	Insumos	Básico (C)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (D)
Junho	-2,2300	-2,3271	0,4866	-0,3726	-0,6120
Julho	-1,6336	-1,5068	0,1539	-0,4811	-0,5452
Agosto	-1,8269	-1,8165	-0,0187	-0,5625	-0,7122
Setembro	-2,0515	-1,8897	-0,5656	-0,9198	-1,0717
Outubro	-1,8812	-1,5467	0,0515	-0,2752	-0,5355
Novembro	-1,8837	-0,9134	-1,2175	-0,9800	-1,1436
Dezembro	-0,7114	-0,1009	-1,0320	-0,6778	-0,7125
Acumulado em 2005	-15,0618	-15,4612	0,5165	-3,7580	-5,7780
2006					
Janeiro	-0,7124	-0,5601	0,0985	-0,0758	-0,1561
Fevereiro	-0,5330	-0,2911	0,1608	0,0441	-0,0246
Março	-0,6350	-0,3854	0,2395	0,0866	-0,0059
Abril	-0,4696	-0,1866	-0,0710	-0,1454	-0,1524
Maio	-0,3618	-0,1932	-0,0212	0,0195	-0,0703
Acumulado em 2006	-2,6829	-1,6065	0,4068	-0,0711	-0,4083
PECUÁRIA					
2005	Insumos	Básico (E)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (F)
Junho	-0,2239	-0,0702	-0,0988	-0,1784	-0,1331
Julho	-0,4104	-0,3049	-0,4707	-0,4887	-0,4087
Agosto	-0,2689	-0,2323	-0,4816	-0,4829	-0,3623
Setembro	-0,3508	-0,1007	-0,5357	-0,4201	-0,3140
Outubro	-0,0676	0,1487	-0,1108	-0,0607	0,0058
Novembro	-0,1774	0,1317	-0,5627	-0,2758	-0,1609
Dezembro	-0,5730	-0,9127	-1,3323	-1,2440	-1,0434
Acumulado em 2005	-1,6659	-1,4886	-2,0748	-2,3447	-1,8958
2006					
Janeiro	-0,0684	-0,0815	-0,2528	-0,2308	-0,1571
Fevereiro	-0,0827	-0,1595	-0,3077	-0,2926	-0,2168
Março	-0,3934	-0,6371	-0,2968	-0,4872	-0,4979
Abril	-0,5087	-0,6096	-0,7340	0,7424	-0,6596
Maio	-0,3286	-0,2991	-0,3273	-0,3474	-0,3240
Acumulado em 2006	-1,3749	-1,7756	-1,9047	-2,0836	-1,8425

Fonte: Indicadores Rurais (2006).

Obs: (A) somente o setor primário da agropecuária; (B) todo o agronegócio da agropecuária; (C) somente o setor primário da agricultura; (D) todo o agronegócio da agricultura; (E) somente o setor primário da pecuária; (F) todo o agronegócio da pecuária.

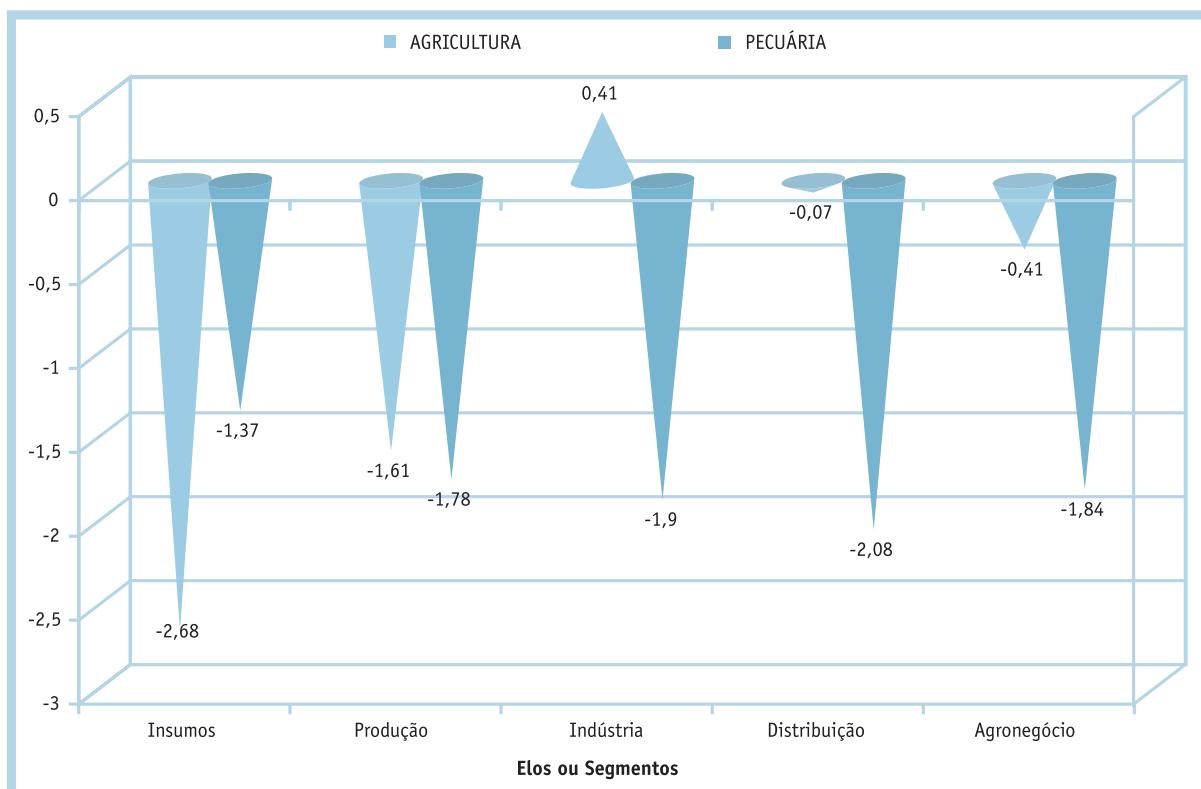


Gráfico 19 – PIB da agricultura e da agropecuária. Acumulada de janeiro a maio/2006. (Variação %)

Fonte: Indicadores Rurais (2006).

ficaram com a cana-de-açúcar (R\$ 2,55 bilhões); a laranja (R\$ 1,36 bilhão) e o feijão (R\$ 701 milhões). Entre os produtos pecuários, as maiores perdas de VBP ficaram com as carnes bovina (R\$ 2,53 bilhões) e suína (R\$ 1,07 bilhão). Conforme enfatizado anteriormente, nenhum produto pecuário registrou variação positiva do VBP.

Em termos relativos, as maiores quedas foram registradas para a mamona (64,5%), o algodão (31,5%) e a uva (30,1%), nos produtos agrícolas, e para os suínos (-14,8%), nos produtos pecuários.

Cabe destacar que, entre os produtos agropecuários cujos preços caíram, encontram-se algumas de nossas principais *commodities* de exportação (soja, cacau, café e frangos), o que pode ser reflexo da valorização do Real.

A estimativa do comportamento do Valor Bruto da Produção da agropecuária do Nordeste aponta um comportamento distinto, com um

crescimento de 2,2%. Tal resultado decorre da divergência do comportamento estimado para os produtos da lavoura temporária (no nosso cálculo, há uma queda para o país de 4,3% no VBP, enquanto que no Nordeste esse valor cresce 2,4%, porque enquanto as reduções previstas para o Brasil são de maior impacto que no Nordeste, o crescimento do VBP do feijão tem impacto maior no Nordeste que no Brasil, da lavoura permanente (crescimento levemente maior no Nordeste – 5,4% – e menor no Brasil – 4,4%) e da pecuária (queda de 7,2% no Brasil e de somente 2,7% no Nordeste). Com isso, a participação do VBP nordestino no VBP nacional evoluiria de 12,3% em 2005, para 13,2% em 2006. No que respeita à pecuária, o resultado regional está influenciado pelo aumento do VBP da avicultura, mercê do aumento da participação do efetivo avícola nordestino em relação ao do Brasil, que passou de 1,26% em 2005, para 1,56% em 2006, segundo dados de 2006 do IBGE. ●

Tabela 30 – Brasil: PIB da agropecuária e do agronegócio em 2005 e 2006.(R\$ bilhões a preços de 2005)

Atividades	Anos		Variação 2005/2006	
	2005	2006	(%)	Abs.
Agricultura	85,20	81,95	-3,81	-3,25
Pecuária	67,84	64,99	-4,20	-2,85
Agropecuária	153,04	146,94	-3,99	-6,10
Agronegócio	537,63	527,38	-1,91	-10,25
Demais segmentos	384,59	380,44	-1,08	-4,15

Fonte: Indicadores Rurais (2006).

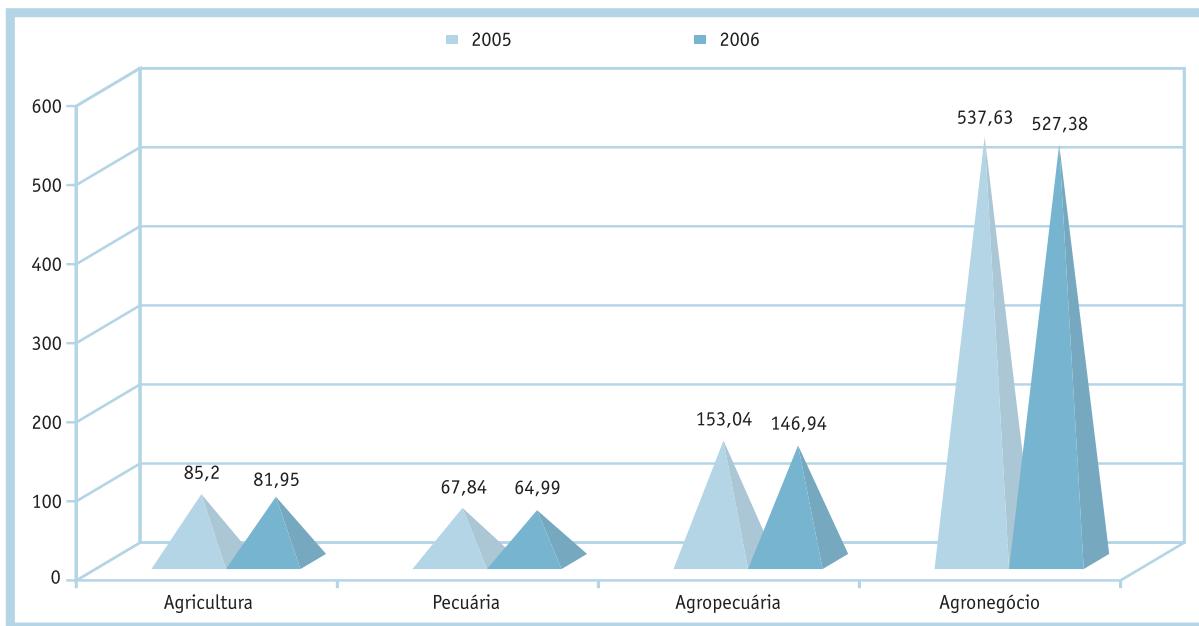


Gráfico 20 – PIB da agropecuária e do agronegócio (R\$ bilhões, a preços de 2005)

Fonte: Indicadores Rurais (2006).

Tabela 31 – Brasil: valor bruto da produção agropecuária brasileira (VBP) – 2005 e 2006

Produtos	Produção			Preços Médios Reais (base abr/2006, pelo IGP-DI)			VBP (R\$ Milhões)			
	Unid.	2005	2006	Unid.	2005	2006	2005	2006	Var. %	Var. Abs.
Agrícolas										
Algodão em caroço	mil t	3.427,00	2.700,00	kg	1,09	0,94	101.586,90	99.243,00	-2,3	2.343,90
Amendoim	mil t	302	275	kg	1	0,88	3.718,50	2.545,40	-31,5	1.173,10
Arroz	mil t	13.228,00	11.616,00	kg	0,55	0,44	7.257,70	5.157,50	-28,9	2.100,20
Banana	mil cach de 10 dúzias	705	719	dúzia	0,61	0,62	4.273,60	4.481,00	4,9	-207,4
Batata Inglesa	mil t	3.128,00	3.118,00	kg	0,67	0,75	2.091,00	2.325,40	11,2	-234,4
Cacau (em amêndoas)	mil t	236	234	15 kg	63,82	47,47	1.004,10	740,6	-26,2	263,5
Café beneficiado	mil sacas de 60kg	32.944,00	40.618,00	60 kg	316,21	265,5	10.417,10	10.784,10	3,5	-367
Cana-de-açúcar	mil t	422.926,00	450.254,00	t	31,54	35,29	13.337,20	15.889,80	19,1	-2.552,60
Cebola	mil t	1.099,00	1.150,00	kg	0,63	0,57	690,9	657,1	-4,9	33,8
Feijão	mil t	3.046,00	3.449,00	kg	1,27	1,32	3.867,50	4.568,10	18,1	-700,6
Fumo	mil t	894	898	kg	4,38	4,78	3.918,20	4.291,30	9,5	-373,1
Laranja	milhões de caixas	437,8	438,9	cx	6,68	9,77	2.926,10	4.287,20	46,5	-1.361,10
Mamona	mil t	210	103	kg	0,8	0,58	167,2	59,3	-64,5	107,9
Mandioca	mil t	25.725,00	27.477,00	t	178,19	167,7	4.584,00	4.607,90	0,5	-23,9
Milho	mil t	35.007,00	41.441,00	kg	0,29	0,26	10.170,00	10.646,00	4,7	-476
Sisal	mil t	207	224	kg	0,91	1,03	188,7	230,7	22,3	-42
Soja	mil t	51.452,00	53.426,00	kg	0,51	0,42	26.418,90	22.387,20	-15,3	4.031,70
Tomate	mil t	3.397,00	3.149,00	kg	0,88	0,94	2.985,20	2.953,30	-1,1	31,9
Trigo	mil t	5.846,00	4.873,00	kg	0,36	0,32	2.093,80	1.568,10	-25,1	525,7
Uva	mil t	1.247,00	1.196,00	kg	0,94	0,69	1.174,00	820,5	-30,1	353,5
Pecuários							72.166,90	66.986,10	-7,2	5.180,80
Carne bovina, eq.cab	mil t	8.750	8.900	15 kg	54,17	48,99	31.597,10	29.068,60	-8	2.528,50
Frango	mil t	9.297	9.895	kg	1,84	1,68	17.142,50	16.585,60	-3,2	556,9
Leite	milhões de litros	25.000	25.750	litro	0,51	0,46	12.837,00	11.818,70	-7,9	1.018,30
Ovos	mil cx de 30 dúzias	68.440	72.980	dúzia	1,64	1,53	3.368,10	3.358,70	-0,3	9,4
Suínos	mil t	2.708	2.885	15 kg	40	32	7.222,20	6.154,50	-14,8	1.067,70
Total							173.753,80	166.229,10	-4,3	7.524,70

Fonte: Indicadores rurais (2006).

Tabela 32 – Nordeste: valor bruto da produção agropecuária (VBP) – 2005 e 2006

Produtos	Unidade	Quantidade		Preço		VBP	
		2005	2006	2005	2006	2005	2006
Lavoura temporária							
Brasil							
Nordeste							
Abacaxi	Mil frutos	658.317	697.829	0,73	0,76	83.981.850	80.382.524
Algodão herbáceo (em caroço)	Tonelada	890.563	895.708	1,13	1,06	12.098.635	12.391.452
Alho	Tonelada	7.497	7.333	2	2	482.759	531.659
Amendoim (em casca)	Tonelada	10.459	12.719	1	0,91	1.009.470	948.696
Arroz (em casca)	Tonelada	1.203.169	1.153.543	0,63	0,6	15.025	14.696
Batata-doce	Tonelada	189.144	189.144	0,36	0,36	10.452	11.565
Batata-inglesa	Tonelada	180.344	232.450	0,96	0,84	173.942	196.081
Cana-de-açúcar	Tonelada	60.446.583	63.136.394	0,03	0,04	2.105.477	2.390.028
Cebola	Tonelada	219.535	238.048	1,05	0,75	230.117	179.467
Fava (em grão)	Tonelada	13.115	13.115	1,52	1,52	19.967	19.967
Feijão (em grão)	Tonelada	948.944	1.164.512	1,41	1,54	1.334.182	1.788.539
Fumo (em folha)	Tonelada	31.163	31.397	2,82	2,82	87.754	88.413
Mamona (baga)	Tonelada	157.433	103.729	0,8	0,66	126.686	68.801
Mandioca	Tonelada	9.597.247	9.660.098	0,17	0,17	1.630.856	1.594.752
Melancia	Tonelada	517.452	517.452	0,25	0,25	130.256	130.256
Melão	Tonelada	320.819	320.819	0,82	0,82	264.009	264.009
Milho (em grão)	Tonelada	3.003.756	3.369.017	0,42	0,43	1.257.948	1.454.266
Soja (em grão)	Tonelada	3.957.654	3.564.988	0,44	0,37	1.740.826	1.306.559
Sorgo granífero (em grão)	Tonelada	185.210	139.923	0,3	0,3	55.757	42.124
Tomate	Tonelada	513.271	504.476	1,16	1,19	592.963	598.126
Trigo (em grão)	Tonelada	3.715	3.715	0,36	0,32	1.331	1.195
Lavoura permanente							
Brasil							
Nordeste							
Abacate	Tonelada	9.074	9.074	0,82	0,81	24.166.983	25.227.201
Algodão arbóreo (em caroço)	Tonelada	2.902	5.058	1,25	1,25	5.840.483	6.157.028
Banana	Tonelada	2.320.158	2.641.805	0,41	0,41	949.129	1.079.254
Borracha (látex coagulado)	Tonelada	23.975	23.975	1,45	1,45	34.720	34.720
Cacau (em amêndoas)	Tonelada	134.780	164.568	3,66	3,21	493.652	529.056
Café (beneficiado)	Tonelada	135.040	167.727	5,27	4,43	711.675	742.192
Caqui	Tonelada	55	55	2,37	2,37	130	130
Castanha-de-caju	Tonelada	182.632	253.886	1,27	1,27	231.655	322.035
Coco-da-baía	Mil frutos	1.448.839	1.396.893	0,41	0,42	590.430	582.776
Dendê (côco)	Tonelada	171.044	171.044	0,18	0,18	30.324	30.324
Goiaba	Tonelada	216.445	216.445	0,44	0,44	95.840	95.840
Guaraná (semente)	Tonelada	2.350	1.403	1,29	1,29	3.032	1.810
Laranja	Tonelada	1.586.585	1.639.600	0,3	0,32	470.171	532.748
Limão	Tonelada	75.217	75.217	0,81	0,96	61.170	71.854
Mamão	Tonelada	890.862	890.862	0,73	0,71	652.110	633.123
Manga	Tonelada	610.177	610.177	0,71	0,57	430.511	349.419
Maracujá	Tonelada	209.401	209.401	1,01	0,99	211.182	207.017
Marmelo	Tonelada	70	70	3,42	3,42	240	240
Palmito	Tonelada	1.698	1.698	2,62	2,62	4.444	4.444
Pimenta-do-reino	Tonelada	3.489	3.893	4,83	4,83	16.849	18.800
Sisal ou agave (fibra)	Tonelada	199.322	223.986	0,93	1,03	185.550	230.358
Tangerina	Tonelada	40.651	40.651	0,62	1,04	25.269	42.104
Urucum (semente)	Tonelada	3.586	3.586	1,3	1,3	4.664	4.664
Uva	Tonelada	237.609	244.297	2,64	2,58	626.698	630.470
Agricultura							
Brasil							
Nordeste							
						108.148.833	105.609.725
						17.939.117	18.548.481
Pecuária							
Brasil							
Nordeste							
Carne bovina	Tonelada	745.071	792.707	3,61	3,27	72.166.716	66.986.100
Frango	Tonelada	116.766	154.333	1,84	1,68	4.315.541	4.197.529
Leite	milhões de litros	1.473	1.540	0,51	0,46	2.690.525	2.589.088
Ovos	mil cx. De 30 dúzias	10.686	11.395	1,64	1,53	215.299	258.687
Suínos	Tonelada	47.760	55.518	2,67	2,13	756.451	706.896
						525.891	524.423
						127.376	118.436
Agropecuária							
Brasil							
Nordeste							
						180.315.549	172.595.825
						22.254.659	22.746.010
Relações Nordeste/Brasil							
Lavoura temporária (a)						14,41	15,42
Lavoura permanente (b)						24,17	24,41
Agricultura (c = a + b)						16,59	17,56
Pecuária (d)						5,98	6,27
Agropecuária (c + d)						12,34	13,18

5 - EMPREGO E RENDIMENTO

5.1 - Emprego

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de agosto (IBGE, 2006i), do IBGE, assinalou que a taxa de desocupação⁷, no agregado das regiões pesquisadas⁸, permaneceu praticamente estável em relação ao mês anterior, passando de 10,7% em julho para 10,6% em agosto, ficando acima do patamar de 10% desde fevereiro de 2006.

Na comparação com agosto de 2005, a taxa de desocupação teve um aumento de 1,2 pontos percentuais. (Gráfico 21).

Apesar da elevação anual da taxa de desocupação, pode-se dizer o mercado de trabalho está melhor, pois houve uma elevação percentual muito maior no contingente de

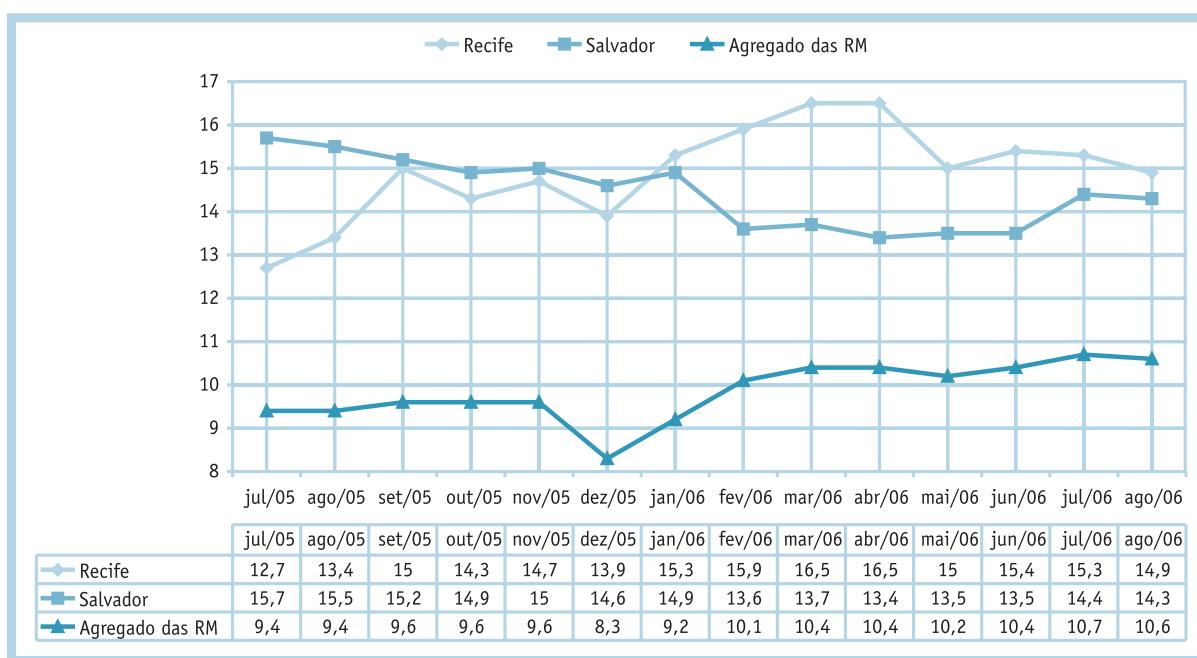


Gráfico 21 – Taxa de desocupação para o total das áreas cobertas pela PME, Recife e Salvador (Jul./05 - Ago./06)

Fonte: Elaborado pela Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados do IBGE (2006i).

⁷ Relação entre desocupados procurando trabalho e população economicamente ativa. Foram classificadas, pelo IBGE, como desocupadas as pessoas que não estavam trabalhando e permaneciam disponíveis para trabalhar na semana de referência e tinham tomado alguma providência efetiva para conseguir trabalho nos trinta dias anteriores à semana em que responderam à pesquisa. A população economicamente ativa compreende as pessoas ocupadas, com trabalho remunerado ou não, e as desocupadas na semana de referência.

⁸ Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

pessoas procurando trabalho em comparação com agosto de 2005. O número de pessoas desocupadas, no conjunto das regiões metropolitanas, segundo os dados da PME, foi de 2,4 milhões em agosto de 2006, significando estabilidade em relação ao mês de julho, e uma alta de 17,2% em relação a agosto de 2005, o que representa um incremento de 355 mil pessoas procurando trabalho. (Gráfico 22). As regiões nortistas pesquisadas, Recife e Salvador, continuam apresentando taxas de desocupação muito superiores às observadas para as demais Regiões Metropolitanas, como aponta o Gráfico 21.

Em Recife, a PME indicou uma queda na taxa de desocupação, que passou de 15,3%, em julho, para 14,9% em agosto. Apesar do recuo, Recife continua a exibir a maior taxa entre as regiões pesquisadas.⁹ Já na comparação com o mesmo mês do ano anterior, constatou-se um aumento de 1,5 pontos percentuais na taxa de

desocupação. Em termos do contingente de desocupados, que em agosto de 2006 ficou em 227 mil, não houve variação significativa no confronto com o mês anterior. No entanto, houve um acréscimo de 28 mil pessoas desocupadas em relação a agosto de 2005. O maior percentual no contingente de desocupados encontra-se entre as mulheres (53,4%), pessoas com idade entre 25 e 49 anos (52,1%) e pessoas com 11 anos ou mais de estudo (44,0%). Dos desocupados, 47,4% tinham tempo de procura por emprego entre 31 dias a menos de 6 meses.

Para a Região Metropolitana de Salvador, a taxa de desocupação em agosto de 2006 foi estimada em 14,3%, contra 14,4% em julho de 2006 e 15,5% em agosto de 2005. No entanto, as oscilações não podem ser consideradas significativas, estatisticamente. O contingente de pessoas desocupadas em Salvador, referente a agosto de 2006, foi estimado em 239 mil, não



Gráfico 22 – População desocupada total (em mil pessoas)

Fonte: IBGE (2006f).

⁹ As taxas de desocupação em agosto de 2006 estimadas pelo IBGE, com base na PME, são de 14,9% para a RM de Recife, de 14,3% para a RM de Salvador, de 8,7% para a RM de Belo Horizonte, de 8,2% para a RM do Rio de Janeiro, de 11,6% para a RM de São Paulo e de 8,3% para a RM de Porto Alegre.

havendo variação estatística significativa em relação a julho de 2006 nem a agosto de 2005. O maior percentual no contingente de desocupados encontra-se entre as mulheres (58,3%), pessoas com idade entre 25 e 49 anos (48,2%) e pessoas com 11 anos ou mais de estudo (45,9%). Dos desocupados, 40,1% tinham tempo de procura por emprego entre 31 dias e menos de 6 meses.

No conjunto das regiões metropolitanas pesquisadas, o contingente da população ocupada (20,5 milhões, em agosto de 2006) apresentou crescimento na comparação com julho (1,1%), e em relação a agosto de 2005 (2,8%).

A população ocupada estimada em Recife foi de 1.295 mil pessoas, em agosto de 2006,

apresentando estabilidade em relação ao mês anterior e na comparação com maio de 2005. Há preponderância entre os ocupados de homens (57,4%), pessoas com idade entre 25 e 49 anos (63,2) e com 11 anos ou mais de estudo (51,7%). Com relação ao tempo de permanência no trabalho, a PME indicou que 64,3% dos trabalhadores já estavam empregados há pelo menos 2 anos. 47,0% das pessoas ocupadas, em Recife, estavam ligadas a estabelecimentos de grande porte, com 11 ou mais pessoas, enquanto que nos estabelecimentos de pequeno porte, de 1 a 5 pessoas, encontravam-se 45,9% dos ocupados. (Tabela 33)¹⁰.

A população ocupada na Região Metropolitana de Salvador foi estimada em 1.428 mil pessoas. Esse resultado significou estabilidade

Tabela 33 – População ocupada nas Região Metropolitana de Recife e Salvador (%). Agosto/2006

Mês de Maio	Total	Recife	Salvador	POA
Sexo				
Masculino	55,7	57,4	53,1	54,2
Feminino	44,3	42,6	46,9	45,8
Faixa Etária				
10 a 14 anos	0,3	0,7	0,4	0,2
15 a 17 anos	1,8	1,8	1,7	2
18 a 24 anos	16,2	15,8	15,4	16,9
25 a 49 anos	63,2	63,8	67,1	62,6
50 anos ou mais	18,5	18,0	15,5	18,2
Anos de Estudo				
Sem instrução e menos de 1 ano	2,4	3,6	2,4	1,2
1 a 3 anos	5,4	6,8	5,8	4,6
4 a 7 anos	22,4	23,9	20,4	25,8
8 a 10 anos	17,9	16,2	17,6	20,1
11 anos ou mais	51,7	48,8	53,6	48,1
Anos intermediários	0,2	0,7	0,1	0,2
Tamanho do Empreendimento				
1 a 5 pessoas	35,9	45,9	40,3	34,5
6 a 10 pessoas	6,2	7,2	5,9	6,4
11 ou mais pessoas	58	47,0	53,7	59
Tempo de Permanência no Trabalho				
Até 30 dias	2,3	2,9	2,0	2,7
De 31 dias a menos de 1 ano	20,1	22,1	21,0	21,3
De 1 ano a menos de 2 anos	11,6	10,7	11,4	11
2 anos ou mais	66	64,3	65,6	65,1

Fonte: IBGE (2006i).

¹⁰ POA é a População Ocupada Ativa. A População Ocupada é formada pela POA e pelas pessoas que estavam temporariamente afastadas de trabalho remunerado.

no número de pessoas ocupadas na comparação tanto com julho de 2006 como com maio de 2005. Há preponderância entre os ocupados de homens (53,1%), pessoas com idade entre 25 e 49 anos (67,1) e com 11 anos ou mais de estudo (53,6%). Com relação ao tempo de permanência no trabalho, a PME indicou que 65,6% dos trabalhadores já estavam empregados há pelo menos 2 anos. A maior parcela dos trabalhadores ocupados em Salvador (53,7%) encontra-se em estabelecimentos de grande porte, com 11 pessoas ou mais. (Tabela 33).

O contingente de trabalhadores com carteira assinada no setor privado, que responde por

41,2% da população ocupada no conjunto das regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE, apresentou estabilidade em relação a julho de 2006, mas elevou-se em 5,9% frente a agosto do ano passado. Nas regiões metropolitanas do Nordeste, os trabalhadores com carteira assinada representam 33,3% e 36,1% da população ocupada nas Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador, respectivamente. (Tabela 34). Em Recife, o contingente de trabalhadores “com carteira” apresentou estabilidade em relação a julho de 2006 e em relação a agosto de 2005. Em Salvador, houve variação positiva de 9,8% na comparação anual, e estabilidade na comparação com julho passado.

Tabela 34 – População ocupada, por Região Metropolitana, segundo a posição ocupada (%). Agosto/2006

Distribuição da População Ocupada por Posição na Ocupação	TOTAL	REC	SAL	BH	RJ	SP	POA
Com carteira no setor privado	41,2	33,3	36,1	40,4	38,2	44,8	43,7
Sem carteira no setor privado	14,9	15,3	14,6	13,6	13,3	16,7	12,3
Conta própria	18,8	20,9	21,6	18,3	22,9	15,8	18,8
Empregador	4,9	5,1	4,4	5,4	4,8	5,0	4,8

Fonte: IBGE (2006i).

5.2 - Rendimento

Nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE, o rendimento médio real habitualmente recebido pelos trabalhadores atingiu R\$ 1.036,20, o que representou um aumento de 0,7% em relação a julho último. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, esse rendimento teve um incremento de 3,5%. Na comparação anual, o comportamento foi de elevação em todas as seis regiões metropolitanas pesquisadas.

No caso das regiões metropolitanas do Nordeste pesquisadas, Recife exibiu um incremento de 0,4% no rendimento médio real em relação a julho, e de 2,6% em relação a agosto de 2005. O rendimento em Recife vem apresentando comportamento crescente nos últimos três meses.

Para Salvador, também foi verificado um incremento nos rendimentos na comparação com julho (1,8%), e também na comparação com agosto de 2005 (4,0%), tendo sido a maior alta mensal e a segunda maior alta anual entre as regiões pesquisadas. Salvador também vem apresentando comportamento crescente do rendimento nos últimos três meses, assim como o Recife. Enquanto isso, o comportamento do rendimento no conjunto das regiões metropolitanas foi oscilante nos últimos meses.

Em Recife, no que tange às variações menais do rendimento segundo as categorias de posição na ocupação, houve crescimento nos rendimentos médios habituais para os emprega-

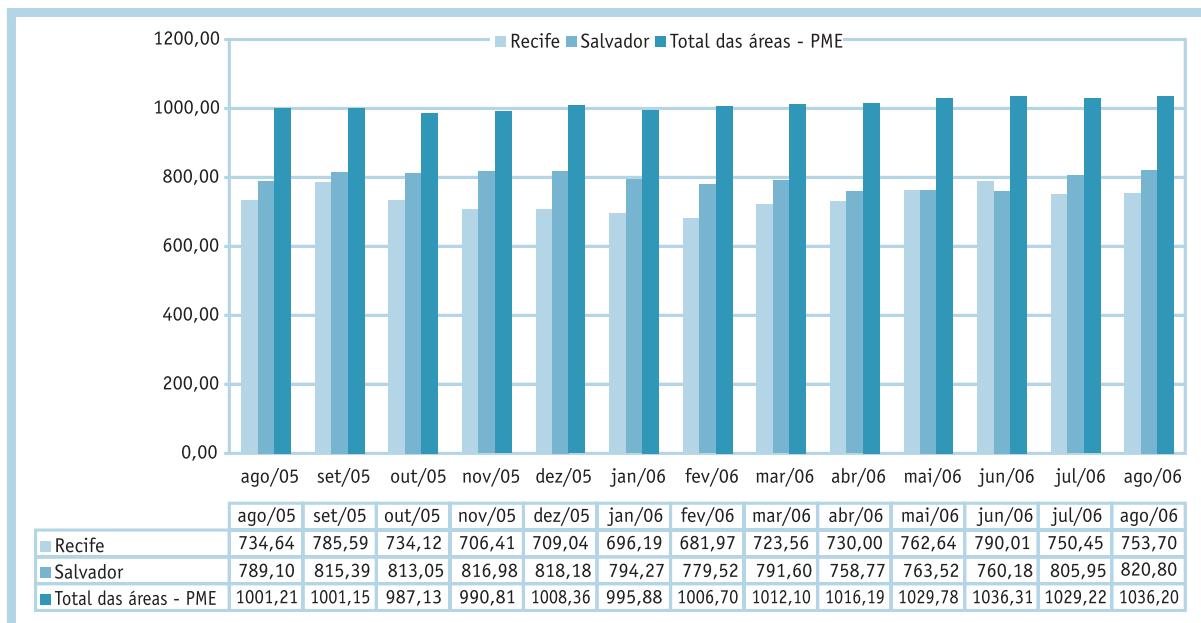


Gráfico 23 – Rendimento médio real habitualmente recebido para o total das áreas cobertas pela PME, Recife e Salvador (ago.05/ago.06)

Fonte: Elaborado pela Equipe do BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados do IBGE (2006i).

dos com carteira de trabalho assinada (3,1%), alcançando R\$ 703,30 em agosto, e para os empregados (9,0%), alcançando R\$ 3.072,30 em agosto, e queda nos rendimentos de empregados sem carteira de trabalho assinada (-8,6%), caindo para R\$ 381,30 em agosto, e de trabalhadores por conta própria (-7,2%), que obtiveram R\$ 436,50. Na comparação anual, auferiram ganhos apenas os empregados (2,6%), enquanto que para os empregados com e sem carteira assinada e para os trabalhadores por conta própria foram verificadas perdas nos rendimentos, de 0,4%, 2,6% e 6,6%, respectivamente.

Em Salvador, houve crescimento mensal nos rendimentos médios habituais para os empregados com carteira de trabalho assinada (1,1%), alcançando R\$ 822,40 em agosto, e para os empregados “sem carteira” (4,2%), alcançando R\$ 474,60 em agosto, e queda nos rendimentos dos trabalhadores por conta própria (-8,6%), caindo para R\$ 515,30 em agosto. Na comparação anual, auferiram ganhos os empregados com e sem carteira de trabalho assinada (3,6% e 13,3%, respectivamente), enquanto que, para os trabalhadores por conta própria, foi verificada perda nos rendimentos de 6,3%.

5.3 - Considerações Adicionais sobre a Criação de Emprego Formal

Os dados do Cadastro Geral de Empregos (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para o mês de agosto, mostraram que foram criados 1.145.722 novos empregos formais

e foram eliminados 1.017.807 postos de trabalho, gerando um saldo de 128.915, resultado esse 16,0% inferior ao mês de julho, quando o saldo foi 154.357. (CAGED, 2006a).

No acumulado do ano (janeiro a agosto), os dados do Caged mostram um desempenho semelhante ao mesmo período do ano passado, 1.207.070 novos postos de trabalho, queda de apenas 1,0% com relação ao ano passado, quando foram gerados 1.219.236 novos empregos. Nos últimos 12 meses, o saldo é de 1.241.815, queda de 2,7% com relação a igual período do ano anterior.

Em agosto, os setores apresentaram, com algumas exceções, melhor desempenho do que em julho. Destaque para os Serviços, 64.668 novos empregos celetistas, crescimento de 24,0% com relação a julho. O Comércio, a Indústria de Transformação e a Construção Civil seguem na lista dos melhores desempenhos com 30.192, 28.788 e 15.283 novos postos de trabalho respectivamente.

No acumulado do ano, o setor de Serviços vem mantendo a liderança entre os setores que mais geram empregos, 441.615 novos postos de trabalho, desempenho semelhante ao mesmo período de 2005. (Tabela 35).

Entre as regiões, o Sudeste obteve o melhor resultado, registrando um acúmulo de 63.021 no estoque de empregos formais. Nordeste, Sul, Norte e Centro-Oeste registraram saldo de 32.654, 14.756, 12.067 e 6.417 novos empregos formais, respectivamente.

O Nordeste fechou o mês de agosto com o acréscimo de 32.654 empregos celetistas, um incremento de 0,8%, com relação ao mês de julho. Setorialmente, a Indústria de Transforma-

ção foi responsável pela abertura de 13.611 vagas formais, o que corresponde a 41,7% do total da região. Em seguida, vem Serviços e Comércio com, respectivamente, 6.914 e 5.115 novos empregos formais. No mês em análise, todos os Estados apresentaram saldo positivo, com destaque para Pernambuco que registrou 6.914 novos postos formais.

Entre janeiro e agosto de 2006, o Nordeste assinalou crescimento do emprego celetista, com o saldo de 69.100 postos de trabalho. Os setores que contribuíram para essa performance foram: Serviços (34.799 vagas), Construção Civil (24.124 vagas) e Comércio (23.755 vagas). Já a Indústria de Transformação registrou saldo negativo de 20.218 empregos com carteira assinada. Entre os Estados nordestinos, Alagoas foi o único a eliminar vagas de trabalho formais. A diferença entre admitidos e desligados foi de -23.697 empregos celetistas, o que significa uma queda de 9,6% em comparação a janeiro-agosto 2005.

Após um início de ano com baixo desempenho, ficando os primeiros quatro meses com saldo negativo, o Estado de Alagoas vem demonstrando boa recuperação apresentando, em agosto, saldo de 1.459 novos postos de trabalho. Porém, tal resultado somado com os últimos quatro meses, ainda não foi suficiente para reverter a situação no acumulado do ano onde o Estado detém o pior resultado entre os Estados do Nordeste, com saldo negativo de 23.697 postos de trabalho. Entretanto, esse desempenho é melhor do que o apresentado pelo Estado

Tabela 35 – Brasil: variação absoluta no acumulado do ano do emprego formal, segundo os setores de atividade econômica

	Total das Atividades	Extração Mineral	Ind. de Transform	S.I.U.P	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária
Jan a Ago/03	677.912	5.465	137.361	2.081	-14.000	94.183	210.397	20.614	220.986
Jan a Ago/04	1466446	8.271	454.555	6.671	90.057	214.875	383.520	26.964	281.477
Jan a Ago/05	12.191.236	8.316	218.331	99.980	91.206	205.361	453.530	33.061	199.400
Jan a Ago/06	1207.070	10.088	264.666	9.531	118.839	129.979	441.615	26.753	205.602

Fonte: Caged (2006a).

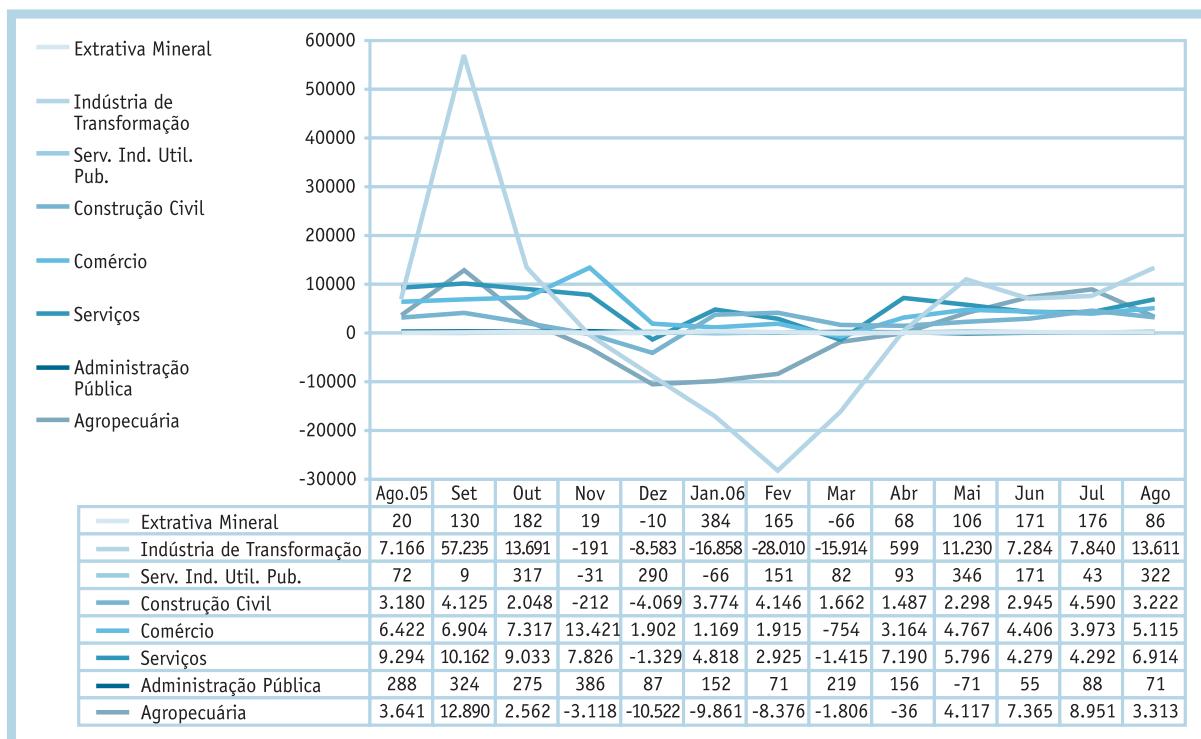


Gráfico 24 – Nordeste: evolução do emprego formal por setor de atividade (12 meses)

Fonte: Elaborado pela Equipe do BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados do CAGED (2006a)

no mesmo período de 2005, quando registrou o saldo negativo de 30.889 no setor formal de emprego. Entre os setores da economia, apenas a Indústria de Transformação merece maior destaque no mês de agosto, com saldo positivo de 1.857 empregos formais. O setor foi o responsável pelo saldo total ter sido positivo, pois, Serviços, Comércio e Agropecuária apresentaram saldos negativos, -310, -116 e -59 postos de trabalho respectivamente. No acumulado do ano, o Comércio e o setor de Serviços são os destaques, com saldo de 2.019 e 1.400 empregos com carteira assinada respectivamente.

O Estado da Bahia, com saldo de 2.632 empregos formais em agosto, apresentou um desempenho menor no ritmo de crescimento do emprego formal com julho quando o saldo ficou na ordem de 4.647 empregos celetistas, variação de 43,6%. No acumulado do ano, o Estado mantém um bom desempenho, acumulando um saldo positivo de 30.125 empregos formais. Esse valor corresponde a 43,6% do total

de empregos formais da região Nordeste e 2,5% do saldo brasileiro. Entre os setores da economia, Serviços, Indústria de Transformação e Comércio registraram saldo de 1.529, 1.420 e 1.178 postos de trabalho, respectivamente. Agropecuária foi o único setor que apresentou saldo negativo, 2.175 postos de trabalho no Estado. No acumulado do ano, Indústria de Transformação, Comércio e Agropecuária lideram o saldo total com, 7.371, 7.237 e 6.383 postos adicionais de trabalho, respectivamente.

Segundo dados do Caged, Ceará apresentou o quinto mês consecutivo de geração de novos postos de trabalho com carteira assinada. Em agosto, foi totalizado o acréscimo de 6.890 vagas formais, uma variação de 1,0%. Setorialmente, a Agropecuária apresentou o melhor desempenho tanto em termos absolutos quanto relativos, o que significa 1.839 novos empregos celetistas e uma variação de 11,7%. O setor vem apresentando uma recuperação desde maio de 2006. Em seguida, vêm a Indústria

de Transformação e a Construção Civil que registraram, respectivamente, 1.788 e 1.259 novos empregos formais. No acumulado do ano, o saldo de contratações e demissões de trabalhadores foi de 16.580 no Estado. Os setores que contribuíram para esse desempenho foram Serviços e Construção Civil que registraram saldo de 6.431 e 6.177 vagas formais, respectivamente.

Pelo sexto mês consecutivo, o Maranhão registrou saldo positivo no nível de emprego formal, totalizando 3.289 postos de trabalho formal em agosto de 2006. Os setores que elevaram o emprego celetista no Estado foram: Serviços (1.589 vagas), Construção Civil (770 vagas) e Indústria de Transformação (564 vagas). A Agropecuária e Administração Pública assinalaram redução de trabalho formal, com a perda de 130 e 14 vagas com carteira assinada, respectivamente. No acumulado do ano, o Estado fechou com o acréscimo de 11.891 ocupações formais, um incremento de 5,0%. Setorialmente, Serviços (4.779 vagas), Agropecuária (2.837 vagas) e Comércio (2.409 vagas) foram os setores que mais se destacaram entre janeiro e agosto de 2006.

No mês de agosto, a Paraíba registrou um saldo positivo de 5.668 postos de trabalho com carteira assinada, uma variação de 2,5%. No acumulado de janeiro a agosto, foram admitidos 56.781 empregados e desligados 50.286 empregados, uma variação positiva de 2,9%. Setorialmente, se destacaram na criação de novos empregos em agosto: Agropecuária com 2.089 vagas, Indústria de Transformação com 3.332 vagas, seguido de Serviços com 248 vagas. No acumulado do ano, os setores que obtiveram maior destaque foram: Indústria de Transformação com saldo de 3.146 vagas, Construção Civil, 1.960 vagas, seguido de Serviços com 1.416 vagas.

O Estado de Pernambuco registrou no mês de agosto uma pequena variação positiva na

demandas por emprego de (0,9%) gerando um saldo de 6.914 postos de trabalho. Setorialmente, os principais responsáveis por este crescimento em agosto foram: Indústria de Transformação, com saldo de 4.137 empregos, seguido de Comércio, 1.395 vagas e Serviços, com 1.347 novos empregos. No acumulado do ano (janeiro a agosto), foram criados 7.844 empregos com carteira assinada representando uma variação positiva de 1,0%. Os setores com melhores saldos neste período foram: Serviços, 9.224, Comércio com 4.931 e Construção Civil com 2.586 postos de trabalho.

Piauí manteve a trajetória crescente de geração de novos empregos celetistas, pelo sétimo mês consecutivo. Em agosto de 2006, o Estado assinalou a abertura de 679 vagas formais, o que corresponde a um aumento de 0,3%. Os setores que mais impulsionaram a criação de novos postos de trabalho foram Comércio e Serviços que registraram, respectivamente, 337 e 331 novos postos de trabalho com carteira assinada. Por outro lado, a Indústria de Transformação e Extrativa Mineral apresentaram saldo negativo de 241 e 6 postos de trabalho, respectivamente. Entre janeiro e agosto de 2006, foram abertos 8.725 ocupações formais, um crescimento de 4,0%, com relação ao mesmo período do ano anterior. Setorialmente, os principais responsáveis foram: Serviços, Construção Civil e Comércio. Somente Serviços Industriais de Utilidade Pública obteve saldo negativo de 72 postos de trabalho no acumulado do ano.

Os dados do Caged mostram que no Estado do Rio Grande do Norte em agosto fora gerado saldo de 3.338 empregos celetistas e é o quinto mês consecutivo que o Estado apresenta variação positiva. No acumulado do ano, o saldo do estoque de empregos formais é de 4.781. Entre os setores da economia, Agropecuária foi o que gerou mais empregos em agosto, com 1.574 novos empregos formais. Já no acumulado do ano, esse setor não apresenta o mesmo desem-

penho, sendo o setor que mais apresenta deslizamentos, gerando um saldo negativo de 1.907 postos de trabalho. Entre os outros setores, Construção Civil, Indústria de Transformação, Comércio e Serviços apresentaram saldos de 512, 476, 427, 264 postos de trabalho, respectivamente. No acumulado do ano, a Construção Civil é o setor que mais gera emprego, totalizando um saldo de 4.411 postos de trabalho, seguido por Comércio, Serviços e a Indústria de Extrativa Mineral com saldos de 1.424, 476 e 126 empregos formais, respectivamente.

Em agosto, o saldo foi de 1.785 postos de trabalho em Sergipe representando uma variação positiva de 1,02%. Setorialmente, em agosto os destaques ficam por conta de Serviços, 792 empregos celetistas e Indústria de Transformação, 520 empregos. Nos primeiros oito meses do ano, foram criados 6.356 empregos celetistas uma variação de 3,79%. Setorialmente, no acumulado do ano, os setores que mais se destacaram foram: Serviços, com 2.868 empregos celetistas, Construção Civil, com 1.705 empregos celetistas, seguido de Comércio, com 926 empregos. ●

Tabela 36 – Nordeste: emprego formal por Estado

UF	Agosto - 2006			Jan. a Ago./2006		
	Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligados	Saldo
Maranhão	9.870	6.581	3.289	63.639	51.748	11.891
Piauí	5.549	4.870	679	40.775	32.050	8.725
Ceará	27.295	20.405	6.890	170.917	154.337	16.580
Rio Grande do Norte	14.160	10.822	3.338	94.405	89.624	4.781
Paraíba	12.006	6.338	5.668	56.781	50.286	6.495
Pernambuco	32.898	25.984	6.914	206.871	199.027	7.844
Alagoas	8.581	7.122	1.459	49.783	73.480	-23.697
Sergipe	6.957	5.172	1.785	46.596	40.240	6.356
Bahia	43.987	41.355	2.632	327.508	297.383	30.125
Nordeste	161.303	128.649	32.654	1.057.275	988.175	69.100

Fonte: CAGED (2006a).

6 - SETOR EXTERNO

6.1 - Balança Comercial Brasileira

De janeiro a agosto de 2006, o saldo da balança comercial brasileira registrou US\$ 36,0 bilhões, representativos de incremento de 27,2%, sobre igual período do ano anterior (US\$ 28,3 bilhões), apesar da valorização do real. O saldo comercial, em agosto deste ano, atingiu US\$ 4,5 bilhões – cifra recorde para meses de agosto – significativos de crescimento de 23,4% sobre o mesmo mês de 2005. Entretanto, na análise mensal, o saldo comercial de agosto revelou retração de -19,9% em relação a julho (US\$ 5,6 bilhões). Nessa base de

comparação, a análise revela instabilidade das variações do saldo comercial – os meses de janeiro, fevereiro, abril, maio e agosto apresentaram taxas negativas de crescimento.

A corrente de comércio brasileira (exportações mais importações) alcançou US\$ 146,8 bilhões no acumulado dos oito primeiros meses do ano – variação de 18,5% sobre o mesmo período de 2005. Para o mês de agosto de 2006, a corrente de comércio registrou US\$ 22,8 bilhões – valor recorde histórico mensal, supe-

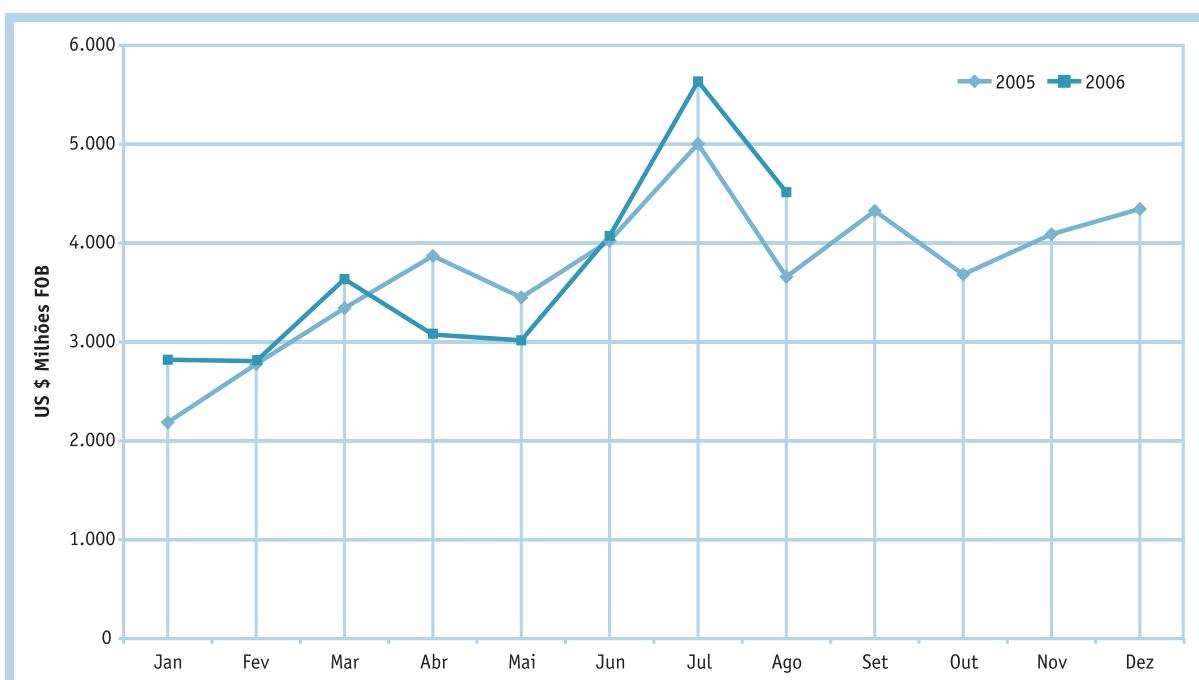


Gráfico 25 – Saldo da balança comercial brasileira (jan./05-ago./06)

Fonte: Elaborado pela Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados do Brasil. Ministério do Desenvolvimento... (2006).

rando julho (US\$ 21,6 bilhões) – apresentando variação positiva de 5,4% sobre o mês imedia-

tamente anterior e de 19,6% sobre agosto do ano anterior.

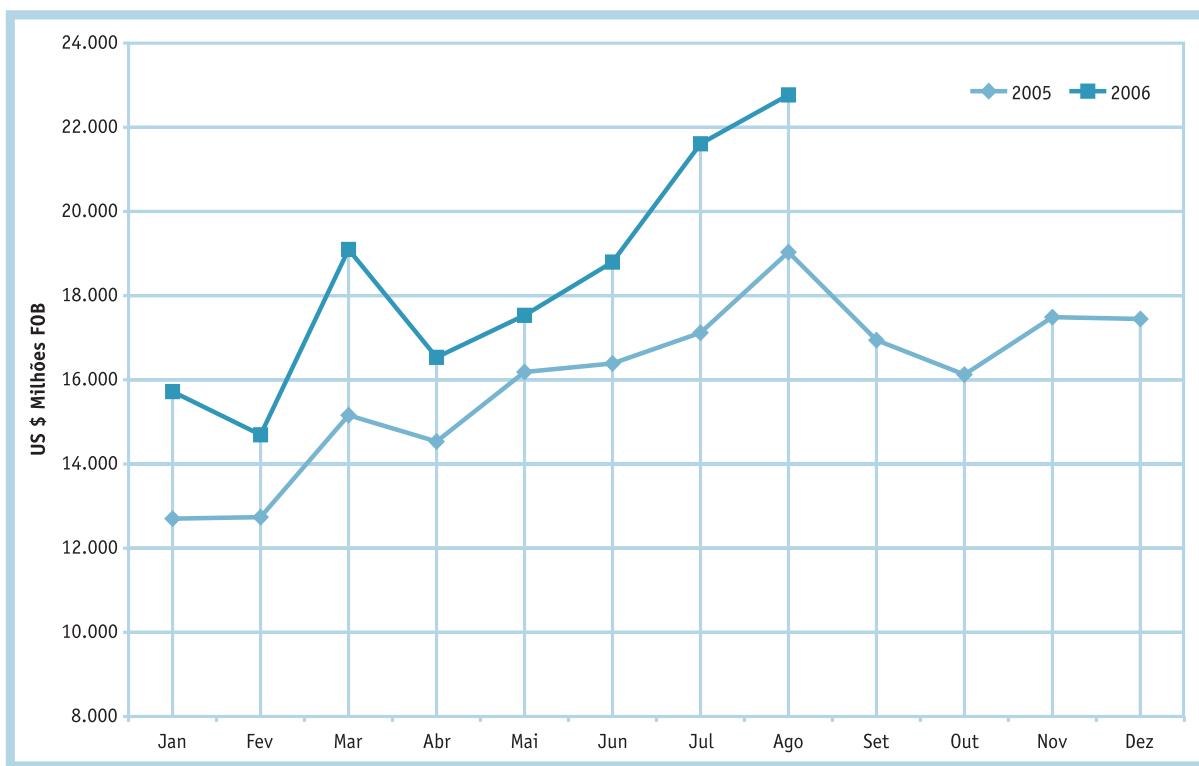


Gráfico 26 – Corrente de comércio brasileira (jan./05-ago./06)

Fonte: Elaborado pela Equipe do BNB-ETENE Conjuntura, com base nos dados do Brasil. Ministério do Desenvolvimento... (2006).

6.1.1 - Exportações

As exportações brasileiras geraram uma receita da ordem de US\$ 13,6 bilhões em agosto deste ano – cifra recorde mensal superando julho – mas com uma variação de apenas 0,1%. Enquanto na comparação com agosto de 2005, o crescimento foi 20,2%. No período que vai de janeiro a agosto deste ano, as exportações acumularam US\$ 88,2 bilhões – crescimento de 15,9% sobre o acumulado de 2005 (US\$ 76,1 bilhões).

A decomposição das exportações por fator agregado revela que, no acumulado de janeiro a agosto de 2006, houve crescimento para todas as classes de produtos, sendo maior para os semimanufaturados (16,8%), sobre igual perí-

odo de 2005 – as três categorias de produtos registraram valores recordes para o período. A análise das exportações por fator agregado evidencia que, entre janeiro e agosto de 2006, comparativamente a 2005, os manufaturados representaram cerca de 54,4% da pauta, seguidos dos básicos (29,4%) e semimanufaturados (13,9%).

No mês de agosto, os manufaturados e semimanufaturados registraram recordes menais de valor com, US\$ 7,1 bilhões e US\$ 2,0 bilhões, respectivamente. Na comparação de agosto/2006 com agosto/2005, o maior incremento se deu com os semimanufaturados (60,7%). O destaque negativo fica por conta dos produtos básicos que apresentaram queda

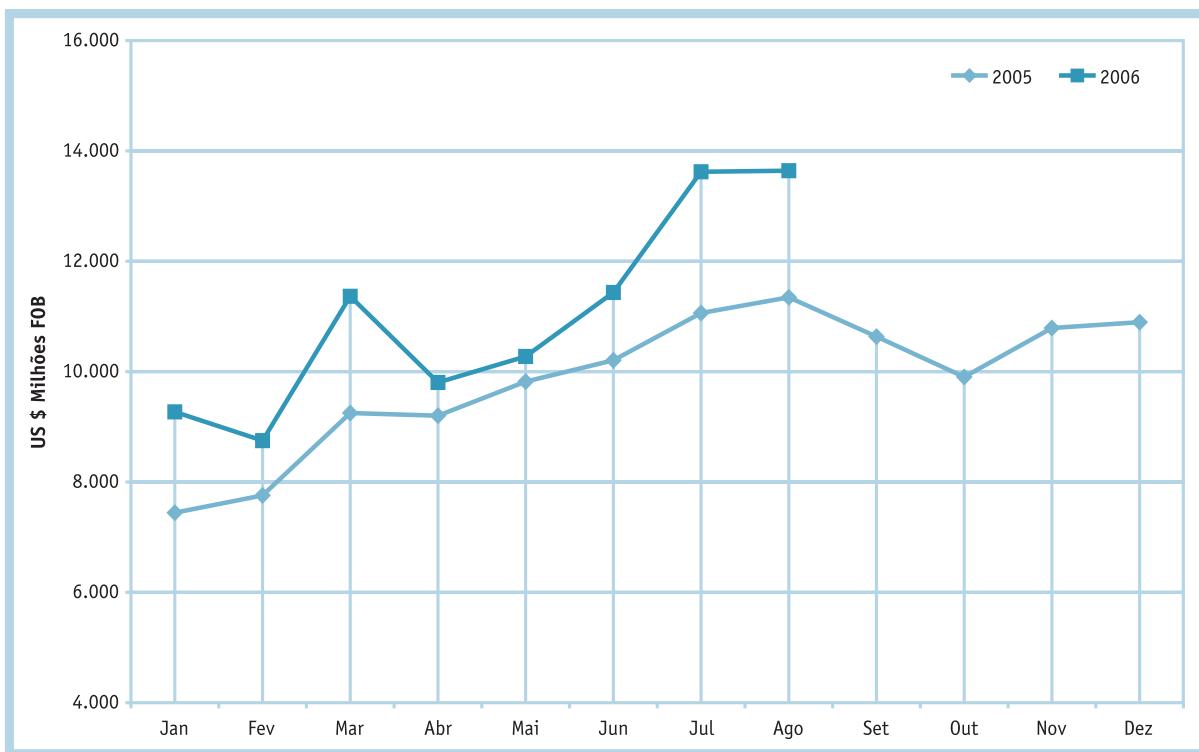


Gráfico 27 – Exportações brasileiras (jan./05- ago./06)

Fonte: Elaborado pela Equipe do BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados do Brasil. Ministério do Desenvolvimento... (2006).

de 8,6% na comparação de agosto com o mês imediatamente anterior.

Dados elaborados pela Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), para o período de janeiro a agosto de 2006, relativamente ao mesmo período do ano anterior, revelam que o crescimento de 15,9% das exportações deveu-se mais à elevação dos preços do que das quantidades embarcadas. Os índices de preço e quantum, registraram respectivamente, crescimento de 11,7% e 3,6%. Em relação aos preços, as três categorias apresentaram expan-

são, sendo a maior taxa relativa alcançada pelos semimanufaturados (12,6%). Enquanto que os manufaturados alcançaram a maior variação (4,1%) em relação às quantidades embarcadas.

No tocante aos principais destinos das exportações, no comparativo do desempenho do acumulado dos oito primeiros meses de 2006, com igual período do ano de 2005, observa-se ampliação das vendas externas brasileiras com destino a todos os principais blocos econômicos. Da mesma forma, a análise do desempenho das vendas externas, de acordo com o destino

Tabela 37 – Brasil: exportação por fator agregado, em US\$ milhões FOB (Jan.-Ago./06)

Exportações	Ago./05	Jul./06	Ago./06	Jan.-Ago./05	Jan.-Ago./06
Básicos	3.839	4.655	4.254	22.501	25.952
Semimanufaturados	1.235	1.888	1.985	10.462	12.217
Manufaturados	5.961	6.783	7.102	41.582	47.941
Operações Especiais	311	296	301	1.540	2.054
Total	11.346	13.622	13.642	76.085	88.164

Fonte: Elaborada pela Equipe do BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados da SECEX (2006).

para o mês de agosto de 2006, relativamente ao mesmo mês do ano anterior, revela crescimento para todos os principais destinos. O principal

destaque foi a Aladi, exceto Mercosul, que apresentaram substancial incremento de 58,2%, passando de US\$ 1,1 bilhão para US\$ 1,8 bilhão.

Tabela 38 – Variação dos índices de preço e *quantum* (janeiro/agosto - 2006/2005)

	Preço	Quantum
Exportação Total	11,7	3,6
Básicos	12,2	3,5
Semimanufaturados	12,6	3,1
Manufaturados	10,6	4,1

Fonte: Elaborada pela Equipe do BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados da SECEX (2006).

Tabela 39 – Brasil: exportação: principais blocos econômicos. Jan/Ago.-2006/2005 (milhões FOB)

	Janeiro/ Agosto		Var.% 2006/05 p/	Part.%	
	2006	2005		2006	2005
Ásia	13.544	11.653	16,2	15,4	15,3
- China	5.577	4.108	35,8	6,3	5,4
União Européia	19.402	17.696	9,6	22,0	23,3
EUA ⁽¹⁾	16.044	14.839	8,1	18,2	19,5
Aladi	20.091	16.134	24,5	22,8	21,2
- Mercosul	8.953	7.500	19,4	10,2	9,9
- Argentina	7.569	6.338	19,4	8,6	8,3
- Demais da Aladi	11.138	8.634	29,0	12,6	11,3
África	4.676	3.892	20,1	5,3	5,1
Oriente Médio	3.351	2.750	21,9	3,8	3,6
Europa Oriental	2.673	2.642	1,2	3,0	3,5
Demais	8.383	6.479	29,4	9,5	8,8
Total	88.164	76.085	15,9	100,0	100,0

Fonte: Elaborada pela Equipe do BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados da SECEX (2006).

Nota: (1) Inclui Porto Rico.

6.1.2 - Importações

As importações brasileiras cresceram 22,6% no período de janeiro a agosto de 2006, sobre o mesmo acumulado de 2005 – totalizando US\$ 58,6 bilhões. Em agosto, as importações registraram recorde mensal (US\$ 9,1 bilhões), superando em 13,8% o mês de julho (US\$ 8,0 bilhões). Comparativamente a agosto de 2005 (US\$ 7,7 bilhões), houve elevação de 18,2% nas importações nacionais.

Todas as categorias de bens apresentaram ampliação das importações no período janeiro-agosto/2006, em comparação a janeiro-agosto/2005, entretanto, a maior taxa de crescimento se deu na categoria dos bens de consumo (40,4%). Essa variação significativa deveu-se ao desempenho das importações de bens duráveis que se

elevaram em 55,5%, contra 27,9% dos bens não-duráveis. Dentre os bens de consumo duráveis, destaca-se o expressivo incremento de 138,1% na importação de automóveis.

No que se refere a combustíveis e lubrificantes, o aumento das importações (28,7%), ainda se deve aos altos preços do petróleo no mercado internacional, além da importação de maiores quantidades de gás natural.

No tocante à participação das categorias de produto, destacam-se as matérias-primas e intermediários – 49,7% das compras totais nos oito primeiros meses de 2006. Entretanto, esta categoria apresentou a menor variação do período, 16,4%, sob igual período de 2005.

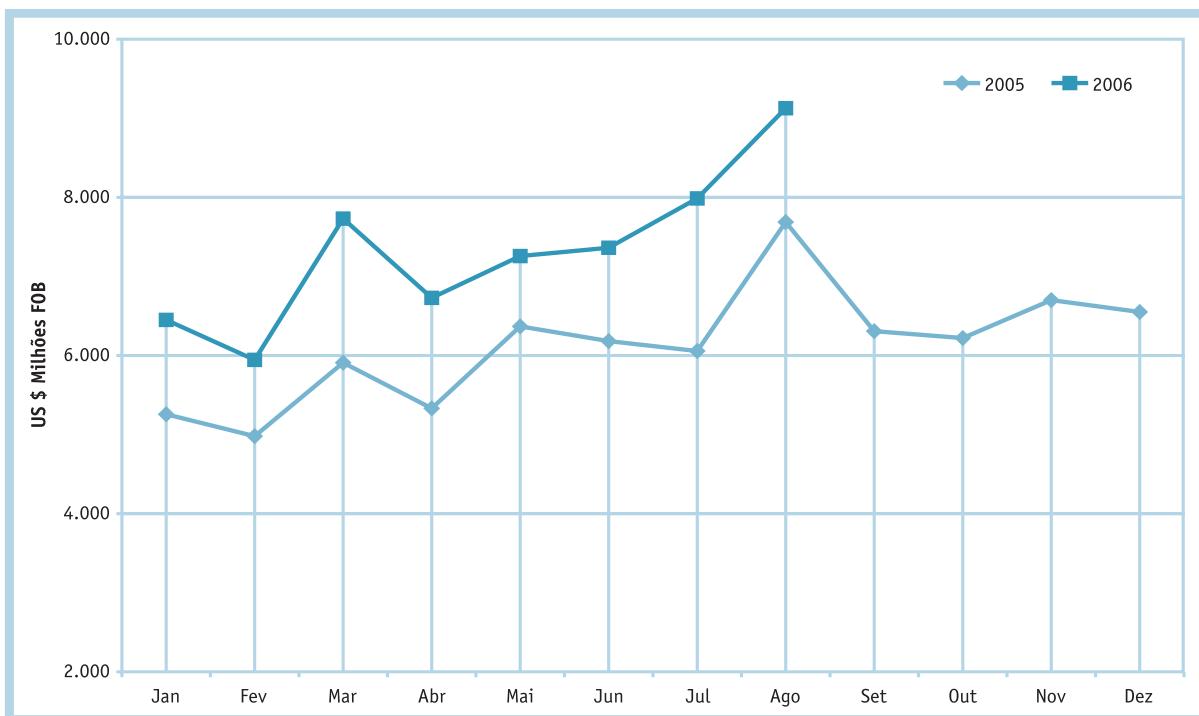


Gráfico 28 – Importações brasileiras (jan./05-ago./06)

Fonte: Elaborado pela Equipe do BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados do Brasil. Ministério do Desenvolvimento... (2006).

Tabela 40 – Brasil: importação por categoria de uso. Jan./ Ago. - 2006/2005. (US\$ milhões FOB)

	Janeiro/ Agosto		Var.% 2006/05	Part. %	
	2006	2005		2006	2005
Bens de Capital	12.216	9.830	24,3	20,9	20,6
Matérias-primas e Intermediários	29.101	25.001	16,4	49,7	52,3
Bens de Consumo	7.384	5.259	40,4	12,6	11,0
- Não-duráveis	3.670	2.870	27,9	6,3	6,0
- Duráveis	3.714	2.389	55,5	6,3	5,0
. Automóveis	1.081	454	138,1	1,8	1,0
Combustíveis e Lubrificantes	9.887	7.684	28,7	16,9	16,1
- Petróleo	6.332	4.930	28,4	10,8	10,3
- Demais	3.555	2.754	29,1	6,1	5,8
Total	58.588	47.774	22,6	100,0	100,0

Fonte: Elaborada pela Equipe do BNB-ETENE de Conjuntura Econômica, com base nos dados da SECEX (2006).

6.2 - Balança Comercial Nordestina

As exportações da região Nordeste somaram, no acumulado de janeiro a agosto de 2006, US\$ 7,4 bilhões – crescimento de 10,9% na comparação com o mesmo período de 2005 – a despeito das exportações nacionais terem crescido 15,9%, no mesmo período sob igual base de comparação. Verifica-se, portanto, que

as exportações nordestinas não acompanharam o ritmo das exportações nacionais, acarretando uma diminuição da participação da região nas exportações nacionais de 8,7% (jan.-ago./2005) para 8,4% (jan.-ago./2006). Na análise mensal, o Nordeste apresentou crescimento de 4,8%, em agosto de 2006, em relação a julho,

gerando receita de US\$ 1,1 bilhão, e queda de 2,9%, em relação a agosto de 2005 – acentuando a trajetória decrescente da participação das exportações nordestinas no total nacional exportado, observada a partir de junho deste ano, se comparada às participações para os mesmos meses de 2005.

As importações nordestinas, por sua vez, alcançaram US\$ 5,5 bilhões nos oito primeiros meses de 2006 – crescimento de 32,7% sobre o igual período de 2005 – significando 9,4% das importações totais do Brasil. Ressalte-se que as importações totais do país cresceram em menor ritmo neste período (22,6%). No mês de agosto deste ano, as importações da região somaram US\$ 779,0 milhões – variação de - 8,2% em relação a julho – representando 8,5% das importações nacionais. Contudo, nesta mesma base

de comparação, o Brasil apresentou variação superior (14,3%). Já na comparação de agosto de 2006 com agosto de 2005, o Nordeste apresentou declínio de 15,9% no total importado, não acompanhando o crescimento das importações do país (18,7%).

Em termos líquidos, o Nordeste alcançou um saldo comercial positivo de US\$ 1,9 bilhão, entre janeiro e agosto de 2006 – variação negativa de 25,2% na comparação com o igual período de 2005 – apontando queda da participação da região no saldo comercial do Brasil de 8,8% (2005) para 5,2% (2006). Isso é consequência do crescimento de 32,7% das importações regionais, evidenciado anteriormente. Na análise mensal, o saldo comercial da região apresentou variação positiva de 72,8%, em agosto, comparativamente a julho – aumentando de 2,9%

Tabela 41 – Exportações do Brasil e do Nordeste 2005 e 2006 (US\$ 1.000 FOB)

Período	Brasil	Nordeste	Part.% NE/BR 2006	Brasil	Nordeste	Part.% NE/BR 2005
	2006	2006		2005	2005	
Janeiro	9.270.707	934.045	10,1	7.444.140	685.898	9,2
Fevereiro	8.750.217	736.127	8,4	7.756.287	656.728	8,5
Março	11.366.397	1.023.978	9,0	9.250.704	790.428	8,5
Abri	9.803.478	924.930	9,4	9.201.536	744.905	8,1
Maio	10.274.815	812.394	7,9	9.818.442	749.929	7,6
Junho	11.434.687	861.611	7,5	10.206.058	817.907	8,0
Julho	13.621.551	1.010.241	7,4	11.061.329	1.102.691	10,0
Agosto	13.641.816	1.058.584	7,8	11.346.312	1.090.578	9,6
Janeiro a Agosto	88.165.673	7.363.916	8,4	76.084.808	6.639.064	8,7

Fonte: Elaborado pela Equipe do BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados do Brasil. Ministério do Desenvolvimento... (2006).

Tabela 42 – Importações do Brasil e do Nordeste 2005 e 2006 (US\$ 1.000 FOB)

Período	Brasil	Nordeste	Part.% NE/BR 2006	Brasil	Nordeste	Part.% NE/BR 2005
	2006	2006		2005	2005	
Janeiro	6.450.554	686.395	10,6	5.257.162	435.145	8,3
Fevereiro	5.944.455	553.164	9,3	4.980.187	319.227	6,4
Março	7.730.967	671.635	8,7	5.908.383	484.929	8,2
Abri	6.729.057	679.736	10,1	5.331.698	381.277	7,2
Maio	7.257.998	525.335	7,2	6.368.275	605.378	9,5
Junho	7.362.764	746.110	10,1	6.182.040	609.383	9,9
Julho	7.986.638	848.416	10,6	6.056.719	373.971	6,2
Agosto	9.127.307	779.025	8,5	7.687.185	926.507	12,1
Janeiro a Agosto	58.589.739	5.489.815	9,4	47.771.649	4.135.817	8,7

Fonte: Elaborado pela Equipe do BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados do Brasil. Ministério do Desenvolvimento... (2006).

para 6,2% sua participação no saldo comercial do país – enquanto, nessa mesma base de comparação, o saldo comercial brasileiro apresentou retração de 19,9%. Da mesma forma, na comparação de agosto de 2006 com o mesmo mês de 2005, o Nordeste apresentou variação positiva do seu saldo comercial superior ao do país, 70,4% contra 23,4% – elevando sua parcela de contribuição para o saldo comercial do país de 4,5% para 6,2%, no período considerado.

A corrente de comércio internacional nordestina – exportações mais importações – apresentou desempenho satisfatório no acumulado dos oito primeiros meses de 2006, gerando uma receita cambial de US\$ 12,9 bilhões, mas valor insatisfatório para alterar significativamente a participação da região na corrente de

comércio brasileira, passando de 8,7% em 2005 para 8,8% em 2006. Porém, a taxa de crescimento da corrente de comércio do Nordeste foi ligeiramente superior à do Brasil, nessa mesma base de comparação – 19,3% contra 18,5%. Na análise mensal, agosto com relação a julho, a região apresentou recuo da sua corrente de comércio (1,1%), não acompanhando o ritmo de crescimento da corrente de comércio brasileira (5,4%). Da mesma forma, houve retração na base de comparação agosto/2006 com agosto/2005, de 8,9% para o Nordeste, enquanto o Brasil incrementou sua corrente de comércio em 19,6%.

A análise do desempenho das exportações nordestinas por classe de produtos revela que os produtos industrializados – que compreendem manufaturados e semimanufaturados –

Tabela 43 – Saldo da balança comercial do Brasil e do Nordeste 2005 e 2006 (US\$ 1.000 FOB)

Período	Brasil	Nordeste	Part. % NE/BR 2006	Brasil	Nordeste	Part. % NE/BR 2005
	2006	2006		2005	2005	
Janeiro	2.820.154	247.651	8,8	2.186.978	250.752	11,5
Fevereiro	2.805.761	182.962	6,5	2.776.101	337.502	12,2
Março	3.635.431	352.344	9,7	3.342.320	305.499	9,1
Abri	3.074.420	245.195	8,0	3.869.839	363.628	9,4
Maio	3.016.817	287.059	9,5	3.450.167	144.552	4,2
Junho	4.071.923	115.501	2,8	4.024.018	208.523	5,2
Julho	5.634.913	161.824	2,9	5.004.610	728.719	14,6
Agosto	4.514.509	279.559	6,2	3.659.127	164.071	4,5
Janeiro a Agosto	36.024.481	1.872.095	5,2	28.313.159	2.503.247	8,8

Fonte: Elaborado pela Equipe do BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados do Brasil. Ministério do Desenvolvimento... (2006).

Tabela 44 – Corrente de comércio do Brasil e do Nordeste 2005 e 2006 (US\$ 1.000 FOB)

Período	Brasil	Nordeste	Part. % NE/BR 2006	Brasil	Nordeste	Part. % NE/BR 2005
	2006	2006		2005	2005	
Janeiro	15.721.261	1.620.440	10,3	12.701.302	1.121.043	8,8
Fevereiro	14.694.672	1.289.291	8,8	12.736.474	975.955	7,7
Março	19.097.364	1.695.613	8,9	15.159.087	1.275.357	8,4
Abri	16.532.535	1.604.666	9,7	14.533.234	1.126.182	7,7
Maio	17.532.813	1.337.729	7,6	16.186.717	1.355.307	8,4
Junho	18.797.450	1.607.720	8,6	16.388.097	1.427.290	8,7
Julho	21.608.188	1.858.657	8,6	17.118.047	1.476.662	8,6
Agosto	22.769.122	1.837.609	8,1	19.033.498	2.017.084	10,6
Janeiro a Agosto	146.753.406	12.851.725	8,8	123.856.457	10.774.880	8,7

Fonte: Elaborado pela Equipe do BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados do Brasil. Ministério do Desenvolvimento... (2006).

apresentaram crescimento de 23,7%, entre janeiro e agosto de 2006, comparativamente em igual período de 2005. Dentre estes produtos, os semimanufaturados apresentaram maior incremento (44,0%), contra 14,5% dos produtos manufaturados, enquanto que os produtos básicos tiveram uma variação negativa, no período em análise, de - 27,2%. Já em relação à pauta de importações, os básicos apresentaram maior incremento no período considerado, 58,2%, contra 27,3%, dos produtos industrializados – tendo os semimanufaturados alcançado incremento de 27,1% e os manufaturados de apenas 2,1%.

Verificando as exportações nordestinas por categoria de uso, tem-se um aumento da participação dos bens de capital e bens intermediários, enquanto que bens de consumo e combustíveis e lubrificantes apresentaram uma diminuição, na base de comparação janeiro a agosto/2006, em relação a janeiro a agosto/2005. A maior participação na pauta, para o período em análise, é dos bens intermediários, responsáveis por 66,4%, seguidos dos bens de consumo

(19,9%). Evidencia-se, portanto, a inserção do Nordeste como produtor e exportador de bens intermediários, enquanto que para as importações o maior peso é dos bens intermediários (42,6%), seguidos de combustíveis e lubrificantes (32,9%). Entretanto, estes últimos apresentaram queda, juntamente com os bens de capitais, da sua participação nas importações regionais, ao passo que os bens intermediários e os bens de consumo incrementaram sua participação na pauta importadora, levando em conta a mesma base de comparação.

Com relação aos principais destinos das exportações regionais, verifica-se que os doze maiores destinos, Estados Unidos (21,9%), Argentina (9,3%), Países Baixos (7,5%), México (5,4%), Bahamas (4,9%), China (4,7%), Itália (4,2%), Rússia (3,6%), Bélgica (3,1%), Alemanha (2,7%), Espanha (2,6%) e Canadá (2,4%), representaram, conjuntamente, 72,3% das vendas internacionais do Nordeste, no acumulado de janeiro a agosto de 2006. Por bloco econômico, as exportações se distribuem conforme o Gráfico 29.

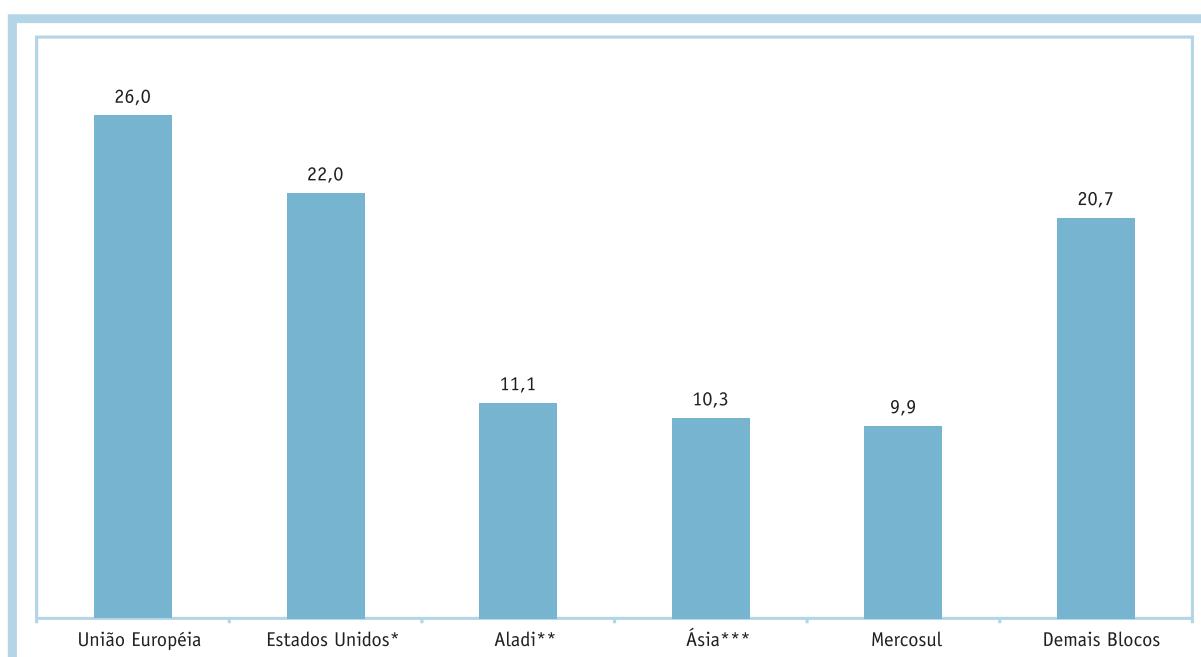


Gráfico 29 – Exportações do Nordeste por bloco econômico (jan.-ago./06)

Fonte: Elaborado pela Equipe do BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados do Brasil. Ministério do Desenvolvimento (2006).

Nota: (*) Inclusive Porto Rico; (**) Exclusive Mercosul; (***) Exclusive Oriente Médio.

Analisando-se a pauta de exportações da região Nordeste, baseada na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM)¹¹, no acumulado de janeiro a agosto de 2006, verifica-se que os capítulos mais representativos em termos de participação e valor são: combustíveis, óleos e ceras minerais, com 11,8% de participação (US\$ 868,7 milhões); produtos químicos orgânicos, com 8,0% (US\$ 592,2 milhões); veículos automóveis, tratores, ciclos, etc., com 7,7% (US\$ 567,4); cobre e suas obras, com 6,8% (US\$ 498,9); açúcares e produtos de confeitoraria, com 5,8% (US\$ 424,0 milhões); alumínio e suas obras, com 5,8% (US\$ 424,0 milhões); e ferro fundido, ferro e aço, com 5,6% de participação (US\$ 412,0 milhões). Juntos, esses capítulos somam 51,5% da pauta de exportações nordestina.

Em relação à participação de cada Estado na pauta de exportações do Nordeste para 2006

(janeiro a agosto), constata-se que os Estados de maior peso são: Bahia (58,9%), Maranhão (14,7%), Ceará (8,6%) e Pernambuco (6,0%), enquanto os que menos contribuíram para o desempenho satisfatório das exportações da região no acumulado do ano foram: Piauí (0,4%), Sergipe (0,6%) e Paraíba (1,7%). Comparativamente ao mesmo período de 2005, apenas Bahia e Maranhão apresentaram um aumento da sua participação nas exportações regionais, com incrementos de 3,0% e 0,5%, respectivamente. O maior decréscimo se deu com o Rio Grande do Norte, que detinha 4,4% de participação na pauta de exportações da região em 2005, passando para 3,0% em 2006.

Por Estado, Alagoas apresentou variação positiva de 5,3% nas exportações, entre janeiro e agosto de 2006, relativamente ao mesmo período de 2005, somando US\$ 433,4 milhões, al-

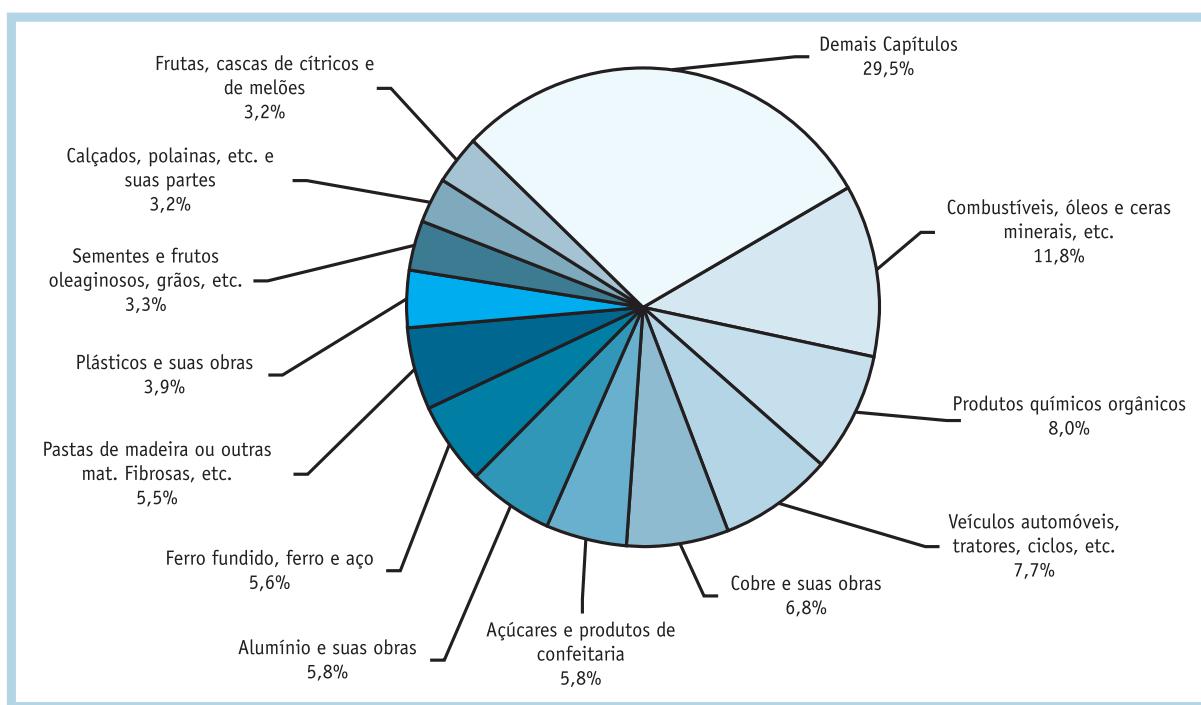


Gráfico 30 – Participação do Capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Nordeste (Jan./ago. 2006)

Fonte: Elaborado pela Equipe do BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados do Brasil. Ministério do Desenvolvimento...

¹¹ A Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) é uma lista de produtos do mercado interno e/ou externo, ordenados segundo convenção internacional. Possui oito dígitos e uma estrutura de classificação que contém até seis níveis de agregação: capítulo, posição, subposição simples, subposição composta, item e subitem.

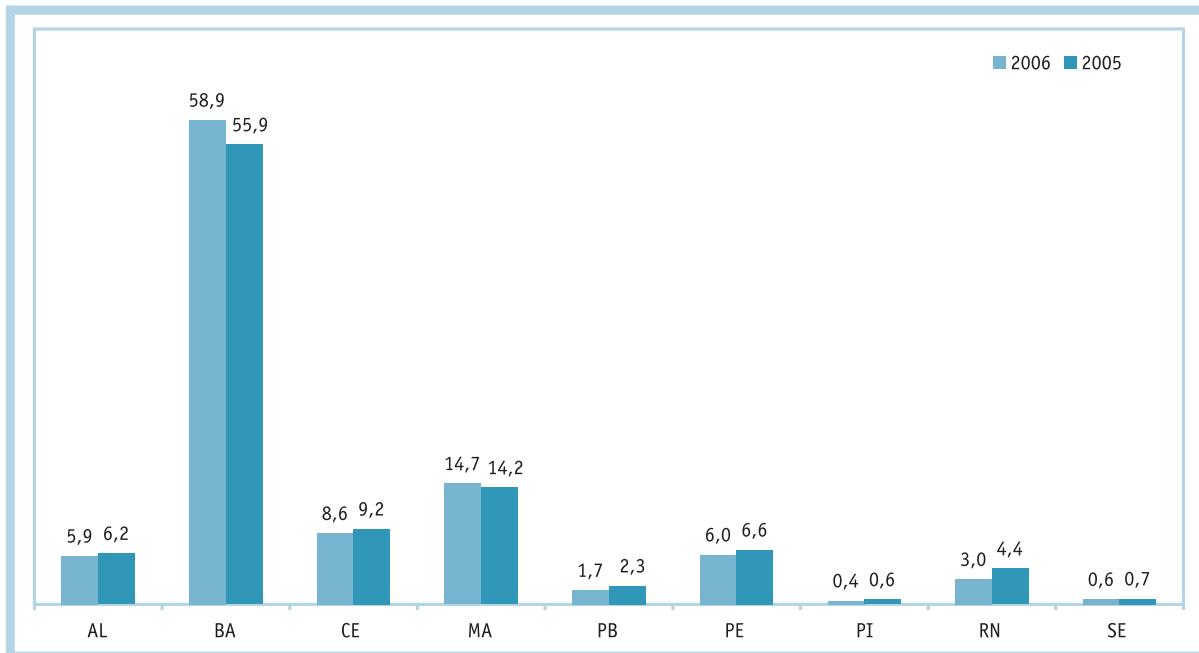


Gráfico 31 – Participação dos Estados na pauta de exportação da Região Nordeste (jan.-ago.)

Fonte: Elaborado pela Equipe do BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados do Brasil. Ministério do Desenvolvimento... (2006).

cançando a terceira maior taxa de crescimento das exportações dentro da região Nordeste. Os capítulos mais expressivos da pauta de exportações do Estado foram: açúcares e produtos de confeitoraria (69,9%) e bebidas, líquidos alcoóli-

cos e vinagres (22,3%), somando, conjuntamente, 92,2% da pauta exportadora alagoana.

A Bahia exportou US\$ 4,3 bilhões, obtendo variação positiva de 16,8%, na mesma base de comparação, sendo o Estado com a maior taxa

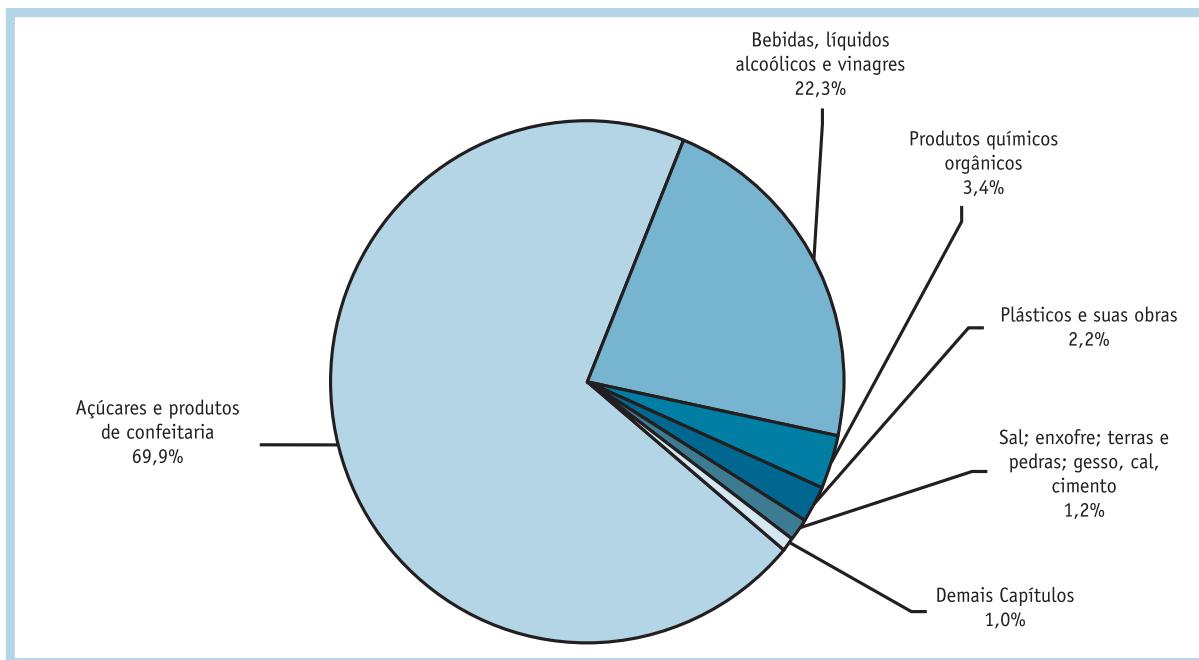


Gráfico 32 – Participação do Capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do alagoas (Jan./ago. 2006)

Fonte: Elaborado pela Equipe do BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados do Brasil. Ministério do Desenvolvimento... (2006).

de crescimento dentre os demais Estados nordestinos. Os principais capítulos da sua pauta de exportação, no período, foram: combustíveis, óleos e minerais (19,2%); produtos químicos orgânicos (13,0%); veículos automóveis, tratores, ciclos, etc. (12,9%); e cobre e suas obras (11,5%). Esses quatro capítulos juntos somaram 56,6% das exportações baianas.

As exportações do Ceará somaram US\$ 635,8 milhões, de janeiro a agosto de 2006, apresentando uma taxa de crescimento de 4,5% em relação a igual período de 2005. Essa variação positiva nas exportações levou o Ceará a ocupar a quarta posição dentre os que obtiveram incremento das exportações na região. Sua pauta de exportações dividiu-se nos seguintes capítulos: calçados, polainas, etc. e suas partes (25,1%); frutas, cascas de cítricos e de melões (17,6%); peles (exceto peleteria), e couros (13,1%). Conjuntamente, os três capítulos representaram 55,8% da pauta de exportações cearenses.

O Maranhão alcançou a segunda maior taxa de crescimento das exportações dentre os nove Estados da região (14,8%), no período em análise, sob igual base de comparação, gerando receita de US\$ 1,1 bilhão. Dentre os capítulos de maior destaque estão: alumínio e suas obras (37,4%); ferro fundido, ferro e aço (24,7%). Esses dois capítulos somaram 62,1% de toda a pauta de exportações maranhenses.

As exportações paraibanas, no período de janeiro a agosto do corrente ano, dividiram-se em: outros artefatos têxteis confeccionados, etc. (25,0%); calçados, polainas, etc. e suas partes (19,9%); algodão (14,0%); e sal, enxofre; terras e pedras; gesso, cal, cimento (9,2%). O Estado exportou US\$ 125,9 milhões, apresentando queda de 15,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, obtendo a segunda pior variação das exportações dentre os Estados nordestinos, juntamente com o Piauí, que apresentou a mesma taxa negativa.

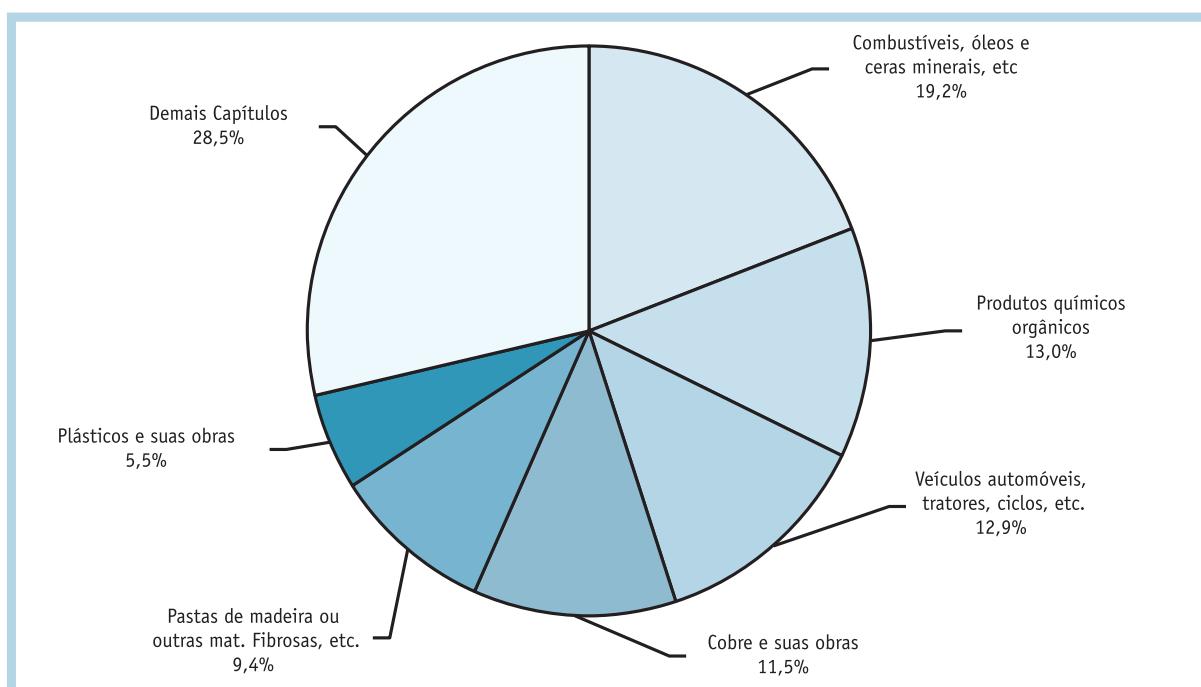


Gráfico 33 – Participação do Capítulo (NCM) em relação ao total das exportações da Bahia (Jan./ago. 2006)

Fonte: Elaborado pela Equipe do BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados do Brasil. Ministério do Desenvolvimento...

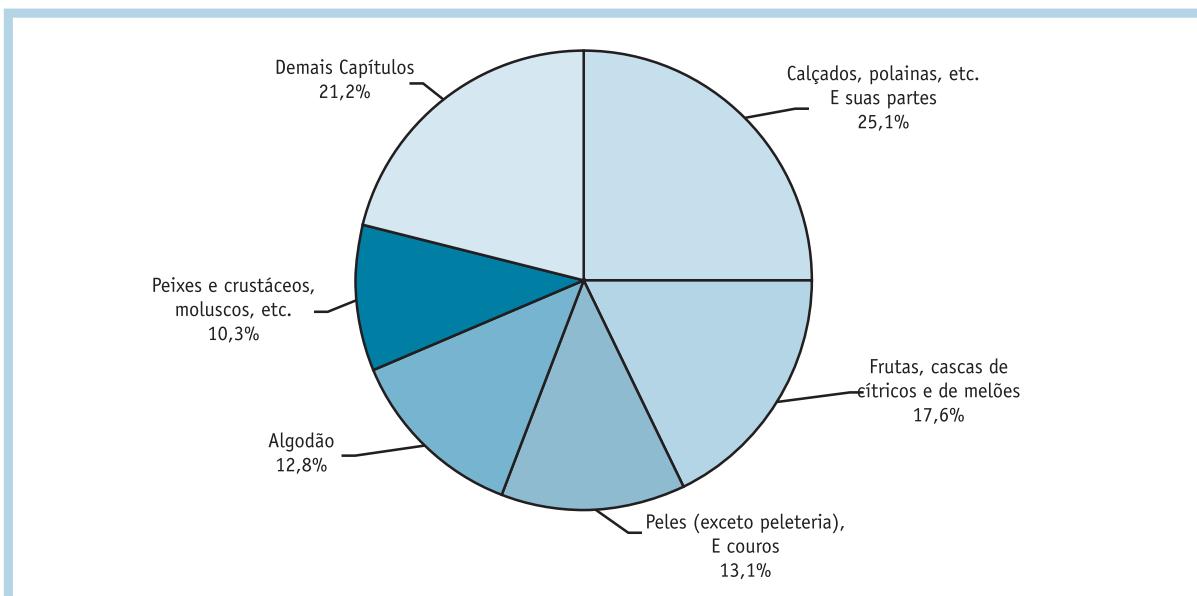


Gráfico 34 – Participação do Capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Ceará (Jan./ago. 2006)

Fonte: Elaborado pela Equipe do BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados do Brasil. Ministério do Desenvolvimento... (2006).

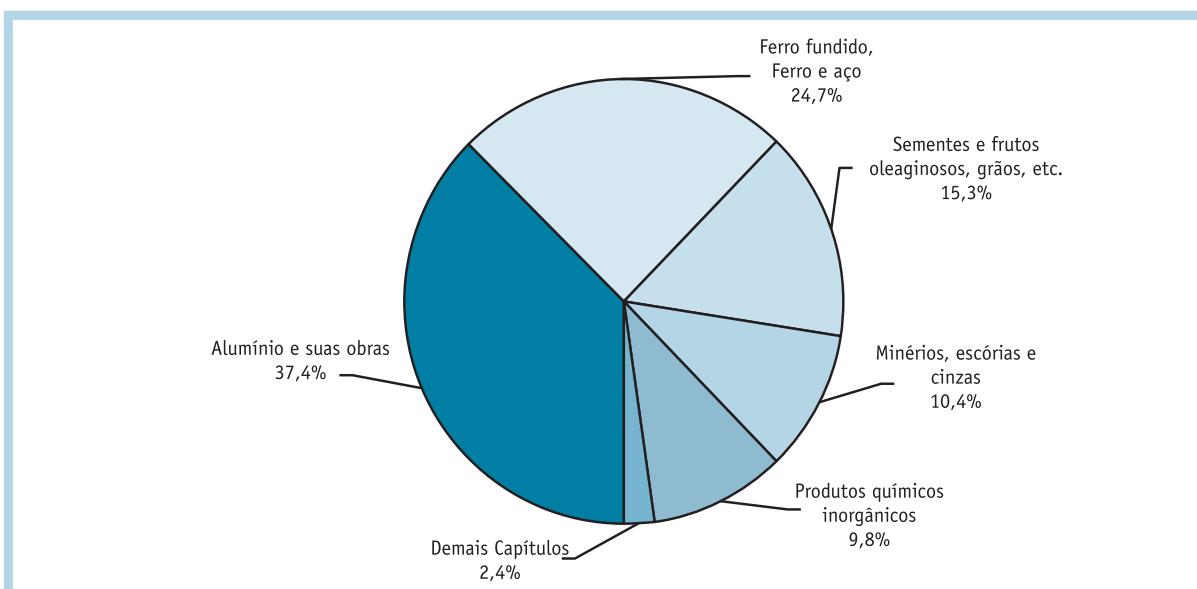


Gráfico 35 – Participação do Capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Maranhão (Jan./ago. 2006)

Fonte: Elaborado pela Equipe do BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados do Brasil. Ministério do Desenvolvimento... (2006).

As exportações de Pernambuco variaram apenas 1,1%, nos oito primeiros meses de 2006, em relação a 2005, representativos de US\$ 444,6 milhões. Os capítulos com maior peso na pauta de exportações de Pernambuco foram: açúcares e produtos de confeitoraria (22,0%); borracha e suas obras (10,4%); máquinas, aparelhos e ma-

elétricos, etc. (8,6%); plásticos e suas obras (6,8%); bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres (6,7%). Conjuntamente, os cinco capítulos representaram 54,5% da pauta.

O Estado do Piauí exportou US\$ 32,7 milhões em produtos, apresentando variação

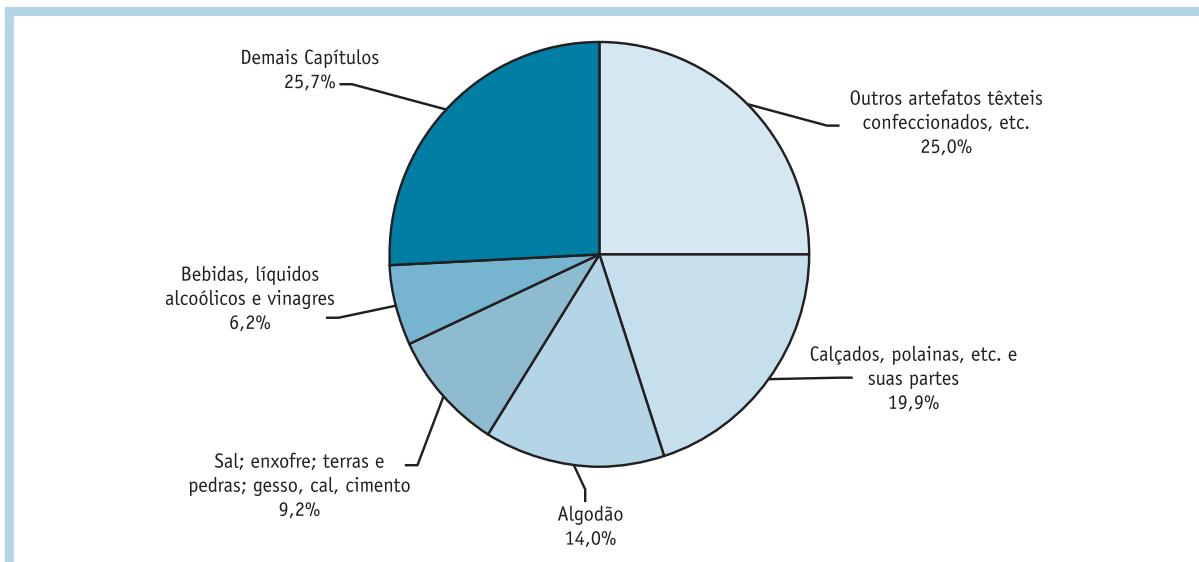


Gráfico 36 – Participação do Capítulo (NCM) em relação ao total das exportações da Paraíba (Jan./ago. 2006)

Fonte: Elaborado pela Equipe do BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados do Brasil. Ministério do Desenvolvimento... (2006).

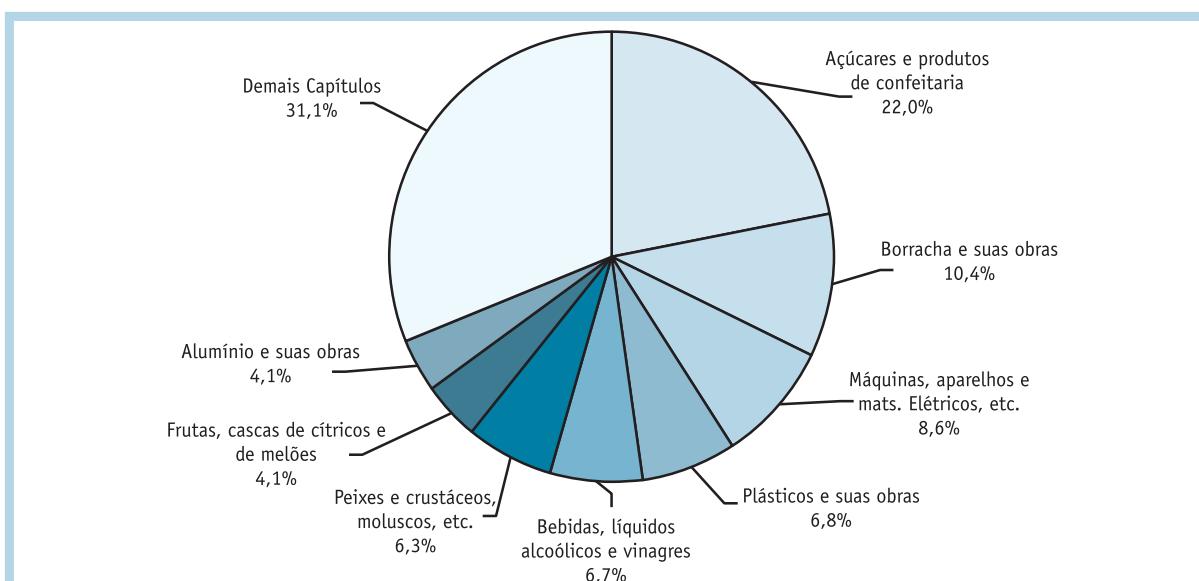


Gráfico 37 – Participação do Capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Pernambuco (Jan./ago. 2006)

Fonte: Elaborado pela Equipe do BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados do Brasil. Ministério do Desenvolvimento... (2006).

negativa de suas exportações entre janeiro e agosto de 2006, comparativamente a igual período de 2005. Os capítulos de maior representatividade para as exportações do Estado foram: gorduras, óleos e ceras, animais e vegetais (33,1%); frutas, cascas de cítricos e de melões (14,6%); e sementes e frutos oleaginosos, grãos, etc. (13,9%). Esses

capítulos somaram, conjuntamente, 61,6% da pauta exportadora.

A análise das exportações do Rio Grande do Norte revela que o Estado apresentou a pior variação no acumulado de 2006, frente a 2005 (-22,4%), somando US\$ 224,5 milhões. Este fato acarretou uma menor parti-

cipação do Estado nas exportações regionais, como já visto anteriormente. Os principais capítulos exportados foram: frutas, cascas de cítricos e de melões (33,3%); e peixes e crustáceos, moluscos, etc. (19,8%), que juntos representaram 53,1% da pauta de exportações potiguar.

Em Sergipe, as exportações chegaram a US\$ 45,5 milhões, variação de -0,4% entre janeiro e agosto deste ano, em relação a igual período de 2005. A pauta de exportações dividiu-se nos capítulos seguintes: preparações de produtos hortícolas, frutas, etc. (57,1%); e sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal, cimento (14,6%).

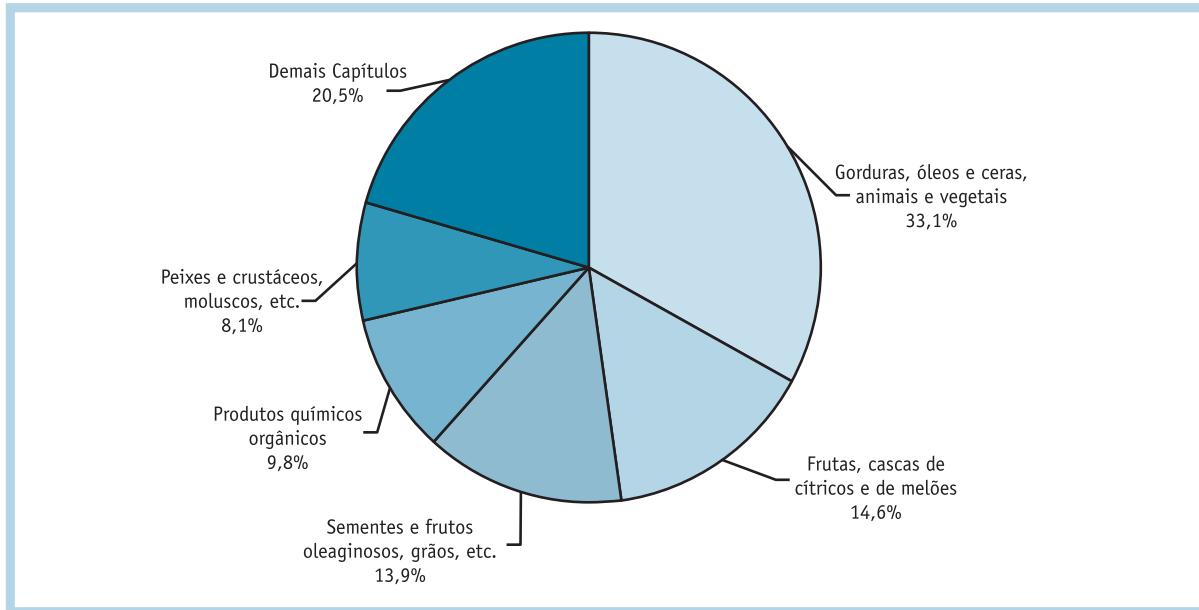


Gráfico 38 – Participação do Capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Piauí (jan./ago. 2006)

Fonte: Elaborado pela Equipe do BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados do Brasil. Ministério do Desenvolvimento...

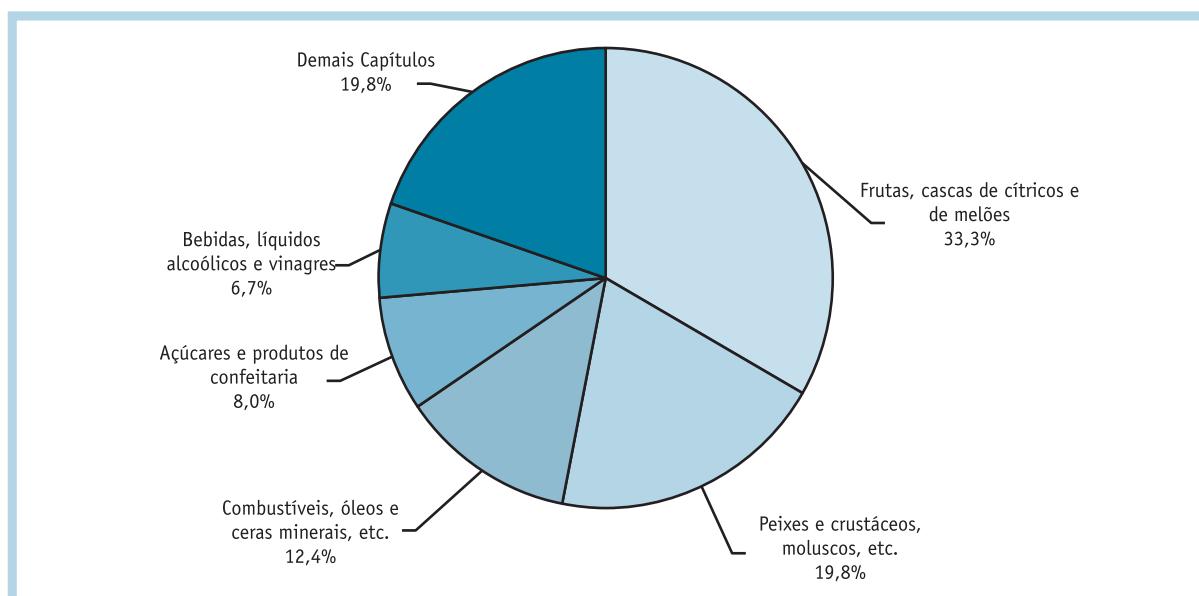


Gráfico 39 – Participação do Capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Rio Grande do Norte (jan./ago. 2006)

Fonte: Elaborado pela Equipe do BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados do Brasil. Ministério do Desenvolvimento...

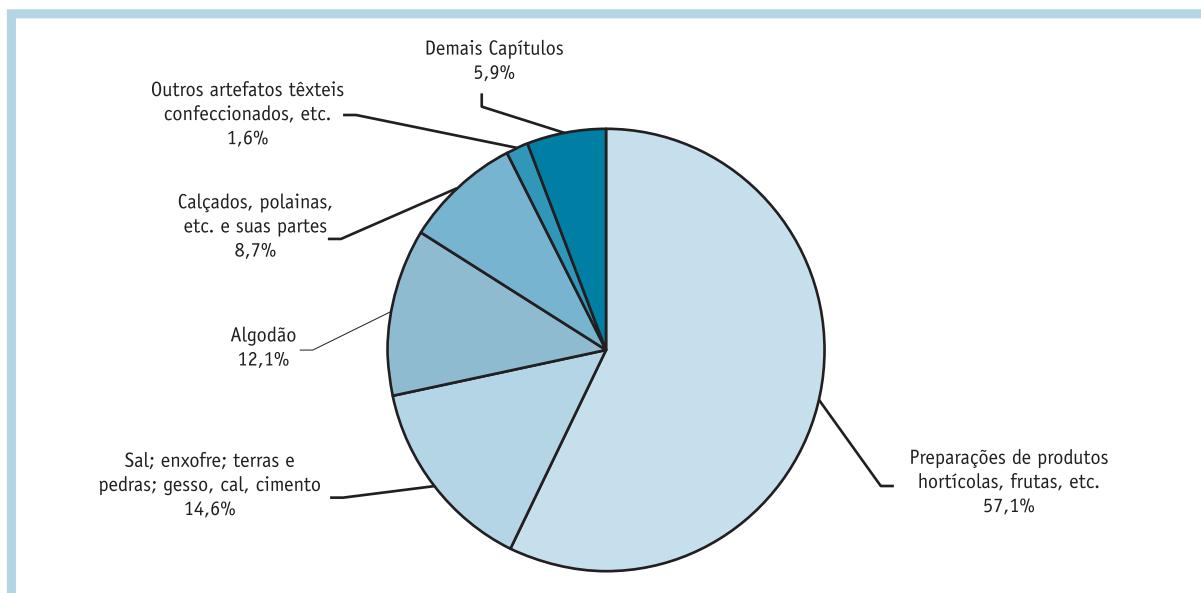


Gráfico 40 – Participação do Capítulo (NCM) em relação ao total das exportações de Sergipe (Jan./ago. 2006)

Fonte: Elaborado pela Equipe do BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados do Brasil. Ministério do Desenvolvimento... (2006).

Em síntese, as exportações dos vários Estados nordestinos, em primeiro lugar, guardam diferenças importantes, com maior diversificação relativa para os Estados do Ceará, Pernambuco e Bahia, enquanto os demais se concentram fundamentalmente em produtos

básicos, com baixa agregação de valor. Neste contexto, entretanto, cabe ressaltar a distância cada vez maior do Estado da Bahia dos demais, tanto em magnitude de valor quanto em diversificação, onde predominam, no geral, os produtos básicos e semimanufaturados.

6.3 - Balanço de Pagamentos

No período janeiro-agosto, o superávit em transações correntes foi de US\$ 8,2 bilhões, resultado ligeiramente inferior ao de US\$ 8,6 bilhões obtidos no mesmo período de 2005. Já o saldo de transações correntes, em doze meses atingiu US\$ 13,8 bilhões em agosto de 2006 ante US\$ 12,4 bilhões no período correspondente do ano anterior. (Tabela 45).

A boa performance da conta de transações correntes decorre, sobretudo, da manutenção de superávits expressivos na balança comercial, mesmo com a apreciação da taxa de câmbio. Ainda mais, esses resultados positivos ocorre-

ram apesar do crescimento do déficit nas contas de serviços e rendas. No acumulado do ano, as remessas líquidas de renda e serviços tiveram uma expansão de 10,0%, comparativamente ao mesmo período de 2005.

Somente as remessas brutas de lucros e dividendos vinculadas a investimento direto estrangeiro alcançaram US\$ 7,6 bilhões contra US\$ 5,6 bilhões no mesmo período do ano anterior – crescimento de 34,2%. Já as remessas brutas de lucros e dividendos relacionadas com os investimentos em carteira passaram de US\$ 2,5 bilhões nos oito primeiros meses de 2005

Tabela 45 – Brasil: balanço de pagamento (US\$ milhões)

Discriminação	2005		2006*	
	Ago.	Jan.- Ago	Ago.	Jan.- Ago
Balança Comercial (FOB)	3.656	28.319	4.515	29.684
Serviços e Rendas	-3.170	-21.992	-2.776	-24.188
Transações Correntes	803	8.628	2.095	8.225
Contas Capital e Financeira	-1.053	-4.013	2.194	8.198
Variação de Reserva ¹	48	-4.575	-4.433	-16.510
Resultado Global do Balanço	-48	4.575	4.433	16.510

Fonte: Bacen (2006a).

(*): Dados Preliminares.

(1) - = Aumento.

para US\$ 3,9 bilhões no mesmo período do corrente ano – incremento de 54,9%.

Entre os fatores determinantes da expansão das remessas brutas totais de lucros e dividendos, se destacam a progressão do estoque de investimento direto estrangeiro no país e a apreciação nominal da taxa de câmbio, elevando a contrapartida ao exterior em moeda estrangeira.

Por outro lado, vale destacar o crescimento significativo do fluxo de ingresso de renda relativo a investimentos brasileiros no exterior. No período janeiro-agosto, essas receitas alcançaram o valor de US\$ 857 milhões – crescimento de 134% na comparação com o igual período de 2005.

Com relação à conta serviços, constatou-se um forte aumento das remessas líquidas de viagens internacionais que totalizaram US\$ 849 milhões no acumulado do ano, refletindo tanto o processo de apreciação cambial como a elevação da renda agregada interna.

Vale mencionar, também, a forte elevação nas despesas de aluguel que alcançaram um déficit de US\$ 3,1 bilhões, expansão de 22,3% em relação ao mesmo período de 2005. Esse resultado está fortemente associ-

ado ao maior consumo de bens de capital de propriedade de não residentes.

No que tange à conta financeira, os oito primeiros meses de 2006, assinalaram ingressos líquidos US\$ 7,6 bilhões. Os investimentos diretos estrangeiros (IDE) apresentaram ingressos líquidos de 10,1 bilhões de dólares, compreendendo US\$ 6,8 bilhões em investimentos na forma de participação e US\$ 3,2 bilhões em empréstimos intercompanhias.

Vale destacar o crescimento espetacular dos investimentos diretos brasileiros (IDB) no exterior que atingiram o total de US\$ 6,4 bilhões contra somente US\$ 2,2 bilhões no mesmo período de 2005 – incremento de 183,7%.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e de Globalização Financeira (Sobeet), de 1996 a 2004, os fluxos de IDB representavam, em média, 5,8% dos fluxos de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) no país. (BOLETIM SOBEET, 2006). Entretanto, a partir de 2004, constatou-se um aumento dessa proporção refletindo o maior grau de internacionalização das empresas brasileiras. O fluxo de IDB acumulado nos últimos doze meses até maio de 2006 corresponde a 34% dos fluxos de Ide acumulados no mesmo período. O Brasil atualmente já é

o quarto entre os países em desenvolvimento que mais investem no mundo, sendo superado somente pela China, Cingapura e Taiwan.

Apesar do crescimento dos fluxos de investimentos brasileiros, o país recebe reduzido montante de lucros e dividendos. Na avaliação da Sobeet, esse fato pode estar associado a um maior reinvestimento de lucros e dividendos por parte das empresas brasileiras atuando no exterior. Em contrapartida, as remessas de lucros e rendimentos das empresas estrangeiras atuando no Brasil são bem maiores e apresentam uma tendência crescente. (Gráfico 41).

No tocante aos investimentos brasileiros em carteira, observam-se remessas líquidas de US\$ 1,1 bilhão no período janeiro-agosto de 2006, ante ingressos líquidos de US\$ 2,5 bilhões no mesmo período do ano anterior. Os investimentos líquidos em ações totalizaram ingressos de US\$ 4,8 bilhões. Por outro lado, os investimen-

tos líquidos em títulos de renda fixa assinalaram saldo negativo de US\$ 6,0 bilhões.

O resultado global do balanço de pagamentos foi de US\$ 16,5 bilhões nos oito primeiros meses do ano. Essa evolução positiva dos fluxos do Balanço de Pagamentos tem produzido resultados favoráveis nos indicadores de endividamento externo da economia brasileira. A elevação do Produto Interno Bruto (PIB) e a retração da dívida externa em função, sobretudo, do programa de recompra dos títulos soberanos da dívida externa engendraram uma diminuição dos indicadores que relacionam o estoque da dívida externa e o PIB (Dívida Total Líquida/PIB, Dívida Total/PIB e Serviço da Dívida/PIB). Já o dinamismo das exportações contribuiu decisivamente para a retração dos indicadores que vinculam o valor das exportações com o estoque e os serviços da dívida externa (Serviço da Dívida/Exportações, Dívida Total/Exportações e Dívida Total Líquida/Exportações). (Tabela 46). ●

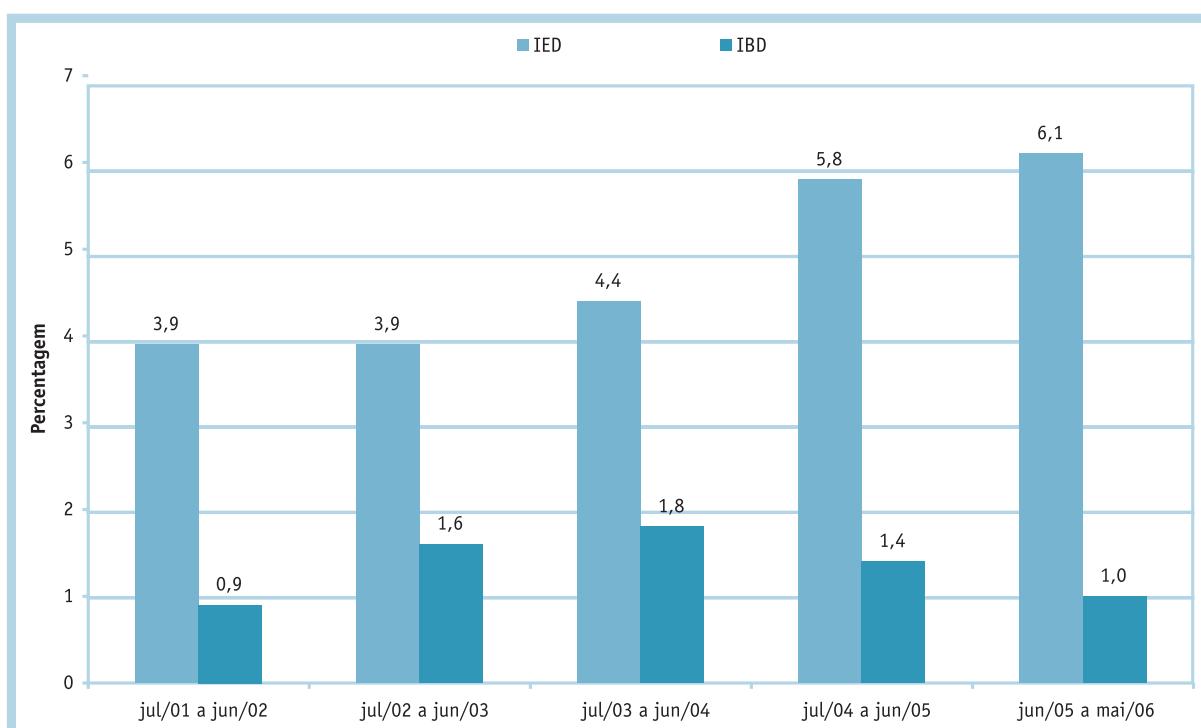


Gráfico 41 – Rentabilidade do estoque de investimento brasileiro direto no exterior e do estoque de investimento estrangeiro direto no Brasil. Percentagem

Fonte: Bacen (2006a) e SOBEET (2006).

Tabela 46 – Indicadores de endividamento (US\$ milhões)

Discriminação	2003	2004	2005		2006	
			Set	Dez	Mar	Jun
Serviço da dívida	52.988	51.800	52.785	66.048	71.738	76.828
Amortizações ² /	38.809	37.561	37.945	51.587	56.703	61.844
Juros brutos	14.179	14.239	14.841	14.460	15.035	14.984
Dívida de médio e longo prazos (A)	194.736	182.630	166.706	150.674	148.837	140.251
Dívida de curto prazo (B)	20.194	18.744	16.445	18.776	17.815	16.410
Dívida total (C)=(A+B)	214.930	201.374	183.151	169.450	166.652	156.661
Dívida total do setor público	135.689	132.259	115.804	100.284	96.335	88.903
Reservas internacionais (D)						
Liquidez internacional	49.296	52.935	57.008	53.799	59.824	62.670
Créditos brasileiros no exterior (E)	2.915	2.597	2.708	2.778	2.802	2.836
Haveres de bancos comerciais (F)	11.726	10.140	13.456	11.790	15.685	11.747
Dívida total líquida (G)=(C-D-E-F)	150.993	135.702	109.979	101.082	88.339	79.408
Exportações	73.084	96.475	112.916	118.308	123.244	125.531
PIB	506.784	603.994	749.014	796.284	822.032	845.678
Indicadores						
Serviço da dívida/exportações (%)	72,5	53,7	46,7	55,8	58,2	61,2
Serviço da dívida/PIB (%)	10,5	8,6	7,0	8,3	8,7	9,1
Juros/exportações (%)	19,4	14,8	13,1	12,2	12,2	11,9
Dívida total/PIB (%)	42,4	33,3	24,5	21,3	20,3	18,5
Dívida total do setor público/dívida total (%)	63,1	65,7	63,2	59,2	57,8	56,7
Dívida total líquida/PIB (%)	29,8	22,5	14,7	12,7	10,7	9,4
Reservas (liquidez)/dívida total (%)	22,9	26,3	31,1	31,7	35,9	40,0
Dívida total/exportações	2,9	2,1	1,6	1,4	1,4	1,2
Dívida total líquida/exportações	2,1	1,4	1,0	0,9	0,7	0,6
Reservas (liquidez)/serviço da dívida	0,9	1,0	1,1	0,8	0,8	0,8
Reservas (liquidez)/juros	3,5	3,7	3,8	3,7	4,0	4,2

Fonte: Bacen (2006a).

(1) Exclui estoque de principal, amortizações e juros relativos a intercompanhias. Contempla revisão na posição do endividamento de médio e longo prazos do setor privado.

(2) Inclui pagamentos relativos ao programa de assistência. Exclui amortizações refinanciadas.

7 - FINANÇAS PÚBLICAS

7.1 - Resultado Fiscal do Governo Central

As contas do governo central concentram os resultados financeiros do Tesouro Nacional, Previdência e Banco Central. Na composição da contabilidade do resultado fiscal do governo central estão presentes as transferências a Estados e Municípios e, para o fechamento do resultado, incorporam-se as rubricas de despesas. (vide Anexo A).

No acumulado do ano (até agosto de 2006), o superávit do governo central foi de R\$ 47,9 bilhões, equivalente acerca de 3,59% do PIB estimado, contra R\$ 46,9 bilhões no mesmo período do ano passado, na ordem de 3,75% do PIB.

O ritmo de crescimento da receita total do governo central tem sofrido um pequeno arrefecimento, se comparado com o mesmo período de 2005. Resultados consolidados até o mês de julho de 2006 contribuíram para uma leve redução da performance de arrecadação, quais sejam: i) sazonalidade de pagamento do funcionalismo público federal ii) encargos, subsídios e subvenções econômicas iii) despesas de custeio e capital.

Por outro lado, o bom desempenho das receitas da Previdência Social com crescimento de 12,8% nominais – refletindo a melhora no mercado formal de trabalho – e, sobretudo, dos resultados positivos do setor petroleiro (aumento de arrecadação de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), dividendos da Petrobras, *royalties*, cota-partes de compensações financeiras) fizeram do mês de agosto um papel de amortecedor frente à relativa redução do ritmo de crescimento das receitas do governo central.

Em resumo, a receita do governo central (líquida de transferências a Estados e Municípios) tem crescido relativamente menos em 2006, apesar do bom desempenho do setor de petróleo. Apesar da pequena queda do superávit em termos percentuais no acumulado do ano, o que se tem presenciado é uma dinâmica maior da execução financeira do Tesouro Nacional, especialmente em suas atividades no primeiro semestre de 2006.

7.2 - Receitas e Despesas do Tesouro Nacional

7.2.1 - Receitas do Tesouro Nacional

A A Receita Bruta do Tesouro Nacional até o mês de agosto foi de R\$ 281,7 bilhões, registrando crescimento de 10,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. As receitas do Tesouro líquidas de restituições e incentivos fiscais apresentaram crescimento considerável e computaram 20,63% do PIB, de janeiro a agosto de 2006 contra 19,78%, no período de janeiro a agosto de 2005.

Vários foram os fatores que contribuíram para este melhor desempenho, entre os quais têm-se: i) estímulo do investimento produtivo, aumento da base de arrecadação e crescimento econômico; ii) crescimento da arrecadação de

tributos do setor petroleiro e de minerais metálicos; iii) retomada do pagamento regular de IRPJ de instituições financeiras com pendências judiciais; iv) aumento dos tributos vinculados às importações; v) maior arrecadação do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) em virtude do crescimento nominal da renda dos trabalhadores; vi) aumento considerável das receitas provenientes de dividendos e resultados de participações acionárias do governo.

Em suma, o crescimento das receitas tributárias do Tesouro Nacional não decorre da majoração de alíquotas, e sim do bom desempenho de importantes setores da economia.

7.2.2 - Despesas do Tesouro Nacional

No acumulado do ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 10,56% do PIB contra 9,89% no mesmo período do ano anterior. Apesar deste aumento, a dinâmica de crescimento das despesas do governo central tem se reduzido gradativamente em 2006, quando comparada à evolução da variação acumulada no ano 2006/2005.

Entre os itens das despesas, destacam-se os incrementos de R\$ 10,8 bilhões (ou 0,48 ponto percentual do PIB) nas despesas de custeio e capital e R\$ 6,7 bilhões (ou 0,20 ponto percentual do PIB) com pessoal e encargos sociais.

Entre os gastos com custeio e capital, que passaram de 5,11% para 5,59% do PIB, registraram maior crescimento as rubricas despesas de custeio e capital, despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Fat) e de subsídios e subvenções econômicas.

O aumento das despesas com o Fat reflete a adoção de diversas medidas com vistas a facilitar o acesso a benefícios legais aos trabalhadores, entre os quais destacam-se: ampliação do seguro-desemprego, para setores estratégicos de produção de bens, reajuste do salário mínimo e antecipação de pagamento de benefícios.

Um importante ponto a ser elucidado é que as despesas discricionárias do poder executivo cresceram significativamente menos se comparado ao mesmo período de 2005, refletindo maior disciplina fiscal e cumprimento das metas fiscais por parte do governo federal. Por outro lado, a perda do dinamismo destas rubricas das despesas não comprometeu os gastos das áreas sociais, tidas como prioritárias e estratégicas e que tiveram seu dinamismo amplificado.

7.3 - Transferências a Estados e Municípios

As transferências, tanto as voluntárias como as constitucionais, totalizaram de janeiro a agosto de 2006, um montante de 4,56% do PIB contra 4,38% do mesmo período de 2005. No acumulado dos dois primeiros quadrimestres de 2006 e 2005, as transferências a Estados e Municípios apresentaram acréscimo nominal na ordem de R\$ 6,2 bilhões, ou 11,4%.

A melhoria no quadro e evolução das transferências está diretamente relacionada ao crescimento das receitas compartilhadas, ao conjunto do repasse de recursos provenientes de *royalties* do petróleo, assim como à participação especial pela exploração do petróleo e seus derivados. Pontualmente analisando, as transferências de rubrica institucional tiveram um acréscimo no período jan-ago (2005) a jan-ago (2006) de 0,20 pontos percentuais.

7.3.1 - Transferências voluntárias

Conforme a Tabela 47, as transferências voluntárias respondem por 14,13% do total das transferências no acumulado até agosto de 2006 (considera-se para efeito de cálculo as transferências às instituições privadas sem fins lucrativos). Os Estados perceberam 49,14% das transferências voluntárias, ficando 45,05% com os municípios e o resíduo (5,81%) sendo incorporado, sem uma regra explícita, tanto por Estados como por municípios, já que incorporaram as doações a instituições privadas sem fins lucrativos.

As transferências voluntárias continuam sendo um importante instrumento de repasse de recursos públicos, sobretudo para os Estados e municípios mais pobres da Federação e, desta forma, geram a suplementação de receitas que viabilizam as

políticas públicas. No geral, as transferências voluntárias vêm experimentando um aumento ao longo dos últimos anos, revelando o papel de importância na diminuição dos desequilíbrios regionais e como forma de equacionar os grandes contrastes de distribuição de renda de diversos municípios e Estados brasileiros.

Vale lembrar que as transferências voluntárias são definidas, dentro do aparato da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) de 2000, como:

A entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS). (BRASIL. LEI COMPLEMENTAR, 2006).

Tabela 47 – Transferências da União a Estados, Distrito Federal, municípios e instituições. (Jan. - Ago./2006)

Tipo de Valor	Estados	Municípios	Total ¹	Instituições Privadas sem fins Lucrativos	Total ²
Transferências Globais					
Deduções	35.849.243	39.059.576	74.908.819	790.460	75.699.279
Pessoal	30.591.995	34.240.190	64.832.185	169.914	65.002.098
Saúde	4.694		4.694		4.694
Constituições e Legais	6.394.092	10.096.745	16.490.837	169.914	16.660.751
Transferências Voluntárias	24.193.208	24.143.445	48.336.653		48.336.653
	5.257.249	4.819.386	10.076.634	620.547	10.697.181

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (2006).

Nota: Valores Correntes em R\$1.000,00.

TOTAL¹ de acordo com as disposições do *caput*, do art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

TOTAL² incluindo os recursos destinados a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

7.3.2 - Transferências constitucionais

AAs transferências constitucionais representam, no total das transferências globais, as mais importantes fontes de recursos para Estados e municípios, e em especial, aos Estados e municípios do Norte e Nordeste, já que os mesmos apresentam fortes e crônicos desníveis socioeconômicos.

As transferências dos fundos constitucionais mantêm-se estáveis ao longo de 2006, porém apresentaram um importante incremento relativo a 2005, saindo da participação do PIB de 3,33% para 3,53%. As regras de repasse mantêm-se estáveis e em perfeito compasso com o

cronograma do Tesouro Nacional. Cabe sempre lembrar que as transferências constitucionais englobam os recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o Fundo de Participação dos Estados (FPE), o Imposto sobre Produtos Industrializados destinados à exportação (IPI-Exp) e as compensações da União referentes à Lei LC 87/96 (conhecida como Lei Kandir) e ao repasse obrigatório do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) na dedução de 15% da base de cálculo das rubricas anteriores.

7.3.2.1 FPE e FPM

OOs recursos do FPE tiveram um acréscimo de 13,6% ao longo de 2006 se comparado com o mesmo período – janeiro a agosto de 2005. No mesmo diapasão, os recursos do repasse consti-

tucional do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) tiveram um crescimento de 13,5% ao longo de 2006, frente ao acumulado de janeiro a agosto de 2005.

7.3.3 - Transferências constitucionais aos Estados do Nordeste

AA Tabela 48 demonstra a evolução dos repasses do FPE e do FPM para os Estados do Nordeste brasileiro. Algumas considerações são imediatas, quais sejam: i) os Estados da Bahia e do Ceará, sistematicamente ao longo dos últimos anos, têm recebido as maiores contribuições do FPE; ii) os percentuais de repasse têm aumentado, ressaltando a tendência de crescimento dos repasses do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE); iii) o

cronograma e a disciplina dos repasses financeiros aos entes Federados estão em perfeita sintonia com a programação financeira das finanças públicas da União; não há nenhum sinal de “eventos inesperados” nem repasses suplementares e/ou complementos que possam alterar a evolução natural dos recursos do FNE; isto denota disciplina e boa gerência fiscal.

Com relação aos recursos do FPM, algumas considerações mais específicas devem ser leva-

Tabela 48 – Nordeste: fundo de participação dos municípios e fundo de participação dos estados

ESTADOS	UF	FPM				FPE			
		Jan.- Ago./2005	Jan.- Ago./2006	Var. (%) 2006/2005	% NE	Jan.- Ago./2005	Jan.- Ago./2006	Var. (%) 2006/2005	% NE
Alagoas	AL	414.461.972	471.553.461	13,77	6,77	691.893.280	785.896.078	13,59	7,93
Bahia	BA	1.555.006.444	1.763.544.458	13,41	25,32	1.562.743.116	1.775.062.312	13,59	17,91
Ceará	CE	910.868.840	1.024.172.458	12,44	14,71	1.220.247.543	1.386.034.214	13,59	13,99
Maranhão	MA	707.818.990	825.537.645	16,63	11,85	1.200.505.774	1.363.610.266	13,59	13,76
Paraíba	PB	562.716.067	635.063.600	12,86	9,12	796.473.096	904.684.437	13,59	9,13
Pernambuco	PE	881.400.804	962.695.466	9,22	13,82	1.147.617.127	1.303.536.001	13,59	13,15
Piauí	PI	433.349.627	512.546.669	18,28	7,36	718.720.132	816.367.710	13,59	8,24
Rio Grande do Norte	RN	432.407.236	489.639.841	13,24	7,03	694.853.714	789.258.726	13,59	7,96
Sergipe	SE	253.354.475	278.901.749	10,08	4,01	691.094.961	784.989.297	13,59	7,92
Nordeste	NE	6.151.384.454	6.963.655.347	13,20	100,00	8.724.148.742	9.909.439.041	13,59	100,00

Fonte: Elaborada pela Equipe do BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2006).

das em conta. Os recursos do FPM possuem, dentro do universo dos Estados nordestinos, distribuições espaciais mais irregulares, se assim pudermos fazer uso desta palavra; irregular no sentido que apresenta maiores disparidades e divergências no tocante aos recursos repassados e liberados. O conceito de divergência aqui pode ser compreendido como a antítese ao padrão de convergência das variáveis em questão.

Com relação aos recursos repassados do FNE e observando o gráfico da distribuição dos recursos no Brasil (vide Gráfico 42), constata-se que a distribuição espacial apresenta-se social-

mente mais justa, pois o Nordeste tem em torno de 30% da população nacional e apresenta os piores níveis de distribuição de renda e desenvolvimento social.

Pelo Gráfico 42, percebe-se a importância dos repasses constitucionais do FPE para os Estados da região Nordeste; como mencionado anteriormente, os recursos do FNE apresentam importantes fontes de recursos para a imediata consecução de políticas públicas nas regiões com maiores níveis de renda e profunda desigualdade social. Juntos, Norte e Nordeste recebem 77,9% dos recursos do FNE, no acumulado jan-ago de 2006.

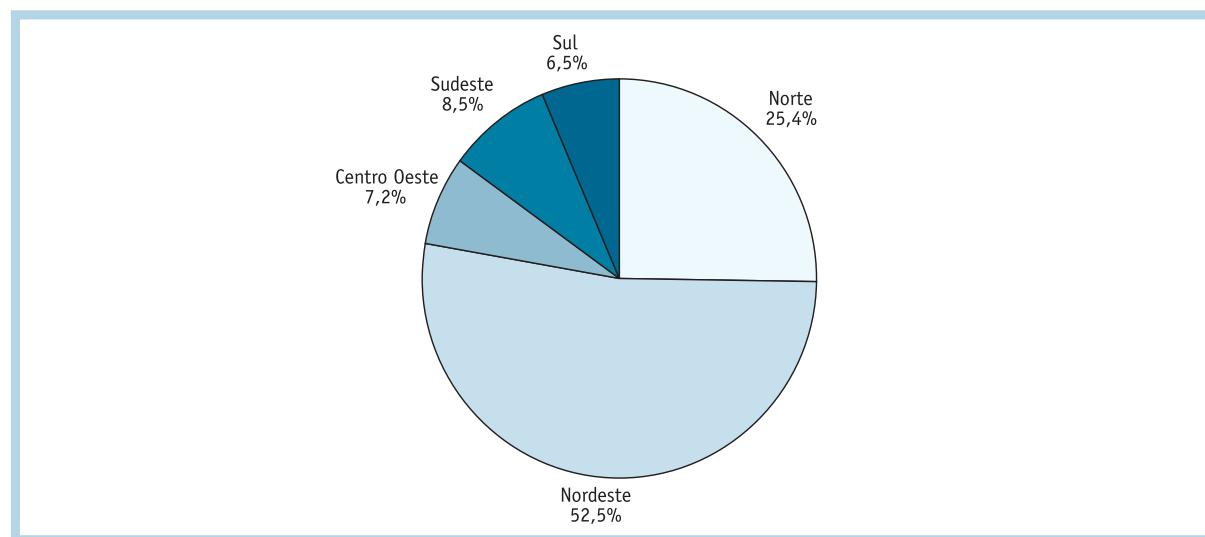


Gráfico 42 – Fundo de Participação dos Estados: distribuição. Participação (%) regional (Jan. a ago./06)

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (2006).

Já a distribuição dos recursos do FNE que são repassados à região Nordeste e, dentro destes, os que são repassados aos Estados (vide Gráfico 43), vê-se a importância de Estados que recebem as maiores fatias (Bahia e Ceará), ainda, destacando-se neste conjunto, Pernambuco e Maranhão que nos últimos anos têm visto seus percentuais de participação aumentarem.

O Gráfico 44 revela uma situação interessante: a distribuição dos recursos do FPM nas regiões brasileiras apresenta um equilíbrio entre os pares Nordeste/Sudeste e Norte/Centro-Oeste. Uma possível interpretação deste fenômeno se dá pela importância quantitativa dos municípios do Sudeste e a relativa compensação de recursos (complementares ao FPM) aos municípios do Nordeste.

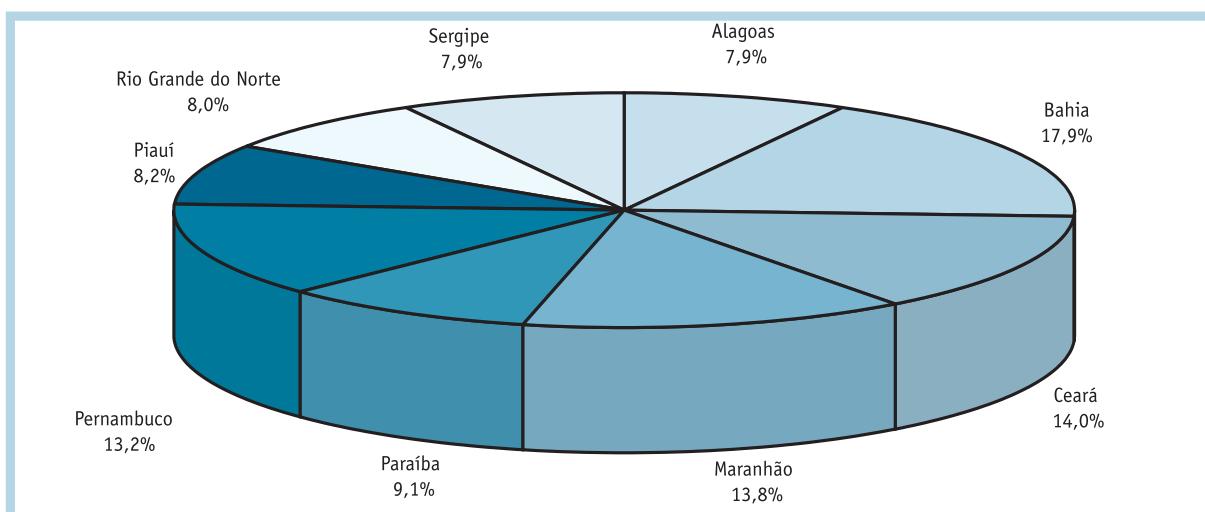


Gráfico 43 – Fundo de Participações dos Estados: distribuição. Participação (%) Nordeste (jan. a ago./06)

Fonte: Elaborado pela Equipe do BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2006).

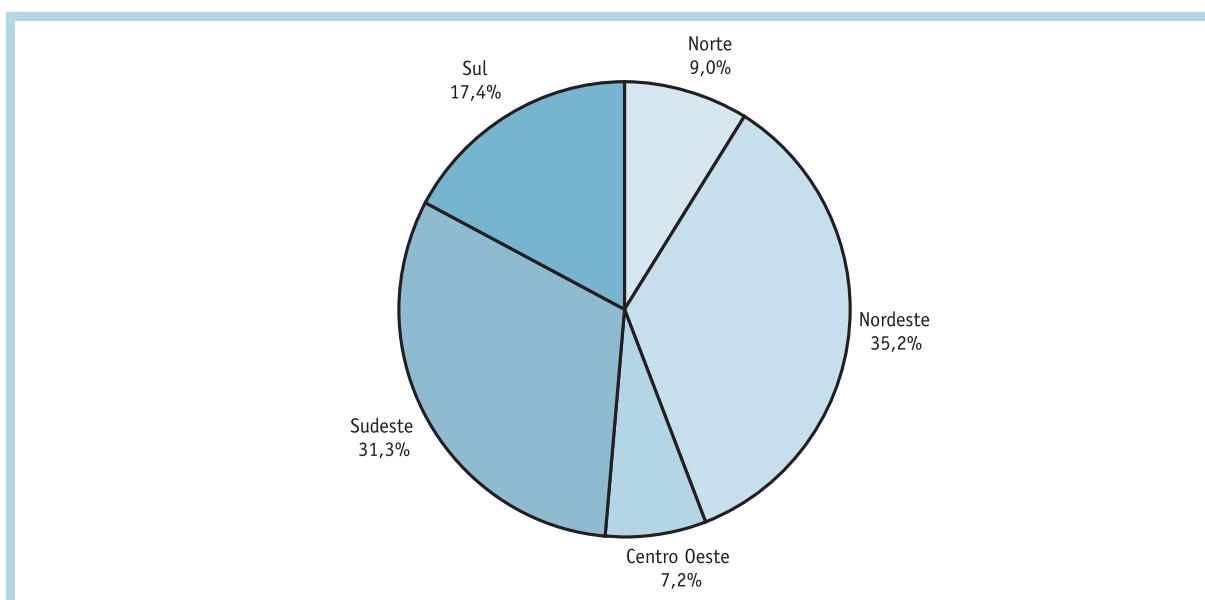


Gráfico 44 – Fundo de Participação dos Municípios: distribuição. Participação (%) regional (Jan. a ago./06)

Fonte: Elaborado pela Equipe do BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2006).

A situação do Nordeste é considerada estratégica nas ações de políticas públicas, mostrando a disposição das autoridades públicas em corrigir desigualdades regionais e favorecer a região que possui os piores indicadores econômicos e sociais.

Com relação aos recursos do FPM distribuídos aos municípios do Nordeste por Estados, constata-se o predomínio da Bahia, Ceará e Pernambuco na divisão total dos recursos. O FPM tem um cálculo de participação que leva em consideração a população dos respectivos municípios, estimados pelo IBGE.

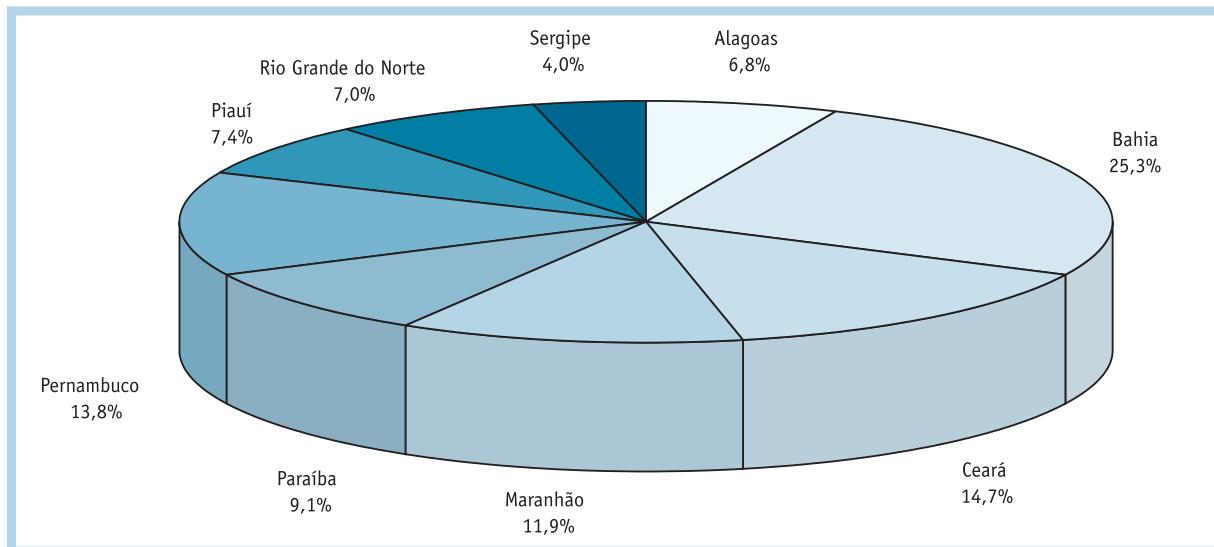


Gráfico 45 – Fundo de Participações dos Municípios: distribuição. Participação (%) Nordeste (jan. a ago./06)

Fonte: Elaborado pela Equipe do BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2006).

7.3.4 - Receitas tributárias: arrecadação de ICMS: Estados do Nordeste

A A arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) representa a principal receita tributária dos entes federativos. A dinâmica do ICMS é particular no sentido de que sofre com as flutuações de curto prazo da economia nacional; desta forma, apresenta perfis sazonais e está integrada com o ritmo de expansão e retração da atividade econômica.

As disparidades históricas, em termos de composição na arrecadação do ICMS, mantêm-se constantes. As regiões Sul e Sudeste respondem conjuntamente por 71,2% (dados do Ministério da Fazenda) no acumulado total do arrecadado no

Brasil. Somente o Estado de São Paulo responde por 33,1% no acumulado de Janeiro a dezembro de 2005 no Brasil. Este mesmo Estado concentra na média 33,2% da receita total de ICMS no Brasil no acumulado de janeiro a julho de 2006.

A evolução da arrecadação do tributo na região Nordeste apresenta uma oscilação levemente irregular, tendo como padrão as sazonais dos meses de dezembro e janeiro. A média do Nordeste oscila entre 14,6% ao longo do período e revela certa estabilidade.

A expansão experimentada no último trimestre maio-junho-julho de 2006 não traduz

padrão concreto e definido de continuidade, oscilando exclusivamente à mercê das pequenas flutuações econômicas.

A Tabela 49 mostra alguns dados importantes, quais sejam: i) Os Estados do Maranhão e Piauí apresentam as maiores taxas de crescimento, fatos já estilizados nos últimos dois anos e que apresentam tendência de manutenção; ii) O crescimento da arrecadação de ICMS

do Nordeste contra o do Brasil mostra um resultado louvável, acompanhando as expectativas e variações positivas ocorridas interestadualmente e além da taxa de crescimento do ICMS nacional.; iii) As participações de importantes Estados do Nordeste (Ceará e Pernambuco) acompanharam a tendência macrorregional, ao passo que a Bahia – apesar de ser o maior arrecadador – perdeu em participação no acumulado total arrecadado no Nordeste. ●

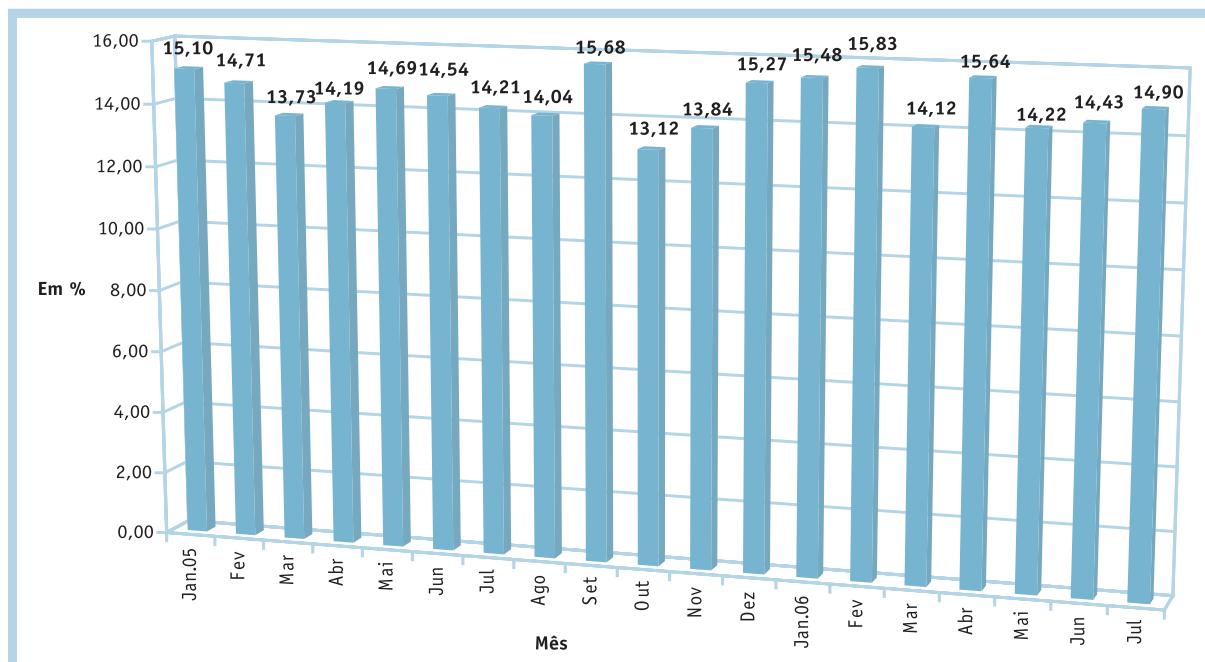


Gráfico 46 – Participação do Nordeste na arrecadação de ICMS no Brasil

Fonte: Elaborado pela Equipe do BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados do Boletim do Bacen (2006).

Tabela 49 – Nordeste: arrecadação do ICMS (valores em R\$ mil)

Discriminação	Jan.- Jun.		Jan.- Jun.		Var. (%) 2006/2005
	2005	Part. (%)	2006	Part. (%)	
Maranhão	699.001	0,93	830.671	1,02	18,84
Piauí	418.962	0,56	502.029	0,62	19,83
Ceará	1.470.172	1,97	1.696.388	2,09	15,39
Rio Grande do Norte	772.007	1,03	892.564	1,10	15,62
Paraíba	647.176	0,87	741.535	0,91	14,58
Pernambuco	2.060.936	2,75	2.365.774	2,91	14,79
Alagoas	546.437	0,73	617.185	0,76	12,95
Sergipe	464.180	0,62	529.397	0,65	14,05
Bahia	3.769.863	5,04	3.978.829	4,89	5,54
Nordeste	10.848.734	14,50	12.154.372	14,94	12,03
Brasil	74.811.441	100,00	81.340.057	100,00	8,73

Fonte: Elaborada pela Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica, com base nos dados do Boletim do Banco Central (2006).

REFERÊNCIAS

- ABECIP. Disponível em: <www.abecip.gov.br>. Acesso em: 22 set. 2006.
- ABIMAQ conquista abertura de processo antidumping para importação da China. **Global 21**. Disponível em: <www.global21.com.br>. Acesso em: 1 out. 2006.
- AGÊNCIA NACIONAL DO PETÓLEO (Brasil). Disponível em: <www.anp.gov.br>. Acesso em: 27 set. 2006.
- ARROZ. **Conjuntura Semanal**, 4/8 set. 2006. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/cas/semanais/semana04a08092006/arroz_36_semana_04_a_08_09_2006.pdf>. Acesso em: 20 set. 2006.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENTIDADES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO. **Financiamento imobiliário cresce 92,2% até julho**. Disponível em: <www.abecip.org.br>. Acesso em: 18 set. 2006.
- BACEN. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 11 out. 2006a.
- _____. **Relatório de mercado 2006**. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 11 out. 2006b.
- BALANÇO das negociações de reajustes salariais. **Estudos e Pesquisas**, São Paulo, n. 23, ago. 2006. Disponível em: <www.dieese.org.br>. Acesso em: 21 set. 2006.
- BNB CONJUNTURA ECONÔMICA. Fortaleza: BNB, n. 9, abr./jun. 2006.
- BNB. **Sistema de gerenciamento de mercados agropecuários**. Fortaleza, 2006.
- BNDES. Investimentos em petroquímica devem crescer 33,7% ao ano entre 2007 e 2010. Disponível em: <www.bndes.gov.br>. Acesso em: 1. out. 2006.
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL. Brasília, DF: Banco Central, ago. 2006. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 24 set. 2006.
- BOLETIM DE CONJUNTURA. Brasília, DF: IPEA, n. 74, set. 2006. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 12 nov. 2006.
- BOLETIM FUNCEX DE COMÉRCIO EXTERIOR. Brasília, DF: FUNCEX, ano 10, n. 7, jul. 2006. Disponível em: <www.funcex.gov.br>. Acesso em: 24 set. 2006.
- BOLETIM SOBEET. Tendência de crescimento dos investimentos brasileiros diretos no exterior. São Paulo: Sobeet, ano 5, n. 41, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.sobeet.com.br>>. Acesso em: 10 out. 2006.
- BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/lei_comp_101_00.pdf>. Acesso em: 10 out. 2006.
- BRASIL. Ministério das Cidades. **Medidas devem ampliar ainda mais crédito imobiliário**. Disponível em: <www.cidades.gov.br>. Acesso em: 8 set. 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. **Desenvolvimento**. Disponível em: <desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2006

CAFÉ arábica: análise econômica mensal. **Informativo CEPEA**. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/indicador/cafe/arabica/files/2006/08ago.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2006.

CAGED. Disponível em: <www.caged.gov.br>. Acesso em: 28 set. 2006a.

CAGED. **Relatório mensal**. Disponível em: <www.caged.com.br>. Acesso em: 21 set. 2006b.

CARTA DA ANFAVEA. São Paulo: ANFAVEA, n. 244, set. 2006. Disponível em: <www.anfavea.com.br>. Acesso em: 30 set. 2006.

CARTA IEDI. São Paulo: IEDI, n. 224, 2006. Disponível em: <www.iedi.org.br>. Acesso em: 27 set. 2006.

CEPEA. **Indicador do algodão**. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/indicador/algodao/>>. Acesso em: 18 set. 2006a.

_____. **Indicador do arroz**. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/indicador/arroz/>>. Acesso em: 18 set. 2006b.

_____. **Indicador do café**. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/indicador/cafe/>>. Acesso em: 18 ago. 2006c.

_____. **Indicador do milho**. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/indicador/milho/>>. Acesso em: 18 set. 2006d.

_____. **Indicador de soja**. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/indicador/soja/>>. Acesso em: 18 set. 2006e.

CONAB. Arroz. **Conjuntura Semanal**, 4/8 set. 2006. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/cas/semanais/semana04a08092006/arroz_36_semana_04_a_08_09_2006.pdf>. Acesso em: 20 set. 2006a.

_____. **Avaliação da safra agrícola 2005/2006**: décimo levantamento: setembro 2006. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/download/boletim10.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2006b.

_____. **Cafés do Brasil**: safra 2006/2007: terceiro levantamento: agosto 2006. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/3BoletimCafe.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2006c.

CONSULTORIA, MÉTODOS, ASSESSORIA E MERCANTIL. **Trading analysis information**. São Paulo, 2006.

A DINÂMICA e a qualidade do comércio exterior brasileiro já não são as mesmas. **Carta IEDI**, Rio de Janeiro, n. 222, 2006. Disponível em: <www.iedi.org.br>. Acesso em: 31 ago. 2006.

FIEC. **Indicadores industriais**: 2º trimestre de 2006. Disponível em: <www.fiec.org.br>. Acesso em: 8 out. 2006.

IBGE. **Contas nacionais trimestrais, indicadores de volume**: abril a junho 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 set. 2006a.

_____. **Levantamento sistemático da produção agrícola**: agosto 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/textolspa082006.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2006b.

_____. **Pesquisa industrial mensal**: produção física: agosto 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 out. 2006c.

_____. **Pesquisa industrial mensal**: produção física: junho 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 out. 2006d.

- _____. **Pesquisa mensal de comércio:** julho 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 1 out. 2006e.
- _____. **Pesquisa mensal de emprego:** agosto 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 set. 2006f.
- _____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios:** comunicação social. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 21 set. 2006g.
- _____. **PIM-PF regional:** julho 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 5 out. 2006h.
- _____. **PME.** Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 set. 2006i.
- _____. **Produção agropecuária municipal.** Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br/bda>. Acesso em: 23 ago. 2006j.
- IEDI. Produtividade industrial, emprego e salário.** Disponível em: <www.iedi.org.br>. Acesso em: 1 out. 2006.
- INDICADORES RURAIS.** Brasília, DF: CNA, n. 69, jul. 2006. Disponível em: <www.cna.org.br>. Acesso em: 22 ago. 2006.
- INVESTIMENTOS em papel e celulose deverão somar R\$ 20 bilhões até 2010. Global 21. Disponível em: <www.global21.com.br>. Acesso em: 8 out. 2006.
- LIMA, M. P. Custos logísticos na economia brasileira. **Revista Tecnologística**, São Paulo, n. 123, p. 64-69, jan. 2006.
- MAMONA. **Conjuntura Semanal**, 31 jul./ 4 ago. 2006. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/cas/semanais/semana/3107a04082006/mamona_31_/Semana_3107_a_04082006.pdf>. Acesso em: 15 set. 2006.
- NOVA Transnordestina: transversal Nordeste. Palestra proferida na Sede do Banco do Nordeste, Fortaleza, 29 mar. 2005.
- OCDE. **ECONOMIC OUTLOOK REPORT**. May 2006. Disponível em: <www.ocde.org>. Acesso em: 11 out. 2006.
- PRODUTIVIDADE industrial: crescendo mas perdendo o fôlego. **Carta IEDI**, n. 227. Disponível em: <www.iedi.org.br>. Acesso em: 12 out. 2006.
- RODRIGUES, M. T.; EVANGELISTA, F. R. Balança comercial do agribusiness do Nordeste. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38., 2000, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: SOBER, 2000.
- SECEX. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br>. 20 set. 2006.
- SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (Brasil). Disponível em: <www.tesouro.fazenda.gov.br>. Acesso em: 4 out. 2006.
- SINOPSE DE INVESTIMENTO. Brasília, DF: BNDES, n. 4, ago. 2006. Disponível em: <www.bnDES.gov.br>. Acesso em: 27 set. 2006.
- SONDAGEM CONJUNTURAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO. Quesitos especiais. Rio de Janeiro: FGV, ano 39, n. 160, jul. 2006. Disponível em: <www.ibre.fgv.br>. Acesso em: 11 out. 2006.
- SONDAGEM INDUSTRIAL – CEARÁ. Fortaleza: FIEC, ano 8, n. 2, abr./jun. 2006. Disponível em: <www.fiec.org.br>. Acesso em: 8 out. 2006.
- TESOURO NACIONAL (Brasil). Disponível em: <www.tesouro.fazenda.gov.br>. Acesso em: 27 set. 2006.

ANEXO A

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Dados mensais realizados desde janeiro/1997 (R\$ milhões)

Resultado Primário /1

I. RECEITA TOTAL

I.1. Receitas do Tesouro

I.1.1 Receita Bruta

- Impostos

- Contribuições

- Demais (1)

I.1.2. (-) Restituições

I.1.3. (-) Incentivos Fiscais

I.2. Receitas da Previdência Social

I.3. Receitas do Banco Central

II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS

II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)

II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115

II.3. Transferências da Cide

II.4. Demais

III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)

IV. DESPESA TOTAL

IV.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)

IV.2. Benefícios Previdenciários

IV.3. Custeio e Capital

IV.3.1. Despesa do FAT

- Abono e Seguro Desemprego

- Demais Despesas do FAT

IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)

- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos

- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais

IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) (4)

IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital

IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central

IV.5. Despesas do Banco Central

V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)

V.1. Tesouro Nacional

V.2. Previdência Social (RGPS) (5)

V.3. Banco Central (6)

VI. AJUSTE METODOLÓGICO (7)

VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA

VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (8)

Resultado Nominal

IX. JUROS NOMINAIS /8

X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (VIII+IX) 8/

Memo:

Parcela patronal da CPSS (1)

RMV (4)

Fonte: Tesouro Nacional (2006).

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado. Os dados de 2005 ainda não estão disponíveis.

(2) Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo governo central.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(7) Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

(8) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil



*SUPERINTENDÊNCIA DE LOGÍSTICA
Ambiente de Recursos Logísticos
Célula de Produção Gráfica
OS 2006-12/1.664 - Tiragem: 1.250*